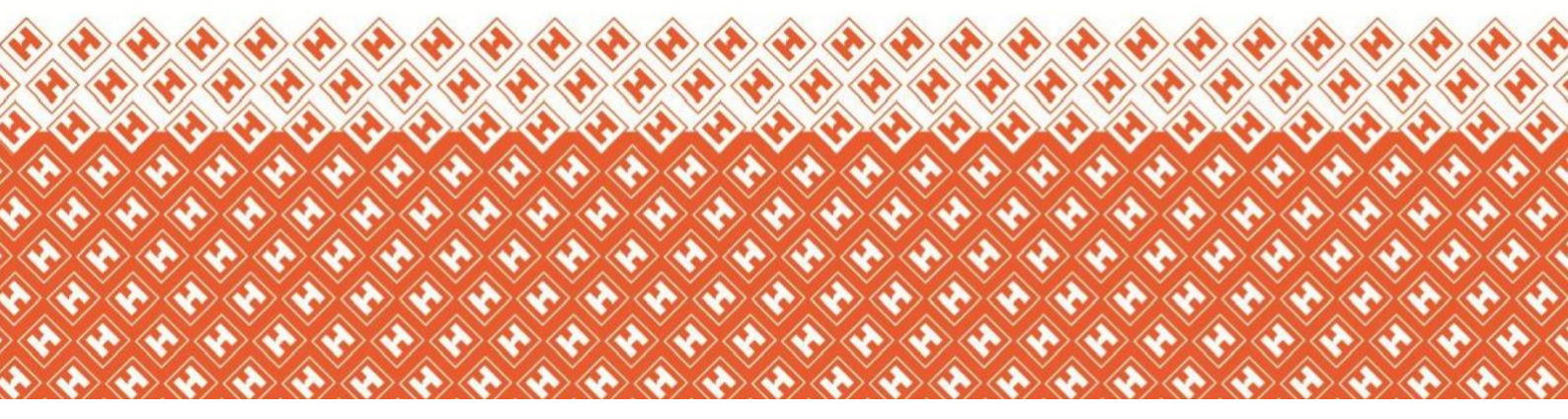




JANAINA DE SENA RIBEIRO

**O SILENCIAMENTO DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO
ENSINO DE HISTÓRIA: A URGÊNCIA DE NOVA ABORDAGEM
TEÓRICO- METODOLÓGICA**

Novembro, 2025





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

JANAINA DE SENA RIBEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em Ensino de
História**, no Programa de Mestrado Profissional
em Ensino de História – Prof. História.

Dissertação aprovada em 24 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Jaqueline Gomes de Jesus - Doutora, ProfHistória/UFRRJ -
Orientadora

Carline Santos Borges - Doutora, ProfHistória/UFRRJ - Examinador
Interno

Sílvio Duarte Domingos - Doutor, PPGE/UNESA-RJ - Examinador
Externo à Instituição

Ricardo Rezende Figueira- Doutor, UFRJ - Examinador Externo à
Instituição

Sara Wagner York - Doutora, UERJ - Suplente Externo

Fábio Soares da Silva - Doutor, IFRN - Suplente Externo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R482s Ribeiro, Janaína de Sena, 1984-
 O silenciamento da escravidão contemporânea no ensino de história: a urgência de nova abordagem teórico - metodológica / Janaína de Sena Ribeiro. - Rio de Janeiro, 2025. 118 f.: il.

 Orientadora: Jaqueline Gomes de Jesus.
 Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Mestrado profissional em ensino de história/Profhistória, 2025.

 1. escravidão contemporânea. 2. silenciamento. 3. revisão narrativa. 4. material pedagógico. I. Jesus, Jaqueline Gomes de, 1978-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestrado profissional em ensino de história/Profhistória III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**



TERMO Nº 1220 / 2025 - PROFHIST (12.28.01.00.00.00.79)

Nº do Protocolo: 23083.074380/2025-16

Seropédica-RJ, 22 de dezembro de 2025.

Nome do(a) discente: JANAINA DE SENA RIBEIRO

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM ENSINO DE HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - Curso de MESTRADO área de concentração em Ensino de História.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 24 de novembro de 2025

Dr. RICARDO REZENDE FIGUEIRA, UFRRJ Examinador Externo à Instituição

Dr. SÍLVIO DUARTE DOMINGOS, CEFET/RJ Examinador Externo à Instituição

Dra. CARLINE SANTOS BORGES, UFRRJ Examinadora Interna

Dra. JAQUELINE GOMES DE JESUS, IFRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 24/12/2025 16:27)
CARLINE SANTOS BORGES
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO – TITULAR
LIEESP (11.39.00.38)
Matrícula: 1140839

(Assinado digitalmente em 28/01/2026 10:04)
SÍLVIO DUARTE DOMINGOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 017.820.551-69

(Assinado digitalmente em 28/01/2026 10:00)
JAQUELINE GOMES DE JESUS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 852.352.021-04

(Assinado digitalmente em 23/12/2025 20:01)
RICARDO REZENDE FIGUEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 209.476.826-00

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1220**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **22/12/2025** e código de verificação: **4c6f4afc8c**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória dos meus amados avós, Juraci e José, que sempre acreditaram em meu potencial. A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho e, em especial, ao meu companheiro, Eduardo, aos meus pais e à minha filha, Yasmin, cuja presença e apoio foram essenciais ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Deus, por me conceder a oportunidade de realizar um sonho: cursar o Mestrado. Sem Ele, nada disso teria sido possível.

Agradeço aos meus pais, Jair Silva e Rosa Sena, pelo apoio incondicional em toda a minha trajetória; à minha irmã, pelo empenho, dedicação e constante disponibilidade; e ao meu marido, Eduardo, por sempre acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidava.

À minha amada filha Yasmin, agradeço por sua paciência, amor e compreensão diante da minha ausência nos momentos em que mais precisei me dedicar à escrita. Sua doçura e resiliência me deram forças nos dias mais difíceis e foram parte fundamental para que eu concluísse esta etapa.

Aos meus familiares, sou grata por cada palavra de incentivo que me motivou a seguir até a conclusão dessa jornada.

À minha tia Deusa, meu sincero agradecimento pelas horas dedicadas às correções, reflexões, críticas construtivas e, claro, pelas muitas risadas, pois entre um parágrafo e outro, sempre havia espaço para lembrarmos boas histórias.

À minha prima Viviane, agradeço imensamente pelo cuidado, pela paciência e pelo apoio fundamental na formatação da dissertação, contribuindo para que este trabalho alcançasse sua versão final com organização e clareza.

Às minhas amigas Fabiana, Isabela e Ana Cecília, agradeço pelo carinho, pela dedicação e por disponibilizarem seu tempo para contribuírem com esse trabalho tão significativo para mim.

Aos colegas da pós-graduação, que colaboraram de forma direta ou indireta na construção desta dissertação, deixo aqui minha gratidão.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte desta caminhada, em especial à professora Carline, pela sua constante disponibilidade e atenção, e à minha orientadora, Profa. Dra. Jaqueline Gomes, por acreditar na minha proposta e por contribuir de forma tão significativa para a realização e defesa deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores de História do oitavo ano do Ensino Fundamental ao abordarem a temática da escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil, com destaque para a ausência ou para o tratamento superficial desse conteúdo em dois livros didáticos analisados. O estudo problematizou os desafios atinentes à formação continuada docente no país, destacando a desarticulação entre as demandas pedagógicas concretas e os programas de formação ofertados, assim como a limitada participação dos professores e a carência de suporte pedagógico para a implementação desse conteúdo em sala de aula. A pesquisa fundamentou-se nas contribuições de teóricos como Foucault (1996), Bittencourt (1997), Trouillot (2016), Pinsky (2022), Cavalcanti (2021), Gatti (2009) e Suzuki e Casteli (2022), cujas reflexões ofereceram uma lente crítica para a compreensão das práticas de invisibilização e apagamento histórico associadas à escravidão contemporânea e para a análise dos desafios estruturais que marcam a formação docente no país. A partir dessas perspectivas, procedeu-se a uma revisão narrativa, metodologia que permitiu integrar criticamente diferentes fontes acadêmicas e não acadêmicas, como produções bibliográficas, sites institucionais, reportagens e análises de livros didáticos, com o propósito de fundamentar e subsidiar esta pesquisa. Os resultados evidenciaram que o ensino da escravidão contemporânea no Sudeste brasileiro é comprometido no âmbito escolar, decorrente tanto da ausência de abordagens críticas específicas nos materiais didáticos quanto nas propostas de formação continuada. Dessa maneira, o estudo culminou na proposição de um caderno de atividades destinado a apoiar professores do oitavo ano na abordagem desse tema, frequentemente silenciado, mas de inegável relevância social e educacional.

Palavras-chave: escravidão contemporânea; silenciamento; revisão narrativa; material pedagógico.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the difficulties faced by eighth-grade history teachers in addressing the topic of contemporary slavery in Southeastern Brazil, emphasizing the absence of, or the superficial treatment of, this content in the two textbooks analyzed. The study examined the challenges associated with continuing teacher education in the country, highlighting the disconnect between concrete pedagogical demands and the training programs offered, as well as limited teacher participation and the lack of pedagogical support for implementing this content in the classroom. The research was based on the contributions of theorists such as Foucault (1996), Bittencourt (1997), Trouillot (2016), Pinsky (2022), Cavalcanti (2021), Gatti (2009), and Suzuki and Casteli (2022), whose reflections provided a critical lens for understanding the practices of invisibilization and historical erasure associated with contemporary slavery, as well as for analyzing the structural challenges affecting teacher education in Brazil. Drawing on these perspectives, a narrative review was conducted, allowing for the critical integration of diverse academic and non-academic sources, including literature, institutional websites, reports, and textbook analyses, to support this research. The results indicated that the teaching of contemporary slavery in Southeastern Brazil is hindered in schools, due both to the lack of specific critical approaches in teaching materials and in continuing education initiatives. Accordingly, the study culminated in the proposal of a workbook designed to assist eighth-grade teachers in addressing this frequently silenced but socially and educationally significant topic.

Keywords: contemporary slavery; silencing; narrative review; educational materials.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O SILENCIAMENTO DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO ENSINO DE HISTÓRIA: A URGÊNCIA DE NOVA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	15
1.1 Escravidão contemporânea como tema desafiador aos docentes de História do Sudeste.....	15
1.2 Apresentação das imagens dos sumários dos livros didáticos História Escola e Democracia e História.doc	18
1.3 Desafios e limitações da formação continuada de professores no Brasil	32
2 UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA QUE REVELE A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO SUDESTE DO BRASIL	35
2.1 A face oculta do Rio de Janeiro	37
2.2 Correntes invisíveis no principal centro econômico do Brasil	44
2.3 A persistência da exploração humana em Minas Gerais	51
2.4 A realidade desconhecida do estado do Espírito Santo	58
2.5 A Lista “Suja” do Sudeste”	62
3 QUESTÕES PARA PENSAR A ESCRAVIDÃO MODERNA NO SUDESTE DO BRASIL	65
4 PROPOSTA PEDAGÓGICA: ATIVIDADES SOBRE A ESCRAVIDÃO INCONCLUSA NO SUDESTE DO BRASIL	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXO A - SUGESTÕES DE RESPOSTAS PARA OS EXERCÍCIOS DO CADERNO DE ATIVIDADES - QUEBRANDO O SILÊNCIO: A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO SUDESTE DO BRASIL.....	115

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem origem na constatação de uma lacuna recorrente em alguns livros didáticos e nos programas de educação continuada de professores, que frequentemente silenciam ou tratam de forma superficial e genérica a temática da escravidão contemporânea, especialmente no contexto da Região Sudeste do Brasil. Tal ausência de aprofundamento e de recortes regionais específicos dificulta a abordagem crítica desse fenômeno nas aulas de História, limitando o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla por parte dos estudantes.

Embora seja uma realidade presente na sociedade brasileira, essa forma moderna de exploração do trabalho humano muitas vezes não é abordada nos espaços escolares. A omissão se torna ainda mais preocupante considerando que os alunos, desde os anos iniciais, aprendem que a escravidão foi oficialmente abolida em 1888, mas raramente têm a oportunidade de refletir sobre a permanência de práticas análogas à escravidão no mundo contemporâneo. Essa desconexão histórica contribui para a falsa ideia de superação definitiva do regime escravista, apagando da memória coletiva os processos inconclusos da abolição e suas consequências sociais persistentes.

A delimitação do tema considerou tanto a disponibilidade de fontes quanto a relevância histórica do período estudado. A análise de documentos oficiais, reportagens jornalísticas e obras acadêmicas permitiu estabelecer um recorte temporal entre 2003 e 2024, com foco nos estados da Região Sudeste do Brasil. A escolha do ano de 2003 como marco inicial não é arbitrária: trata-se de um marco importante nas políticas públicas de enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão no país. Nesse ano, o Governo Federal lançou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, construído em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), inaugurando uma agenda estatal mais articulada e de maior visibilidade. Ainda em 2003, a Lei nº 10.803 alterou a redação do artigo 149 do Código Penal, ampliando a definição jurídica do crime para abarcar práticas como trabalhos forçados, servidão por dívidas, jornada exaustiva e condições degradantes. Soma-se a isso o início da implementação do Cadastro de Empregadores, conhecido como “Lista Suja”, instrumento que passou a publicizar empresas responsabilizadas por esse tipo de violação, impactando diretamente sua reputação e acesso a crédito.

Ainda que o marco inicial da pesquisa seja 2003, cabe destacar que o Brasil reconheceu oficialmente em 1995, de acordo com o site do Ministério do Trabalho e Emprego, a existência de casos de escravidão contemporânea em seu território.¹ Esses dados iniciais, embora anteriores ao recorte estabelecido, serão retomados em momento oportuno, a fim de contextualizar o fenômeno na Região.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa fundamenta-se no conceito de poder desenvolvido por Michel Foucault (1996), o qual evidencia a existência de discursos que são produzidos, reproduzidos e legitimados por instituições sociais. Nesse sentido, os livros didáticos podem ser compreendidos como parte de um aparato institucional que contribui para a consolidação de determinados discursos hegemônicos, moldando percepções e silenciando outras narrativas. Assim, o discurso contido nesses materiais escolares reflete e sustenta relações de poder presentes na sociedade, sendo, portanto, um elemento relevante para a análise das dificuldades de se abordar temas como a escravidão contemporânea no espaço escolar. De modo semelhante, a educação continuada, frequentemente apresentada como uma estratégia de valorização docente e aprimoramento profissional também pode ser compreendida como parte desse aparato de poder. Embora seu discurso oficial promova a formação crítica e o desenvolvimento pedagógico, muitas vezes essas formações reproduzem conteúdos padronizados, descolados das realidades vividas pelos professores, e deixam de considerar os contextos específicos das escolas públicas. Em lugar de promover uma escuta ativa e uma reflexão crítica sobre a prática docente, tendem a reforçar modelos pedagógicos prescritos por instâncias superiores, invisibilizando saberes locais e experiências concretas. Além disso, a baixa adesão dos professores a essas formações pode ser compreendida não como desinteresse, mas como sintoma das condições precárias de trabalho e da falta de diálogo entre os conteúdos oferecidos e os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Dessa forma, a educação continuada, longe de ser um espaço neutro de aprimoramento, pode funcionar como mecanismo de reprodução de discursos hegemônicos, contribuindo para a manutenção das dificuldades em tratar temas complexos e urgentes, como a escravidão contemporânea, nas práticas pedagógicas.

¹ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Combate ao trabalho escravo e análogo ao de escravo*. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>. Acesso em: 01 dez. 2025.

Para o desenvolvimento dessa dissertação, foi adotada uma base teórica consistente, composta por autores como Circe Bittencourt (1997), Trouillot (2016), Pinsky (2022), Cavalcanti (2021), Gatti (2009), Suzuki e Casteli (2022), além de instituições como a Repórter Brasil (2022), entre outros. As contribuições desses estudos foram fundamentais para a análise de temas centrais, como o papel do livro didático no contexto escolar, os mecanismos de silenciamento histórico, a persistência da escravidão contemporânea, os desafios da formação continuada docente, as relações de dominação e exploração entre seres humanos, bem como as diferentes formas de exploração presentes na atualidade e os perfis das vítimas envolvidas nesse processo.

Esta pesquisa justifica-se pela compreensão de que sua realização pode contribuir de forma relevante para a historiografia, para a prática docente e para o fortalecimento do aprendizado histórico dos estudantes. Ao propor novas abordagens e discussões sobre a existência de situações análogas à escravidão no Sudeste do Brasil, este estudo busca ampliar a compreensão crítica acerca de um tema ainda pouco explorado no ambiente escolar. As atividades pedagógicas desenvolvidas ao longo da investigação pretendem, portanto, enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, ao possibilitar a inserção e a contextualização da escravidão contemporânea no Sudeste nas aulas de História, promovendo questionamentos mais profundos e conectados à realidade social atual.

A investigação, de natureza qualitativa, busca evidenciar os desafios enfrentados pelos docentes ao abordar essa temática em sala de aula, tendo em vista a ausência ou superficialidade com que é tratada nos livros didáticos, as limitações dos programas de formação continuada, bem como a dificuldade de acesso a bibliografia e atividades didáticas que auxiliem no trabalho com esse conteúdo. O objetivo principal, ao reunir e sistematizar essas informações, é preencher uma lacuna significativa no ensino de História, cooperando para a construção de uma perspectiva crítica sobre a permanência de práticas escravistas na contemporaneidade.

Para explicitar os procedimentos metodológicos adotados, a pesquisa foi desenvolvida em etapas articuladas. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental sobre a escravidão contemporânea no Brasil, com ênfase na Região Sudeste, a partir de livros, artigos acadêmicos, legislações, documentos oficiais e reportagens jornalísticas publicados entre 2003 e 2024. Em seguida, procedeu-se à seleção dos livros didáticos de História do oitavo ano do Ensino

Fundamental a serem analisados, especificamente as obras de Campos, Claro e Dolhnikoff (2018) e de Vainfas et al. (2022), escolhidas por sua adoção na rede pública e alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Paralelamente, foram analisados programas de formação continuada voltados aos docentes da rede pública, com foco em conteúdos sobre temas socialmente relevantes e sensíveis, a fim de identificar lacunas na abordagem da escravidão contemporânea. A análise dos livros didáticos e dos programas de formação continuada foi orientada por critérios como a presença ou ausência da temática da escravidão contemporânea, a profundidade da abordagem, a existência de recortes regionais e a forma como os conteúdos são articulados aos conceitos históricos e à prática pedagógica. A partir dessa revisão narrativa integrada e da análise das fontes selecionadas, foram elaboradas propostas pedagógicas, culminando na construção de um caderno de atividades didáticas voltado ao apoio da prática docente no ensino da escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro intitulado *O silenciamento da escravidão contemporânea no ensino de história: a urgência de nova abordagem teórico-metodológica* objetivou apresentar alguns desafios enfrentados pelos docentes de História ao abordar a escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil no contexto escolar. A análise se concentrou em dois eixos principais que impactam diretamente o trabalho pedagógico: a ausência ou o tratamento superficial da temática da escravidão contemporânea no Sudeste nos livros didáticos do oitavo ano do Ensino Fundamental, especificamente nas obras de Vainfas et al. (2022) e de Campos, Claro e Dolhnikoff (2018) e as fragilidades dos programas de formação continuada oferecidos aos professores da rede pública. No caso do material didático, a falta de aprofundamento sobre o tema contribui para sua invisibilidade em sala de aula. Já em relação à formação docente, fatores como a dissociação entre teoria e prática, a ausência de diálogo com as demandas do docente, a baixa adesão aos cursos de capacitação e a carência de acompanhamento pedagógico dificultam a construção de estratégias que possibilitem uma abordagem crítica de temas complexos e socialmente relevantes, como o que se propõe discutir nesta pesquisa.

O segundo capítulo deste estudo chamado *Uma abordagem teórico-metodológica que revele a escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil* dedica-se à construção de um aporte teórico fundamentado em artigos acadêmicos, reportagens, livros e dados de sites oficiais, com o objetivo de contribuir com a

abordagem da escravidão contemporânea no contexto escolar. Essa base conceitual servirá de suporte tanto para o desenvolvimento das atividades pedagógicas propostas no capítulo seguinte quanto para a elaboração de conteúdos educacionais alinhados à proposta desta dissertação. A construção desse referencial teórico busca oferecer ao docente de História instrumentos críticos que permitam romper com um saber institucionalizado que, frequentemente, silencia ou oculta as formas modernas de escravidão ainda presentes no Sudeste do Brasil. Parte-se do entendimento de que a escravidão não pertence apenas ao passado, mas se manifesta nas estruturas sociais atuais, perpetuando hierarquias e distinções naturalizadas, como aquelas entre trabalhos manuais e intelectuais.

O terceiro capítulo “*Questões para pensar a escravidão moderna no Sudeste do Brasil*”, destina-se à elaboração de propostas pedagógicas voltadas ao ensino da escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil, especificamente direcionadas aos professores de História do oitavo ano do Ensino Fundamental. Essas foram produzidas a partir do referencial teórico desenvolvido no segundo capítulo desta pesquisa e as atividades aqui propostas visam não apenas oferecer subsídios didáticos que ampliem a compreensão docente sobre a temática, mas também estimular, entre os estudantes, uma postura crítica diante das formas atuais de exploração. Nesse sentido, o material busca contribuir para a construção de práticas educativas comprometidas com a promoção da justiça social, atuando como instrumento de resistência à naturalização da dominação de seres humanos por outros seres humanos.

O quarto capítulo titulado *Proposta pedagógica: atividades sobre a escravidão inconclusa no Sudeste do Brasil* apresenta um caderno de atividades didáticas, elaborado com as questões formuladas no terceiro capítulo dessa dissertação. Esse material atende às exigências do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História e tem como objetivo contribuir com a prática docente ao propor uma abordagem que favoreça a construção de novas narrativas históricas buscando romper com uma visão eurocêntrica da história, que frequentemente marginaliza sujeitos e experiências subalternizadas, abrindo espaço para múltiplas interpretações e vozes historicamente silenciadas.

Ressalta-se que o livro didático, como material de referência central no ambiente escolar, desempenha papel fundamental na construção do conhecimento histórico dos estudantes. Portanto, a presença ou ausência de temas sensíveis, como

a escravidão contemporânea, tem impacto direto na formação crítica dos alunos e na possibilidade de desconstrução de narrativas eurocêntricas e excludentes. Dessa forma, esta pesquisa reafirma a importância de se repensar e ampliar a abordagem desses conteúdos nos livros didáticos, bem como de fortalecer a formação continuada dos professores, para promover um ensino mais reflexivo, contextualizado e comprometido com a justiça social.

1 O SILENCIAMENTO DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO ENSINO DE HISTÓRIA: A URGÊNCIA DE NOVA ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGICA

1.1 Escravidão contemporânea como tema desafiador aos docentes de História do Sudeste

“Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.”

Mahatma Gandhi

Há pouco tempo, notícias sobre situações análogas à escravidão no Sudeste do Brasil “que são aquelas que submetem pessoas a trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho ou restrição de locomoção por dívida do empregador” (Lei nº 10.803/2003, que alterou o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) vêm ganhando grande visibilidade na mídia. Como professora de História de uma escola situada no 3º distrito de Duque de Caxias, despertou-me um enorme interesse pelas notícias, uma vez que elas se relacionam com o tema escravidão no Brasil no século XIX, que abordo em minhas turmas do 8º ano do Ensino Fundamental. As diferenças entre a escravidão do século XIX e a contemporânea podem ser visualizadas na Tabela 2.

Em um determinado dia, iniciei uma conversa informal na sala dos professores com os docentes de História que atendem às turmas de oitavo ano sobre a notícia que li no site sobre uma idosa que foi resgatada no Rio de Janeiro, após viver setenta e dois anos em situação análoga à escravidão como demonstra a reportagem abaixo:

Uma mulher, de 86 anos, foi resgatada depois de trabalhar para uma mesma família há 72 anos. Nascida em Vassouras, no Centro-Sul do estado do Rio de Janeiro, a senhora trabalhou para a mesma família desde os 12 anos de idade, por três gerações.

Ela prestou serviço todos os dias, sem oportunidade de estudo, férias ou salário. Atualmente, com a idade avançada, continuava exercendo as funções domésticas como limpar, passar roupa, fazer comida e cuidar da dona da casa.

Segundo informações do Ministério Público do Trabalho (MPT), o caso foi considerado a exploração mais longa de uma pessoa em situação de escravidão contemporânea no país, desde que o Brasil criou um sistema de fiscalização para enfrentar esse tipo de crime, em maio de 1995. De acordo com o órgão, nos últimos 27 anos, 58.166 pessoas foram resgatadas pelo poder público. (Frizon, Couto, Araújo 2022.)

Ao comentarmos a notícia, discutimos sobre o aumento do número de ações e resgates, ocorridos na Região Sudeste em 2023, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego e fomentamos a discussão de como trabalhar esse tema. Coletivamente consideramos que a inserção da temática da escravidão contemporânea no século XXI, por meio de atividades pedagógicas, constitui uma estratégia relevante para potencializar o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, tal abordagem contribui de maneira significativa para a formação do pensamento crítico dos discentes, ao promover questionamentos sobre práticas de exploração ainda presentes na sociedade contemporânea.

Tabela 1- Resgatados em situação análoga à escravidão na Região Sudeste em 2023 conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Minas Gerais	São Paulo	Espírito Santo	Rio de Janeiro
651	392	77	33

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Contudo, em nossas discussões, reconhecemos que enfrentamos impasses na abordagem desse conteúdo. Apesar de o governo brasileiro ter reconhecido oficialmente, desde 1995, a existência de formas de trabalho análogas à escravidão em seu território e de dados do Ministério do Trabalho e Emprego apontarem casos inclusive na Região Sudeste (Tabela 1), ainda existem dificuldades para tratar esse tema na escola em que atuamos. Entre os fatores que contribuem para essa situação destacam-se a ausência de abordagem adequada em alguns livros didáticos utilizados no âmbito escolar e a fragilidade da formação continuada dos professores da rede pública.

Essa fragilidade se manifesta em diferentes dimensões: cursos e capacitações muitas vezes não dialogam com a realidade concreta das escolas e das turmas, os conteúdos podem estar descontextualizados e há pouca participação dos docentes na elaboração dos programas de formação. A ausência de acompanhamento sistemático da prática pedagógica e de apoio pós-curso compromete a aplicação do que é aprendido, especialmente em temas sensíveis como a escravidão contemporânea. Além disso, ações pontuais de atualização frequentemente não atendem às demandas reais dos professores, que tendem a perceber tais capacitações como atividades isoladas, sem impacto duradouro em sua prática (Gatti, 2009; Brasil, 2006; Instituto Ayrton Senna, 2014).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também contribui para esse cenário, na medida em que, embora oriente por meio do objeto de conhecimento EF08HI20 a identificação e relação entre aspectos das estruturas sociais atuais e os legados da escravidão no Brasil, apresenta uma redação excessivamente genérica. A ausência de referência explícita à escravidão moderna fragiliza o potencial pedagógico necessário à construção de um debate crítico sobre as formas atuais de exploração do trabalho, transferindo ao professor a responsabilidade de decidir até que ponto tais questões serão problematizadas em sala de aula. Tal omissão pode reforçar o silenciamento ou a abordagem superficial de discussões fundamentais sobre a permanência de estruturas escravistas na sociedade contemporânea, sobretudo em contextos escolares marcados pela carência de condições adequadas ao enfrentamento de temas sensíveis.

Dessa forma, a responsabilidade pela inclusão da temática da escravidão contemporânea recai predominantemente sobre as editoras na elaboração dos livros didáticos, enquanto a decisão de abordar ou não esse conteúdo fica a critério do professor em sala de aula. Essa situação ocorre em um contexto no qual o docente já enfrenta a demanda de trabalhar inúmeros temas relacionados à herança da escravidão, como a desigualdade social, o racismo e outras formas de discriminação, o que pode contribuir para que a escravidão contemporânea permaneça marginalizada no espaço escolar.

Frente ao exposto, e a fim de ampliar a compreensão acerca do contexto, apresentamos a seguir os conteúdos abordados no sumário dos livros didáticos utilizados na escola em que leciono aulas de História em Duque de Caxias. O material escolhido com o objetivo de enriquecer a pesquisa são os livros: *História Escola e*

Democracia de Campos, Claro, Dolhnikoff (2018) utilizado de 2020-2023 e o *História.doc de Vainfas et al.* (2022), que o substituiu, de acordo com o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)² sendo previsto seu uso entre os anos de 2024-2027 na unidade escolar.

1.2 Apresentação das imagens dos sumários dos livros didáticos História Escola e Democracia e História. Doc

Figura 1- Sumário do livro História Escola e Democracia

² BRASIL. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2024**. É regulamentado pelos Decretos 12.021/2024 e Decreto 9.099/2017 e tem como objetivo a avaliação, aquisição e distribuição de materiais didáticos e demais materiais de apoio à prática educativa para toda a rede pública de ensino básico do país.

1

As revoluções inglesas**Jogo aberto, 12**

- nascimento do Parlamento inglês, 14
- Parlamento e o absolutismo, 15
- Os cercamentos, 15
 - A terra como mercadoria, 16
 - As classes sociais, 17
 - Grupos sociais e divisões religiosas, 18
- A Revolução Puritana, 19
 - Rebelião na Escócia, 19
 - Revolução e revoluções, 20
 - A República instaurada por Cromwell, 21
 - A restauração da Monarquia, 23
- A Revolução Gloriosa, 23
- Bate-bola: Radicais, 25**
- Quebra-cabeça, 25**
- Leitura complementar: Ensaio sobre o poder civil, 26**
- Olho no lance: O rei e o Parlamento, 26**
- Permanências e rupturas: A Constituição cidadã, 27**
- Salto triplo, 27**

Quadros do capítulo

O anglicanismo e o calvinismo, 16 • As classes sociais, 17 • A colonização inglesa na América do Norte, 18 • O que é revolução?, 20 • Thomas Hobbes e John Locke, 22 • Jogos e o Parlamento inglês, 24

2

A Ilustração e o despotismo esclarecido**Jogo aberto, 28**

- A Ilustração, 30
- pensamento ilustrado, 31
 - Principais filósofos ilustrados, 31
 - Jogos, luzes e educação, 32
- liberalismo econômico, 32
- Luzes na arte: o neoclássico, 33
- Bate-bola: Robinson Crusoe e o liberalismo, 33**
- absolutismo ilustrado, 34
 - Despotismo esclarecido, 34
 - Prússia, Rússia e Áustria, 35
 - Espanha e Portugal, 35
- As luzes e a escravidão, 36
- Quebra-cabeça, 36**
- Leitura complementar: [Hierarquia e igualdade], 37**
- Olho no lance: Experiências e conhecimento, 38**
- Permanências e rupturas: Liberdade de expressão, 39**
- Salto triplo, 39**

Quadro do capítulo

Teorias e experiências: a construção do pensamento ilustrado, 30

3

A independência dos Estados Unidos**Jogo aberto, 40**

- A América inglesa, 42
 - Autonomia política, 42
 - O comércio triangular, 43

Insatisfações coloniais, 43

As leis do Açúcar e do Selo, 44

Reações, 44

As Leis Intoleráveis, 45

A Proclamação da Independência, 45

Um novo país, 46

Bate-bola: George Washington, 47

A Confederação, 48

A Federação, 49

A Constituição, 49

Federalismo e democracia, 49

Quebra-cabeça, 51

Leitura complementar: Declaração de Independência dos Estados Unidos, 51

Olho no lance: Hasteando o mastro da liberdade, 52

Permanências e rupturas: O anúncio da morte de Bin Laden, 53

Salto triplo, 53

Quadro do capítulo

Pôquer: apostas e blefes, 50

4

A Revolução Francesa e o Período Napoleônico**Jogo aberto, 54**

- A França antes da Revolução, 56
 - Crise econômica e social, 56
 - A convocação dos Estados-Gerais e a Assembleia Nacional, 56
 - Propostas de reformas, 57
 - Liberdade, igualdade e fraternidade, 57
 - Assembleia Nacional, 57
- início da Revolução, 58
 - A fuga do rei, 59
- nascimento da República, 60
 - Os jacobinos no poder, 61
- Bate-bola: As mulheres e seus direitos, 62**
 - O Diretório: os girondinos de volta ao poder, 64
- golpe do 18 Brumário, 64
- Período Napoleônico, 65
 - A reorganização do Estado, 66
 - As conquistas, 67
 - O Bloqueio Continental, 68
 - Espanha e Portugal, 68
 - A campanha da Rússia, 69
 - A queda de Napoleão, 69
 - O Congresso de Viena, 70
- Quebra-cabeça, 71**
- Leitura complementar: Mudar as aparências, 71**
- Olho no lance: Goya e a ocupação da Espanha, 72**
- Permanências e rupturas: [Significados da Revolução Francesa], 73**
- Salto triplo, 73**

Quadros do capítulo

O jogo da pela, 58 • A Revolução e o nacionalismo, 60 • A revolução cultural do espaço e do tempo, 63 • Liberalismo político, 64 • A imagem de Napoleão, 65 • Napoleão e o fascínio pelo Egito Antigo, 67

Figura 2 – Sumário

5 A Primeira Revolução Industrial Jogo aberto, 74 - O mundo das máquinas, 76 - O pioneirismo do setor têxtil, 77 - Etapas da industrialização, 77 - O pioneirismo inglês, 79 - A transformação da sociedade, 80 - O trabalho de mulheres e crianças, 80 Bate-bola: Trabalho manual e escravidão, 81 - Os trabalhadores reagem, 82 Trade Unions, 84 - Movimento cartista, 84 - O socialismo utópico, 85 - Os teóricos da utopia, 85 - Igualdade entre homens e mulheres, 85 Quebra-cabeça, 87 Leitura complementar, 87 Olho no lance: Máquina de pentear macacos, 88 Permanências e rupturas: Integração entre cérebro e máquinas vai influenciar evolução, 89 Salto triplo, 89 Quadros do capítulo - O atual sindicalismo brasileiro, 83 • Robert Owen, 86 6 A idade do ouro no Brasil e as revoltas coloniais Jogo aberto, 90 - Os bandeirantes e a escravidão, 92 - Terras, trabalho e conflitos, 93 - As riquezas de Minas Gerais, 94 - O controle português, 94 - As lutas pelas riquezas, 95 - A sociedade mineradora, 96 - Os senhores de escravizados, 96 - A instabilidade da vida mineradora, 96 - Riqueza e miséria, 97 - Irmandades, 97 - Uma arte mestiça, 98 - A economia portuguesa, 98 - Mercado interno colonial, 99 - Portugal e Inglaterra, 100 - Tratado de Methuen, 104 - As reformas pombalinas, 104 - Modernização da economia, 104 - Indígenas e jesuítas, 105 - A expulsão dos jesuítas, 106 - As reformas no ensino, 106 - Nova administração colonial, 107 - Revoltas coloniais, 107 - Inconfidência Mineira, 108 - Inconfidentes, 109 - A devassa, 110 - A Conspiração do Rio de Janeiro, 110 - A Conjuração Baiana, 111 - As punições, 112	Bate-bola: Tiradentes supliciado, 112 Quebra-cabeça, 113 Leitura complementar: A criação da zona-tampão, 113 Olho no lance: Jesuítas, bandeirantes, indígenas e quilombos, 114 Permanências e rupturas: Garimpeiros ainda têm esperança de enriquecer em Serra Pelada, 115 Salto triplo, 115 Quadros do capítulo - O Maranhão e a Revolta de Beckman, 93 • As festas e os jogos, 99 • Uma nova divisão política na colônia, 102 • Esperança Garcia, 107 • A Guerra dos Mascates e o Motim do Maneta, 108 7 As independências da América Latina Jogo aberto, 116 - Agitações na América espanhola, 118 - Haiti, 118 - Mestiços e negros, 119 - A revolução, 121 - Canto de Guerra: a participação popular na luta, 121 - México, 122 - A revolta das elites, 122 - A difusão da contestação colonial, 124 - A Guerra de Independência, 124 - Derrotas, 124 - América espanhola unida, 126 - Grande Colômbia, 126 - A América fragmentada, 127 - A região do Prata, 127 - América Central, 128 - Províncias Unidas da América Central, 128 - O caudilhismo, 128 - A abolição da escravidão, 129 Bate-bola: Gerais, 129 Quebra-cabeça, 130 Leitura complementar: Simón Bolívar, 131 Olho no lance: A epopeia de Bolívar, 132 Permanências e rupturas: Brasil é o 10º país a entregar ratificação do tratado da Unasul, 132 Salto triplo, 133 Quadros do capítulo - O Código Negro, 119 • Toussaint L'Ouverture: o General de Ébano, 120 • Sob o manto da Virgem de Guadalupe, 123 • Corrida de sortijas: o jogo de argolas, 130 8 A Independência do Brasil Jogo aberto, 134 - Agitações na América e na Europa, 136 - O Bloqueio Continental e a América portuguesa, 136 - A transferência da Corte, 136 - A abertura dos portos, 137 - A integração da colônia, 138 - Reino Unido a Portugal e Algarves, 138
--	---

Fonte: CAMPOS, Flávio; CLARO Regina e DOLHNIKOFF, Mirian. *História Escola e Democracia*. 1ª.ed. São Paulo: Moderna, 2018.

Figura 3 - Sumário

A Revolta Pernambucana de 1817, 139 O tempo da pátria republicana, 139 A Revolução do Porto de 1820, 140 Bate-bola: As Cortes, 140 A emancipação política do Brasil, 141 Temor de uma mobilização popular, 141 A Assembleia Constituinte, 142 Fechamento da Assembleia, 142 A Constituição de 1824, 142 Centralização política, 144 Exclusão e controle sociais, 144 A Confederação do Equador, 144 Abdicação de Dom Pedro, 145 A África e o Império do Brasil, 145 A construção do Estado brasileiro, 146 A Regência e as reformas liberais, 147 A Guarda Nacional, 147 O Código de Processo Criminal, 148 O Ato Adicional de 1834, 148 A revisão das reformas, 149 O golpe da maioria, 149 Revolutas e rebeliões, 150 A Cabanagem (1832-1835), 150 Alagoas, 151 Fase popular, 151 A Revolta dos Malês (1835), 151 As diferentes etnias africanas na Bahia, 152 As conspirações e a revolta, 152 Os confrontos, 153 A Cabanagem (1835-1840), 154 As ações dos rebeldes, 154 A Sabinagem (1837-1838), 155 A Balaiada (1838-1841), 155 A Farroupilha (1835-1845), 156 A Praieira (1848-1849), 157 A repressão aos movimentos rebeldes, 158 A economia brasileira, 159 A Amazônia e os povos indígenas, 159 A borracha, 159 Vulcanização da borracha, 160 Devastação, 160 A produção da borracha no Sudeste asiático, 160 Maranhão, 161 Ceará, 161 Pernambuco, 161 Bahia, 162 Rio Grande do Sul, 162 São Paulo e o café, 163 O Vale do Paraíba, 164 O Oeste paulista, 164 Minas Gerais, 165 Quebra-cabeça, 168 Leitura complementar: Discurso de frei Caneca, 168 Olho no lance: Bandeira imperial, 169 Permanências e rupturas: Regência, Monarquia e República, 169 Salto triplo, 169	Quadros do capítulo Independência: resistências e guerras, 143 • A participação de frei Caneca, 144 • Formação do Estado brasileiro, 146 • Mulheres guerreiras: Luísa Mahin e Maria Felipa de Oliveira, 152 • África e Brasil no tempo das <i>jihads</i>, 153 • Mulheres guerreiras: Anita Garibaldi, 157 • O futebol, a tecnologia da bola e a esportização da sociedade, 166 9 Nações, nacionalismo e socialismo Jogo aberto, 170 França: terra das revoluções, 172 A Revolução de 1830, 173 O rei burguês, 173 1848: a Primavera dos Povos, 174 A crise econômica, 174 A Segunda República Francesa, 175 O Segundo Império, 177 A Comuna de Paris, 179 Pensando a Revolução, 180 O socialismo científico, 180 Bate-bola: O Quarto Estado, 181 O anarquismo, 182 A unificação da Itália, 182 A unificação alemã, 184 Quebra-cabeça, 186 Leitura complementar: [Nações e comunidades imaginadas], 187 Olho no lance: A queda dos ídolos, 188 Permanências e rupturas: [Nacionalismo], 189 Salto triplo, 189 Quadros do capítulo História e nacionalismo, 172 • As mulheres e a Revolução de 1848, 175 • A Primavera dos Povos, 176 • A reconstrução de Paris, 177 • A África Ocidental Francesa e o Rali Paris-Dakar, 178 • Música e nacionalismo, 185 10 A construção dos Estados Unidos da América Jogo aberto, 190 Peles-vermelhas e caras-pálidas, 192 A Marcha para o Oeste, 192 Bate-bola: Banguê-banguê, 194 Destino Manifesto, 195 Os pioneiros, 196 Forte Apache, 198 A grande vitória dos peles-vermelhas, 198 Índios hostis, 199 Guerra e tecnologia, 200 A Guerra de Secessão, 201 O início da guerra, 201 Os negros e a Guerra, 202 A Ku Klux Klan, 203 A política de segregação racial, 203
---	--

Fonte: CAMPOS, Flávio; CLARO Regina e DOLNIKOFF, Mirian. *História Escola e Democracia*.

1ª.ed. São Paulo: Moderna, 2018.

Figura 4 – Sumário

O desenvolvimento econômico, 205 Expansão territorial, 205 Cuba, 206 A Libéria: os negros para a África, 207 Quebra-cabeça, 207 <i>Leitura complementar: Carta do Chefe Seattle ao presidente dos EUA, 208</i> <i>Olho no lance: Pais fundadores, 210</i> <i>Permanências e rupturas: [Um presidente negro no país da Ku Klux Klan], 211</i> <i>Salto triplo, 211</i> Quadros do capítulo Povos da Planície, 193 • Futebol americano: um jogo de conquista de território, 197 • <i>Black music: work songs, spirituals e blues</i>, 204 • O jogo de beisebol, 206	O fim do trabalho escravo no Brasil, 237 A Inglaterra contra o tráfico negro, 238 O fim do tráfico, 239 A Lei do Ventre Livre, 239 Os movimentos abolicionistas, 240 O abolicionismo popular, 240 Cometas e caifazes, 241 A abolição da escravidão, 242 O corpo e a alma do Brasil, 242 Os corpos e a dança, 243 O maxixe, 243 Música de salão, 243 A expansão cafeeira e a modernização, 245 Rede ferroviária, 245 A mecanização, 246 Novos negócios, 246 Os novos trabalhadores, 247 Trabalhadores brasileiros, 247 Os imigrantes europeus, 248 Duas políticas imigratórias, 249 O branqueamento da nação, 250 A Lei de Terras de 1850, 250 Imigrantes esquecidos, 251 Imigração financiada, 251 Tensões na região do Prata, 252 A Guerra Grande de 1839, 253 Os interesses do governo paraguaio, 253 A Guerra do Paraguai, 254 O Exército brasileiro, 255 A crise do Regime Monárquico, 256 Os militares e a crise, 257 A Questão Militar, 258 O regionalismo paulista, 259 O federalismo, 260 O movimento republicano, 260 Radicais e moderados, 261 Bate-bola: Repúblicas: elites e movimentos populares, 262 Quebra-cabeça, 264 <i>Leitura complementar: [Escravidados], 264</i> <i>Olho no lance: Alegoria da República, 265</i> <i>Permanências e rupturas: Missão no Haiti/Diplomacia da bola/Lula chama soldados brasileiros no Haiti de "craques", 266</i> <i>Salto triplo, 266</i> Quadros do capítulo Ao som das mulheres, 244 • Artes, letras e saberes negros, 244 • Política indigenista, 252 • Rei Obá II da África, 255 • As terras dos Guarani, 256 • O jogo da esgrima, 257 • Conservadores e liberais, 260
11 A Segunda Revolução Industrial e o imperialismo Jogo aberto, 212 A velocidade da Revolução, 214 As maravilhas tecnológicas, 214 A invenção da fotografia e do cinema, 216 A cidade industrial, 218 O imperialismo, 219 O imperialismo na Ásia: Índia e China, 219 Negócios da China, 220 Franceses na Indochina, 220 No coração da África, 221 A busca da nascente do Rio Nilo, 221 Stanley e os interesses da Bélgica, 222 A Conferência de Berlim, 223 Tragédias africanas, 223 A Partilha da África, 224 Cabo de guerra, 224 Bate-bola: Lendas do mundo moderno: o darwinismo social, 226 O impacto da dominação, 227 A dominação cultural, 227 Modernidades europeias, 228 Resistências africanas, 229 A Etiópia independente, 230 Quebra-cabeça, 231 <i>Leitura complementar: Montanha-russa, 232</i> <i>Olho no lance: Imperialismo britânico, 232</i> <i>Permanências e rupturas: Tragédias e conflitos africanos, 233</i> <i>Salto triplo, 233</i> Quadros do capítulo Thomas Edison, o gênio da lâmpada, 215 • Brinquedos industriais, 218 • As sociedades geográficas, 221	Índice remissivo, 267 Referências bibliográficas, 270
12 O Segundo Reinado e a proclamação da República Jogo aberto, 234 A estabilidade política, 236 Violências e fraudes, 236 Empregos e clientelismo, 237	

Figura 5- Sumário do livro História.doc

1	UNIDADE	
	A crise do Antigo Regime na Europa e nas Américas 12	
Capítulo 1	A Europa no tempo do Iluminismo 14	
	O Iluminismo segundo Kant 14	
	O significado da razão para os iluministas 15	
	A Enciclopédia: símbolo do Iluminismo 16	
	Árvore dos conhecimentos humanos 16	
	O Iluminismo na ciência 17	
	O Iluminismo contra o absolutismo 18	
	Contra a concentração de poderes pelo rei 18	
	Contra a sociedade estamental 19	
	Contra a desigualdade social 20	
	Ler documentos – Rousseau e a monarquia absolutista 20	
	Outras histórias – A crise do absolutismo na Inglaterra 21	
	O despotismo esclarecido 22	
	Reinos ibéricos 22	
	História & Geografia – O terremoto de Lisboa e as ideias iluministas 23	
	Prússia 23	
	Roteiro de estudos 24	
Capítulo 2	A Revolução Francesa 26	
	O soldado Michel 26	
	Notícias da Bastilha 27	
	O grande medo 28	
	Outras histórias – Os sans-culottes 28	
	A burguesia desafia o rei 29	
	Ler documentos – Manifesto do Terceiro Estado 29	
	Como assim quase falido? 30	
	Convocação para a Assembleia 30	
	Confusão na Assembleia 31	
	A Declaração dos Direitos e a Constituição 31	
	Fuga do rei 31	
	A vitória do Terror 32	
	Revolução, guerra e revoltas 32	
	Convenção revolucionária 33	
	Revolta da Vendeia 33	
	Despotismo da liberdade 33	
	Rumo ao golpe de Napoleão 35	
	O jovem Napoleão 35	
	Os golpes de Paris 36	
	O grande golpe 36	
	Napoleão conquista a Europa 37	
	Vitórias de Napoleão 37	
	Derrotas de Napoleão 38	
	História & Geografia – O General Inverno 39	
	Napoleão renasce das cinzas 40	
	O Congresso de Viena 40	
	Roteiro de estudos 42	
Capítulo 3	A Revolução Industrial 44	
	James Watt 44	
	Minas de carvão 45	
	História & Ciências – Panela de pressão 45	
	Uma combinação perfeita: a máquina de fiar e o vapor 46	
	Da lã ao algodão 46	
	Por que na Inglaterra? 47	
	Os cercamentos dos campos ingleses 48	
	O sistema de fábricas e a divisão do trabalho 49	
	Adam Smith e o liberalismo 49	
	Ler documentos – Com a palavra, uma operária 50	
	A divisão da sociedade 51	
	As fábricas crescem, as cidades também 51	
	Outras histórias – Capital 52	
	Da madeira ao ferro: os trilhos 53	
	História & Língua Portuguesa – Expressões populares e ferrovia 53	
	Surgem as ferrovias 54	
	A locomotiva a vapor 55	
	Roteiro de estudos 56	
Capítulo 4	Américas independentes 58	
	Os pais fundadores 58	
	Os libertadores da América 59	
	Movimentos de independência americanos 59	
	A Revolução Americana 60	
	A opressão inglesa 61	
	Ler documentos – A Declaração de Independência 62	
	A Revolução do Haiti 63	
	Impacto da Revolução Francesa 63	
	Toussaint Louverture 64	

Fonte: VAINFAS, Ronaldo et al. *História.doc*. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

Figura 7- Sumário

3	UNIDADE	
	Escravidão e liberdade nas Américas 132	
Capítulo 8	Café e escravidão no Brasil 134	
	A família Clemente Pinto 134	
	A escravidão em um país em transformação 135	
	A cultura do café 136	
	Mais café, mais escravizados 136	
	Mais café, mais escravizados e mais terras 137	
	Outras histórias – A questão indígena no século XIX 138	
	Da plantação ao transporte do café 139	
	Os caminhos de ferro do café 140	
	O tráfico atlântico em xeque 141	
	1831: uma “lei para inglês ver” 141	
	Outras histórias – A demografia do tráfico 142	
	1850: a Lei Eusébio de Queirós 143	
	Ler documentos – O tráfico de escravizados no teatro 143	
	Imigrantes, uma solução? 144	
	Dívidas acumuladas 144	
	O caso de Thomas Davatz e o fracasso do sistema de parceria 145	
	O café além do Vale do Paraíba 145	
	O tráfico após o fim do tráfico 146	
	Os barões do café 147	
	As casas dos barões 147	
	“Tudo isto aqui já foi café!” 148	
	O fim dos barões do Vale 149	
	Roteiro de estudos 150	
Capítulo 9	Nos Estados Unidos, a escravidão divide o país 152	
	William, de escravizado a sargento 152	
	Um país dividido 153	
	Sul x norte 153	
	Cresce a tensão entre norte e sul 154	
	Oeste livre ou escravista? 155	
	A fundação do Partido Republicano e a eleição de Lincoln 156	
	No norte, o avanço do abolicionismo 157	
	História & Arte – O escravizado Tomás na televisão brasileira 157	
	No sul, a defesa da escravidão 158	
	Outras histórias – Em defesa do sistema escravista 158	
	Nunca morreram tantos soldados 159	
	Um regimento de soldados negros 160	
	O sul começou ganhando, mas o norte virou o jogo 161	
	A Batalha de Gettysburg 161	
	A Batalha do Forte Wagner 162	
	A rendição do sul 163	
	Ler documentos – O discurso de Gettysburg 163	
	A escravidão acabou, mas não o racismo 164	
	O assassinato de Lincoln 164	
	O norte venceu, e o capitalismo avançou 165	
	A condecoração de William 165	
	Roteiro de estudos 166	
Capítulo 10	No Brasil, escravidão e monarquia em crise 168	
	José do Patrocínio, um jornalista contra a escravidão 168	
	A monarquia e a Guerra do Paraguai 169	
	O início do conflito 170	
	Os Voluntários da Pátria 170	
	O resultado da guerra 171	
	A monarquia e a crise da escravidão 172	
	A abolição da escravidão no Ceará 172	
	A monarquia e o abolicionismo 174	
	Outras histórias – O Partido Republicano e o abolicionismo 174	
	Um abolicionista radical 175	
	Ler documentos – A república no horizonte 176	
	A monarquia e as leis abolicionistas 176	
	A Lei do Ventre Livre 177	
	Outras histórias – José do Patrocínio, uma “criança exposta” 177	
	A Lei dos Sexagenários 178	
	Finalmente, a abolição 179	
	Liberdade conquistada; e agora? 180	
	Projetos de “branqueamento” 180	
	Os últimos anos da monarquia 181	
	A Igreja se afasta 181	
	Militares em pé de guerra 182	
	Fazendeiros sem escravizados e sem indenização 182	
	A Proclamação da República 183	
	Roteiro de estudos 184	

Fonte: VAINFAS, Ronaldo et al. *História.doc.* 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

Figura 8- Sumário

4	UNIDADE	
	A burguesia domina o mundo ... 186	
Capítulo 11	O mundo das fábricas e as lutas dos trabalhadores	
	General Ludd, um novo Robin Hood? ... 188	
	Ludismo ... 188	
	Ler documentos – Assinado: general Ludd ... 189	
	Trabalhador: um caso de polícia? ... 190	
	Outras histórias – A Lei dos Cereais e o Massacre de Peterloo ... 191	
	Outra luta: o cartismo ... 192	
	Lutas e conquistas dos trabalhadores ... 193	
	Socialismos ... 194	
	Os primeiros socialistas ... 194	
	O socialismo de Marx e Engels ... 195	
	Anarquistas ... 196	
	Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos! ... 197	
	Roteiro de estudos ... 198	
Capítulo 12	Nacionalismos em conflito na Europa	
	Giuseppe e Anita Garibaldi ... 200	
	Nação e Constituição ... 201	
	A burguesia francesa no poder ... 202	
	O "rei burguês" e o sobrinho de Napoleão ... 202	
	Outras histórias – 1848, a Primavera dos Povos ... 204	
	A unificação da Alemanha ... 205	
	Otto von Bismarck, o chanceler de ferro ... 206	
	Ler documentos – O incidente diplomático ... 207	
	Itália, o sonho de Garibaldi ... 208	
	A península Itálica antes da unificação ... 208	
	A unificação italiana ... 209	
	Roteiro de estudos ... 210	
Capítulo 13	A partilha do mundo entre as nações industrializadas	
	Shaka, rei do povo Zulu ... 212	
	Expedições e viagens científicas ... 213	
	Os britânicos acumulam experiência ... 213	
	Índias desencantadas ... 214	
	A Revolta dos Sipaiois ... 215	
	Índias: vice-reino britânico ... 215	
	Outras histórias – O Império Britânico e a experiência nas Índias ... 216	
	China atacada ... 217	
	Punhos da Justiça em ação ... 218	
	A disputa pelo continente africano ... 219	
	No sul: ingleses e holandeses em disputa ... 219	
	Os holandeses chegam à Zululândia ... 220	
	Riqueza cobiçada: ouro e diamante africanos ... 221	
	África dividida ... 222	
	Guerra Anglo-Zulu e a dominação da Zululândia ... 223	
	Ler documentos – "Parta agora mesmo e, principalmente, não volte nunca mais" ... 224	
	A colonização justificada pela ciência ... 225	
	História & Ciências – Os usos do termo "raça" ... 225	
	A América para os americanos ... 226	
	A expansão estadunidense ... 226	
	Avanços sobre o Caribe e o Pacífico ... 227	
	Roteiro de estudos ... 228	
Capítulo 14	Ciência e costumes na sociedade burguesa	
	Pasteur e a vacina contra a raiva ... 230	
	Jenner e o controle da varíola ... 231	
	História & Ciências – Uma prática secular ... 232	
	A descoberta dos microrganismos e da vida sem oxigênio ... 233	
	O higienismo e o saneamento das cidades ... 233	
	Outras histórias – O destino dos mortos na época da ciência ... 234	
	A ciência no combate às doenças ... 235	
	Ler documentos – Costumes e regras de bem viver na sociedade burguesa ... 236	
	E fez-se a luz... elétrica! ... 237	
	Comunicações mais rápidas ... 238	
	Outras histórias – O código Morse ... 239	
	O mundo ficou menor ... 239	
	Roteiro de estudos ... 240	
	Roteiro de investigação ... 242	
	Referências bibliográficas comentadas ... 248	

Fonte: VAINFAS, Ronaldo et al. *História.doc*. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

Diante das imagens dos sumários dos materiais apresentados, podemos constatar que ambos destacam eventos ocorridos na Europa, como a Revolução Francesa, as Revoluções Inglesas, a Primeira Revolução Industrial dentre outros, evidenciando ainda uma presença muito forte do eurocentrismo³ nessa ferramenta

³ O eurocentrismo é uma abordagem que privilegia a visão europeia do mundo em detrimento de outras culturas e perspectivas. Isso se manifesta em várias esferas, como a educação, a arte, a história e até mesmo nas ciências

educacional. Além desses, títulos como as Independências da América Latina, a Proclamação da República, o Período Joanino, o Fim do trabalho escravo no Brasil, e outros também se encontram presentes nesses instrumentos didáticos. Contudo, não identificamos, ao analisar os sumários, a referência à escravidão contemporânea no Sudeste, nem mesmo os seus subtítulos apontam essa temática. Porém, percorrendo as páginas dos referidos materiais didáticos, a fim de encontrar esse tema ao menos nas seções complementares de uma das obras, uma vez que nos títulos e subtítulos não havia menção ao mesmo, deparei-me somente no livro didático de Vainfas et al. (2022), no capítulo onze, chamado de *O mundo das fábricas e as lutas dos trabalhadores*, a abordagem bastante sintetizada da escravidão contemporânea, como pode ser visto na imagem abaixo:

Figura 9- Caso de situação análoga a escravidão ocorrida no Paraná

O passado presente

Hoje, embora o Brasil tenha leis conferindo direitos aos trabalhadores, em alguns casos, elas não são cumpridas. Quando uma empresa é denunciada por explorar o trabalho de pessoas sem atender à legislação trabalhista, ela pode ser punida.

Algumas empresas fazem ainda pior do que não oferecer condições dignas de trabalho: obrigam os empregados a trabalhar em regime de cativeiro, limitando sua livre circulação, o que é considerado trabalho análogo à escravidão, crime previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

Infelizmente, há centenas de casos de trabalho considerado análogo à escravidão, tanto na zona rural como em áreas urbanas. A fiscalização por parte do governo é fundamental para coibir a prática. Leia o relato de um caso recente.

Homem que trabalhou 21 anos sem receber salário é resgatado no Paraná

Dois homens, ambos com mais de 60 anos, foram resgatados realizando trabalho em condições análogas à escravidão em uma fazenda de Nova Esperança [...]. Um dos resgatados trabalhou no local por 21 anos sem receber salário, em troca apenas de alimentação e moradia (e em condições precárias). O outro resgatado tinha oito anos de serviço na mesma situação. [...] os dois trabalhadores cumpriam jornadas abusivas, sem nenhum dia de folga por semana, e tinham eventuais saídas controladas pelos "empregadores", que os ameaçavam de "demissão". [...]

[Uma] das vítimas, segundo os auditores, deveria receber um benefício previdenciário, o BPC, mas seu empregador, que não teve a identidade divulgada, recebia por ele e não repassava nada. Teriam sido liberados mais de R\$ 32 mil desde 2019.

VELEDA, Raphael. Homem que trabalhou 21 anos sem receber salário é resgatado no Paraná. *Metrópolis*. Disponível em: www.metroplites.com/brasil/homem-que-trabalhou-21-anos-sem-receber-salario-e-resgatado-no-parana. Acesso em: 6 maio 2022.

1. Converse com os colegas sobre os aspectos mais impactantes dessa notícia.
2. Em dupla, discutam as diferenças e semelhanças entre a forma de trabalho descrita e a condição de escravidão existente no Brasil até o fim do século XIX.

Fonte: VAINFAS, Ronaldo et al. *História.doc*. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

sociais. O conceito embute a ideia de que a cultura europeia serve como um padrão universal, do qual outras culturas são medidas. Tal uniformização muitas vezes leva à subestimação ou invisibilidade das contribuições e realidades de povos fora da Europa, resultando em uma narrativa histórica que favorece a europalização do saber. Cidesp, 2025.

Ao analisarmos o texto, observamos que os autores salientam que, apesar da escravidão contemporânea ser um crime previsto por lei, algumas empresas ainda mantêm pessoas nessa condição no Brasil atualmente e, para exemplificar essa realidade, citam um caso ocorrido no Paraná, Região Sul do Brasil. Embora haja menção ao tema na obra de Vainfas et al. (2022), essa abordagem se apresenta de forma bastante vaga e superficial tanto em nível nacional quanto especificamente na Região Sudeste, onde estamos inseridos. Essa ausência é particularmente preocupante, considerando a relevância de contextualizar o tema no espaço geográfico vivido pelos estudantes, de modo a favorecer a construção de um pensamento crítico. Além disso, é importante destacar o papel central do livro didático no processo de ensino-aprendizagem. Como afirma Bittencourt (1997), esse material:

(...) tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder e expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. (Bittencourt, 1997, p. 72)

O livro didático constitui um recurso amplamente utilizado pelos docentes de História no cotidiano escolar, desempenhando papel central na mediação do conhecimento histórico. Observa-se, contudo, que o silenciamento da temática da escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil, nos materiais analisados, representa um obstáculo significativo para os professores que buscam abordar este conteúdo em sala de aula, uma vez que os livros não oferecem dados específicos ou contextualizados. Apesar de não se configurar como a única fonte pedagógica disponível, esse recurso mantém-se como instrumento privilegiado de ensino e de formação de mentalidade, conforme indicam Choppin (2012) e Bittencourt (1997):

O papel do livro didático na vida escolar pode ser o de transmitir estereótipos e valores dos grupos dominantes, instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos determinados por setores do poder e pelo Estado. (Bittencourt, 1997, p.72).

Considerando que o livro didático é uma ferramenta que veicula estereótipos, conceitos e ideologias, além de ser amplamente utilizado por professores de História e, muitas vezes, representar a principal ou única fonte de leitura para grande parte dos estudantes, acredita-se que o silenciamento das formas modernas de escravidão,

especialmente no contexto da Região Sudeste, nesse recurso pedagógico, pode contribuir consideravelmente para a sua não abordagem em sala de aula. Quando os materiais utilizados não contemplam determinado conteúdo, isso pode levar os docentes a não explorá-lo, comprometendo o desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre a persistência de estruturas escravistas na sociedade contemporânea. Essa situação evidencia como a ausência de informações contextualizadas nos livros didáticos dificulta a problematização do tema e limita a possibilidade de os estudantes estabelecerem conexões entre passado e presente, tornando essencial que o professor recorra a outras fontes e estratégias pedagógicas para suprir essas lacunas.

Não buscamos desmerecer as obras analisadas, tampouco o caso superficialmente registrado por Vainfas *et al.* (2022), na Região Sul. Contudo, é relevante ressaltarmos que a ausência dessa abordagem em alguns materiais didáticos não se coaduna com a realidade do Sudeste do Brasil, que apresenta, em seus quatro estados, casos de resgate de pessoas em situação análoga à escravidão, conforme apresentado na Tabela 1 desta pesquisa. Essas situações ainda ocorrem, pois “apesar da política pública de combate à escravidão contemporânea ter iniciado em 1995 no Brasil, infelizmente novas formas de exploração que violam normas básicas de direitos humanos ainda surgem em várias atividades econômicas...” (Fagundes, 2023, p. 211).

Diante dessa realidade, e considerando que abordá-la pode ser significativo para o processo ensino-aprendizagem, percebe-se que os autores optaram por tratar o tema de forma superficial em vez de explorá-lo plenamente. Sabemos que a escolha de uma narrativa sempre que escrita acaba por silenciar outras, pois, segundo Trouillot (2016) são escolhidas nos seguintes momentos:

Silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das *fontes*); no momento da composição do fato (na elaboração dos *arquivos*); no momento da recuperação do fato (na elaboração das *narrativas*), e no momento da significância retroativa (na elaboração da *história* em última instância)

Esses momentos são ferramentas conceituais, abstrações de segundo nível de processos que se alimentam uns dos outros. Como tais, não pretendem oferecer uma descrição realista da elaboração de qualquer narrativa individual. Em lugar disso, ajudam-nos a entender por que nem todos os silêncios são iguais e por que eles não podem ser abordados ou eliminados-todos da mesma forma. Em outras palavras, qualquer narrativa histórica é um conjunto específico de silêncios, o resultado de um processo singular, e

a operação necessária para desconstruir estes silêncios variará de acordo com eles. (Trouillot, 2016, p. 57-58).

Desta maneira, nota-se que o silenciamento ocorre sempre que a História for escrita, pois ele é selecionado por aquele que a produz. Observa-se nas obras apresentadas que os autores escolheram narrativas que silenciam a escravidão moderna tão latente na Região Sudeste do Brasil. Julgamos que isso ocorra, pois em um país capitalista e contemporâneo que determina, pela Constituição de 1988, direitos como liberdade, igualdade e, sobretudo, o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, torna-se inadequado evidenciar que práticas que afrontam diretamente esse princípio ainda persistem. Assim, ao ocultar a continuidade de situações análogas à escravidão, essas narrativas contribuem para a manutenção de uma determinada *vontade de verdade*, que define o que pode ou não ser dito sobre a realidade social brasileira. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz de Foucault (1996), quando afirma que:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: e ao mesmo tempo reforçada e conduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros da edição, das bibliotecas como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo atribuído. Recordemos aqui, apenas a título simbólico, o velho princípio grego: que a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deveria ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções nas desigualdades. (Foucault, 1996, p.17).

Compreendendo, a partir de Foucault (1996), que o livro didático faz parte de um suporte institucional que determina em sua narrativa um discurso de poder que deverá ser estabelecido na sociedade, e considerando que “Não se pode abstrair do livro e do livro didático a determinação de que ele é, antes de tudo, produzido para um mercado”, (Munakata 2013, p.6), acreditamos que o silenciamento da escravidão moderna no Sudeste pode ser influenciado em virtude dos interesses capitalistas que procuram normalizar a exploração, em benefício próprio.

De acordo com Cavalcanti (2021):

A moderna sociedade capitalista proporcionou assim a ressignificação da exploração. Se a relação capital trabalho por intermédio do assalariamento representou a transmutação da exploração da força de trabalho, fazendo

surgir uma nova forma de sujeição e submissão por meio de subordinação e dependência e da coerção econômica, a seu lado todas as outras formas de controle e de exploração de trabalho humano foram articuladas e perpetuadas em proveito do capital. Escravidão e as demais conformações de trabalho compulsório permaneceram submetidos à ordem estabelecida, não como algo marginal e “por fora” do sistema, mas a ele plenamente integradas. (Cavalcanti, 2021, p.36).

A ressignificação da exploração da mão de obra humana, apontada por Cavalcanti (2021), contribui para que a precarização das condições laborais seja frequentemente naturalizada pelos próprios trabalhadores, que a percebem como social e juridicamente aceitável. Em muitos casos, essa percepção leva indivíduos a se submeterem a situações degradantes de trabalho, acreditando que jornadas exaustivas, pressões psicológicas, alimentação inadequada, limitações no acesso à educação e processos de desumanização sejam parte intrínseca das relações capitalistas contemporâneas, aceitando, assim, a intensificação do uso de sua força de trabalho.

No século XXI, essa exploração manifesta-se de maneiras distintas, adaptando-se às transformações econômicas, tecnológicas e sociais do capitalismo contemporâneo. Uma das expressões mais evidentes dessa lógica é a chamada “uberização” do trabalho, consolidada como uma das expressões mais atuais da precarização laboral caracterizando-se pela ausência de vínculos empregatícios formais, pela subordinação algorítmica em que motoristas e entregadores são monitorados, avaliados e punidos com base em critérios automatizados e inquestionáveis, pelo aumento dos riscos operacionais e de saúde e pela necessidade de jornadas exaustivas para obtenção de renda mínima.

Essas condições configuram um cenário de vulnerabilidade que, em diversos aspectos, aproxima-se das formas contemporâneas de trabalho análogo à escravidão, ainda que juridicamente não se enquadre nessa definição. Estudos como os de André, Silva e Nascimento (2018) mostram que alguns motoristas de aplicativo já identificam, em suas experiências cotidianas, elementos que remetem à lógica escravista, especialmente pela sensação de desumanização e falta de controle sobre a própria atividade laboral.

Compreender essas dinâmicas de exploração é essencial para refletir sobre o modo como a escravidão moderna é abordada ou silenciada nos materiais didáticos de História. A não problematização dessas práticas, contribui para a perpetuação de discursos de poder que reforçam a invisibilização do problema. Dessa forma,

evidencia-se que o livro didático constitui apenas um dos obstáculos enfrentados pelos professores de História na abordagem do tema no Sudeste brasileiro. Outro fator relevante é a formação continuada, que, apesar de avanços significativos no país, ainda apresenta limitações que serão discutidas a seguir.

1.3 Desafios e limitações da formação continuada de professores no Brasil

“A educação é inseparável da formação e é por isso que ela só pode ser permanente.”

**Marilena de Souza
Chauí**

Historicamente sabemos que a preocupação com a formação continuada dos professores da educação básica da rede pública no Brasil não é algo recente, entretanto não vamos aqui nos aprofundarmos no cerne desse assunto, mas sim, trazer alguns impasses que giram em torno desse processo. Iniciamos a abordagem dessa temática citando a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que na década de setenta já estabelecia a educação continuada de docentes, porém ela foi revogada e substituída pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que determina:

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). (Brasil, 1996).

A formação continuada é concebida como estratégia para capacitar e aperfeiçoar os professores visando à melhoria do ensino. No entanto, refletir sobre sua eficácia exige considerar as especificidades de cada escola. É fundamental que os cursos de aperfeiçoamento dialoguem com os docentes no “chão da escola”, pois são eles que conhecem o contexto real de atuação. Contudo, essa aproximação raramente ocorre. Segundo Gatti (2009), a formação continuada frequentemente ignora as necessidades reais dos professores e das escolas, desconsidera a participação docente nas decisões e não oferece acompanhamento sistemático da

prática pedagógica. Além disso, muitos formadores desconhecem o contexto escolar, e os conteúdos acabam descontextualizados, comprometendo sua aplicação prática.

Embora planejada como instrumento de melhoria do ensino público, na prática os professores atores centrais para o êxito da formação não participam ativamente da elaboração dos programas. Suas experiências e saberes são desconsiderados e a ausência de acompanhamento pós-curso reforça a dificuldade de aplicar o que foi aprendido. Essa limitação contribui diretamente para que conteúdos sensíveis, como a escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil, sejam negligenciados ou abordados de forma superficial.

Para além das limitações operacionais frequentemente apontadas, torna-se necessário compreender a formação continuada de professores como parte de um projeto político-pedagógico mais amplo, inserido nas disputas em torno do papel da escola pública e do trabalho docente. Nesse sentido, Gatti (2009) destaca que modelos de formação centrados na transmissão de conteúdos prescritos, desarticulados das realidades escolares, tendem a esvaziar o caráter reflexivo da docência, reduzindo o professor à condição de executor de orientações produzidas por instâncias externas à escola. Assim, a formação continuada deixa de se constituir como espaço de construção coletiva do conhecimento pedagógico e passa a operar como mecanismo de regulação do trabalho docente, limitando a autonomia profissional e a possibilidade de problematização crítica dos conteúdos ensinados. Essa lógica contribui para a reprodução de silenciamentos históricos, especialmente no tratamento de temas sensíveis e socialmente tensionados, como a escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil.

Outro aspecto relevante refere-se à tendência de responsabilização individual do professor pelos limites do ensino, desconsiderando as condições estruturais que atravessam sua prática cotidiana. Ao atribuir à formação continuada a função de suprir fragilidades do trabalho docente, sem enfrentar questões como a precarização das condições de trabalho, a sobrecarga de funções e a ausência de tempo institucionalizado para estudo e planejamento, as políticas de capacitação acabam reforçando uma lógica tecnicista e instrumental. Conforme aponta Gatti (2009), formações organizadas nesses moldes tendem a privilegiar conteúdos considerados neutros ou consensuais, em detrimento de discussões críticas sobre desigualdades sociais, exploração do trabalho e violações de direitos humanos. Como consequência, temas como a escravidão contemporânea, que exigem mediação teórica,

sensibilidade pedagógica e contextualização histórica, permanecem marginalizados ou são tratados de forma superficial no cotidiano escolar.

Outros desafios incluem a realização de ações pontuais de atualização, que muitas vezes não atendem às demandas reais dos professores. Segundo o Catálogo de Orientações Gerais da Rede Nacional de Formação Continuada (Brasil, 2006, p.26), a formação continuada não pode ser reduzida a treinamentos específicos, mas deve promover reflexão crítica sobre a prática docente e considerar os determinantes sociais mais amplos que impactam o cotidiano escolar. Quando as capacitações são pontuais, os professores tendem a considerá-las pacotes a serem executados, sem significados duradouros para sua prática.

Além disso, a baixa adesão dos docentes aos programas e a ausência de políticas públicas eficazes reforçam as dificuldades. Um estudo do Instituto Ayrton Senna (IAS, 2014) mostrou que apenas 2% dos professores brasileiros participam de atividades práticas de formação e treinamento. Essa realidade evidencia que é urgente promover a articulação entre redes de ensino, instituições formadoras e universidades, favorecendo o compartilhamento de estratégias pedagógicas e o fortalecimento da formação contínua.

A BNCC (Brasil, 2017) também reforça a necessidade de educação continuada eficaz, pois orienta que os professores desenvolvam competências para analisar criticamente a realidade, valorizar saberes diversos e propor atividades que promovam o pensamento crítico dos estudantes. Portanto, cursos de formação continuada que considerem a realidade das escolas e dos professores, com apoio teórico e metodológico adequado, são essenciais para que temas complexos, como a escravidão moderna, sejam tratados com profundidade e responsabilidade.

Esse capítulo, objetivou apresentar alguns desafios que os docentes de História enfrentam ao abordar a escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil no âmbito escolar. Foram destacados aqui dois principais impasses: o silenciamento e a elucidação rasa desta temática nos livros didáticos, além das fragilidades da educação continuada que contribuem para que questões sensíveis como essa sejam frequentemente negligenciadas em sala de aula. Diante dessas dificuldades e reconhecendo a importância do tema para a formação do pensamento crítico dos discentes, o próximo capítulo apresenta um aporte teórico que comprova a existência da escravidão contemporânea no Sudeste do país. O propósito é fornecer um suporte conceitual aos professores de História do oitavo ano do Ensino Fundamental, que os

auxilie na abordagem desse conteúdo e contribua para o desenvolvimento de atividades didáticas de modo que esse tema deixe de ser silenciado nas aulas.

2 UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA QUE REVELE A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO SUDESTE DO BRASIL

“Até que os leões tenham a sua história, os contos de caça glorificarão sempre o caçador”

Chinua Achebe

Tendo em vista os impasses que foram elencados no primeiro capítulo desta dissertação, referentes às dificuldades que o professor de História do oitavo ano do Ensino Fundamental enfrenta, ao abordar a escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil no espaço escolar, foi produzido neste capítulo um aporte teórico construído a partir de artigos, reportagens, livros e dados de sites oficiais, que o auxilie na abordagem dessa temática. Essa fundamentação teórica também será empregada no desenvolvimento de atividades pedagógicas a serem produzidas no capítulo três deste trabalho, no qual se explicita a função de cada questão no processo de ensino-aprendizagem. No capítulo quatro, embora as mesmas questões sejam retomadas, elas serão reorganizadas em formato de material didático, objetivando atender às exigências do programa ProfHistória que estabelece a construção de conteúdos educacionais.

A produção deste aporte teórico possibilita ao docente de História acesso a fundamentos e conceitos que lhe permitam confrontar um saber institucionalizado que muitas vezes é imposto, silenciando ou velando a escravidão moderna que ocorre com bastante frequência na Região Sudeste do Brasil, uma vez que “A escravidão não é simplesmente um fato do passado” (Pinsky 2022, p.7), sua herança ainda media nossas relações sociais na atualidade ao instituir distinções, dentre trabalhos manuais e intelectuais por exemplo, Pinsky (2022). Porém, é importante destacarmos que existem diferenças entre a escravidão colonial e a escravidão contemporânea. De acordo com Pinsky (2022), a escravidão colonial “se caracteriza por sujeitar um homem ao outro de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força” (Pinsky, 2022, p.7). Ao passo que ao verificarmos as características da escravidão contemporânea, vemos que segundo o livro digital

Escravo, nem pensar! Educação para prevenção ao trabalho escravo, o “trabalho escravo contemporâneo é usado no Brasil para designar a situação em que a pessoa está submetida a trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívidas e condições degradantes” (Repórter Brasil, 2022, p.14).

Considerando que a escravidão colonial e a escravidão contemporânea são dissemelhantes, a tabela abaixo evidencia essas distinções. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar das muitas diferenças que ocorrem entre elas, ainda encontramos práticas que se assemelham, destacadas na mesma.

Tabela 2 - Características da antiga escravidão e da nova escravidão no Brasil

Antiga escravidão	Nova escravidão
Era legalizada pelo Estado Brasileiro.	Crime previsto pelo Código Penal Brasileiro.
O custo com a aquisição do escravizado era alto.	O custo com a aquisição é muito baixo, pois não há compra e sim, gastos com transporte e alimentação.
A mão de obra era limitada, pois o abastecimento dependia do tráfico de escravizados ou do aprisionamento de indígenas.	A mão de obra é abundante, gerada pelo contingente de pessoas desempregadas e em situação de vulnerabilidade econômica no país.
As diferenças étnicas eram primordiais para a escravização.	As diferenças étnicas não são significativas, pois qualquer pessoa pobre ou miserável pode se tornar vítima da escravidão contemporânea.
Para que haja a manutenção da ordem e a realização das tarefas são praticadas ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.	Para que haja a manutenção da ordem e a realização das tarefas são praticadas ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.
O relacionamento entre o senhor e o escravizado era duradouro e passava de geração para geração.	Relação geralmente temporária, mas pode ser prolongada em casos de exploração contínua, como na empregada doméstica.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados disponíveis em: Repórter Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/comparacao-entre-a-nova-escravidao-e-o-antigo-sistema/>. Acesso em: 10 set. 2025.

A partir da Tabela 2, observa-se que, apesar de mais de cem anos da mudança de postura do Estado brasileiro com relação à legalidade da escravidão, as raízes desse sistema ainda se encontram fincadas nas relações contemporâneas da sociedade brasileira, que naturalizam a exploração do homem pelo homem e estão ligadas ao sistema capitalista, Cavalcanti (2021). Além disso, ela estabelece “distinções hierárquicas entre trabalho manual e intelectual, quando determina habilidades específicas para o negro (samba, alguns esportes, mulatas) e mesmo quando alimenta o preconceito e a discriminação racial” (Pinsky, 2022, p.7).

Sabendo que a escravidão deixou herança na sociedade brasileira, vamos destacar a seguir alguns autores que traçam o perfil de pessoas que normalmente são aliciadas e submetidas a situações análogas à escravidão na Região Sudeste. Lima (2022) ressalta que em geral, no Brasil o perfil das vítimas está diretamente ligado a fatores como a extrema pobreza, o desemprego, a miséria, o analfabetismo, e a desigualdade social e regional.

Para compreendermos quem são os trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão nos estados que compõem uma das regiões mais diversificadas e economicamente relevantes do Brasil, analisamos o perfil das vítimas resgatadas nos quatro estados que a integram: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

2.1 A face oculta do Rio de Janeiro

Iniciamos nossa análise pelo Estado do Rio de Janeiro, que, apesar de figurar entre os mais desiguais do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda se configura como destino de muitos migrantes em busca de oportunidades de trabalho.⁴

⁴ **RJ é o terceiro estado mais desigual do Brasil, aponta IBGE. A renda média do trabalhador fluminense também é pior do que a média nacional.** Segundo o IBGE, no Brasil, o rendimento médio mensal domiciliar por morador teve um aumento de 6,9%, enquanto no RJ o crescimento foi de 4%. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/05/11/rj-e-o-terceiro-estado-mais-desigual-do-brasil-aponta-ibge.ghtml>>

Embora se refiram ao contexto nacional, as análises de Suzuki e Casteli (2022), no artigo *Questão de Gênero e Trabalho Escravo: quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil*, oferecem subsídios importantes para compreender esse cenário no Rio de Janeiro. Os autores identificaram que, entre 2016 e 2018, as pessoas resgatadas em condições análogas à escravidão no país eram majoritariamente homens com idade entre 18 e 45 anos, baixa escolaridade, alguns analfabetos e muitos que iniciaram sua trajetória laboral ainda na infância, por volta dos 11 anos. Além disso, destacam que grande parte dos resgatados eram migrantes, tanto internos quanto externos, que, ao buscarem novas oportunidades, eram frequentemente explorados a milhares de quilômetros de suas residências, frequentemente em locais com condições precárias e instalações inadequadas.

Esse perfil, em linhas gerais, também se verifica no Rio de Janeiro e não se alterou significativamente nos anos subsequentes, como evidenciam dois casos ocorridos no estado, documentados nas reportagens a seguir:

Chineses são encontrados em situação de trabalho escravo na Zona Sul do Rio

Os dois homens dormiam no depósito de uma pastelaria, em um espaço cujo pé direito mede no máximo 1,30m e sem ventilação

Dois trabalhadores chineses foram resgatados pela Inspeção do Trabalho (órgão que agora faz parte do Ministério da Economia) em situação análoga ao trabalho escravo, em uma pastelaria no Leme, na Zona Sul do Rio. Este foi o primeiro caso oficial do tipo ocorrido no Rio de Janeiro neste ano.

Os chineses foram localizados após uma denúncia recebida pelo Ministério do Trabalho (MPT), informando que os dois homens dormiam no depósito do estabelecimento, em um espaço cujo pé direito mede no máximo 1,30m e sem ventilação. Situação está que foi confirmada pela Inspeção do Trabalho em vistoria realizada na sexta-feira passada (9). (Corsini, 2020).

Mulher é resgatada em condição análoga à escravidão no Rio após trabalhar por 46 anos sem salário

Uma mulher de 59 anos que trabalhava há 46 anos para a mesma família em situação análoga à escravidão foi resgatada no Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste do Rio.

RJ é o terceiro estado mais desigual do Brasil, aponta IBGE

Segundo informações dos responsáveis pelo resgate, ela não recebia salários e não tirava folgas, ficando à disposição da família para qual trabalhava de forma ininterrupta.

A operação de resgate foi feita de forma conjunta entre Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) e a Auditoria-Fiscal do Trabalho, com apoio da Polícia Federal, e realizada no dia 2 de julho. O caso só foi divulgado nesta quarta-feira (24) após a resolução de todos os trâmites trabalhistas e financeiros.

Ela também não tinha conta bancária e tampouco amigos ou familiares, já que saiu de Pernambuco em 2016 para trabalhar para essa mesma família

no Rio de Janeiro, cuidando do pai e agora também dos filhos. (Coelho, 2024)

As notícias acima mostram que pessoas de outros estados ou países ainda buscam oportunidades de trabalho no Rio de Janeiro, mas, infelizmente, muitas vezes terminam sendo privadas de liberdade, da infância, da dignidade, dos estudos, de salário e da constituição de uma família. Esses indivíduos acabam se sujeitando a atividades laborais, pois sentem-se vulneráveis em virtude de sua situação de dependência econômica, por se encontrarem longe de sua terra natal, de possuírem uma dívida de gratidão com os empregadores e, principalmente, em muitos casos não percebem que estão sendo submetidos à escravidão moderna. Contudo, é importante salientar que segundo Prado (2022):

Nem todas as ocorrências de escravidão no Estado do Rio de Janeiro, atingem trabalhadores e trabalhadoras oriundos de outros estados. É significativa a presença de trabalhadores naturais da mesma região onde sempre viveram. O empobrecimento e as crises econômicas (que levam ao fechamento de empresas ou à falência de médios empregadores) favorecem a criação de novas ocorrências de trabalho escravizado nas regiões de origem dos atingidos por esse tipo de crime. (Prado, 2022, p.508).

De acordo com a citação, embora a escravidão contemporânea no Rio de Janeiro normalmente envolva pessoas oriundas de outras regiões do Brasil, é relevante a presença de trabalhadores que moram no estado sendo levados a essa situação. Para a autora, o aparecimento de casos de homens e mulheres inseridos nesse contexto está ligado ao empobrecimento da população e às crises econômicas que muitas vezes provocam o fechamento ou a falência de estabelecimentos de médios empregadores. Essas pessoas saem de suas casas em busca de um emprego que lhes dê melhores condições de vida, mas infelizmente muitos são enganados por indivíduos que as contratam para trabalhar em seus lares, estabelecendo uma falsa relação de intimidade dizendo que o “empregado é quase da família”, quando na verdade estão interessados em trocar a hospedagem e a comida pelo trabalho. Há também os aliciadores que “são chamados de gatos ou empreiteiros – recrutam os trabalhadores com promessas enganosas de bom salário e boas condições de trabalho” (Repórter Brasil, 2022, p.32).

O caso que motivou a escrita dessa dissertação, da idosa que viveu 72 anos em situação análoga à escravidão, citado no primeiro capítulo desse trabalho, ratifica a questão levantada por Prado (2022), pois aponta para um fato em que a pessoa

morava no estado do Rio de Janeiro e foi submetida à escravidão contemporânea no próprio estado, provavelmente em função da pauperização de sua família.⁵ Esse acontecimento publicado na reportagem de Frizon, Couto e Araújo (2022) revela que o trabalho doméstico é uma das atividades econômicas que podem submeter pessoas à condição análoga à escravidão no Rio de Janeiro. Sabendo que essa não é a única ocupação que realiza essa prática ilegal, vamos analisar a tabela desenvolvida por Prado (2022), que expõe outras atividades econômicas que praticam a escravidão contemporânea no estado.

Tabela 3 - Atividades econômicas que escravizam no Rio de Janeiro, 2003-2024

Atividades Econômicas	Trabalhadores Resgatados
Cultivo de Cana-de-Açúcar	982
Construção Civil	187
Comércio Ambulante de Redes e Mantas	156
Alimentação/ Venda de Alimentos	141
Cultivo de Frutas	50
Cultivo de Café	29
Extração de Sal	23
Cultivo de Flores e Plantas	18
Pesca	17
Extração e Britamento de Pedras	11
Transporte Terrestre	6
Instalações de Infraestrutura Urbana	3
Outras Atividades Filmagens de Festa	3
Comércio Atacadista	2
Cultivo de Tomate	2
Criação de Bovino	1

⁵Mulher de 86 anos é resgatada após 72 anos de trabalho em condições análogas à escravidão. Vítima trabalhou para a mesma família desde os 12 anos de idade, sem oportunidade de estudo, férias ou salário, segundo o Ministério Público do Trabalho

Criação de Outros Animais Não Especificados	1
Anteriormente	
Empregada Doméstica	9
Aluguel de Móveis	1
Organizações Religiosas ou Filosóficas	2
Transporte Marítimo de Cabotagem	2
Serviços de Borracharia para Veículos Automotores	1
Restaurantes e Similares	1

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados de Prado (2022, p.498), e da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT).

Tabela 4 - 15 Municípios no Rio de Janeiro com Mais Autos de Infração Lavrados de 1995-2023

Municípios	Trabalhadores Resgatados
Rio de Janeiro	772
Campos dos Goytacazes	360
São Francisco de Itabapoana	162
Macaé	69
Parati	57
Teresópolis	46
Araruama	46
Nova Iguaçu	44
Cabo Frio	43
Santo Antônio de Pádua	38
Belford Roxo	34
Nova Friburgo	34
Saquarema	23
Duas Barras	23

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT).

Ao analisarmos a Tabela 3, identificamos que as atividades econômicas que mais aparecem estão ligadas ao setor primário, como o cultivo de cana-de-açúcar, de frutas, café, flores e plantas, tomates, pesca dentre outros. Entretanto, é importante enfatizar que, apesar de termos destaque nesse setor, notamos que a exploração da mão de obra humana não se restringe ao mesmo, haja visto que a referida tabela apresenta casos de resgates de pessoas no setor secundário e terciário, demonstrando que, infelizmente, essa prática criminosa pode fazer vítimas em qualquer área. Além desse crime previsto no Artigo 149 do Código Penal ⁶ não se restringir a um determinado setor da economia, sua atuação não se limita a um determinado município do Rio de Janeiro, visto que mediante aos dados apresentados na Tabela 4 desta pesquisa, encontramos casos na capital e em diversas outras regiões do estado.

Apesar de todo o avanço no que tange à questão da proibição da escravidão contemporânea no país, identificamos que os casos não cessaram. Há ocorrências dessas situações em diferentes municípios do Rio de Janeiro. Vejamos agora, na tabela abaixo o número de homens e mulheres que foram resgatados vivendo nessa condição no estado.

Tabela 5 - Trabalhadores e trabalhadoras resgatadas, divididos por sexo 2016-2018

Estado	Homens	Mulheres	TOTAL
Rio de Janeiro	472	94	566

Fonte: Suzuki e Casteli (2022, p. 47).

A partir da apresentação dos dados acima, notamos que há uma desigualdade de gênero bastante expressiva, tendo em vista a quantidade elevada de homens em relação às mulheres. Contudo, é importante enfatizarmos que o número de mulheres resgatadas no estado é bastante relevante se levarmos em consideração que em

6 BRASIL Art. 149 do Decreto-lei nº 2.848 | Código Penal, de 07 de dezembro de 1940. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003) Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Mato Grosso do Sul e Pernambuco temos quase que uma totalidade de homens sendo resgatados em situação análoga à escravidão, Suzuki e Casteli (2022).

Possivelmente o aumento no número de mulheres que se submetem a essa situação no Rio de Janeiro se dá em consequência da vulnerabilidade econômica dessas pessoas, que em geral são mães solteiras, filhas que auxiliam no sustento da família, analfabetas, com baixa escolaridade, ou imigrantes que buscam oportunidade de trabalho, dentre outras situações que podem levá-las a se tornarem vítimas de aproveitadores que utilizam de sua condição para explorá-las.

Observa-se, portanto, que a exploração no Rio de Janeiro não faz distinção de gênero e, segundo Souza (2022), em seu artigo *O trabalho escravo contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro: um estudo sobre as causas e as atuais políticas de enfrentamento*, tampouco seleciona raça. A pesquisa aponta que há trabalhadores de ambos os gêneros e de diferentes raças, branco, pardo, negro e amarelo submetidos a essa condição. Vale destacar que as etnias branca e amarela aparecem com frequência nas guias especiais do seguro-desemprego (documento preenchido após o resgate), o que se deve, em grande parte, ao não preenchimento do campo “raça” por muitos trabalhadores. Essa lacuna resulta em dados parciais, os quais contrastam com os de outras regiões do Brasil, onde a população negra e parda, predomina entre os resgatados. Ainda assim, é fundamental ressaltar que, historicamente, o trabalho escravo no Brasil afetou majoritariamente pessoas negras e pardas realidade que, infelizmente, persiste nos dias atuais.

Além das questões de gênero e raça abordadas em linhas anteriores, a análise de reportagens jornalísticas listadas a seguir permite compreender como o trabalho escravo contemporâneo se manifesta em diferentes contextos, desafiando a percepção de que essa prática não está restrita a zonas rurais ou a perfis sociais específicos.

Dois chineses estariam em situação de escravidão no Rio, diz Ministério

A coordenadora da operação contra o trabalho escravo de chineses no Rio, Márcia Albernaz, afirmou na tarde desta segunda-feira (25) que pelo menos dois dos cinco trabalhadores encontrados em uma operação de combate ao trabalho irregular de chineses no Rio estariam em condições análogas à escravidão. Um deles, localizado num comércio de importação e exportação, na maré, Zona Norte do Rio, apresenta indícios de estar preso por dívidas. Para fiscais, havia servidão por dívida e excesso de jornada de trabalho.

Ações de fiscalização serão intensificadas por causa das Olimpíadas. (Coelho, Boeckel 2016)

Vítima de trabalho análogo à escravidão em Nova Iguaçu comia lavagem de porcos

Um homem foi preso em flagrante nesta segunda-feira (27), em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, após denúncias de que submetia um funcionário a trabalho análogo à escravidão. (G1 Rio, 2023).

MPT afirma que 14 trabalhadores de uma empresa terceirizada foram resgatados em situação análoga à escravidão durante o Rock in Rio 2024

Empresa Rock World S.A, organizadora do festival, disse que repudia as acusações de trabalho análogo a escravo e qualquer forma de trabalho que não respeite a dignidade do trabalhador. (G1 Rio, 2024).

Operação liberta 11 trabalhadores de obra em situação de trabalho escravo no Rio

Operários atuavam em um residencial da construtora Living, da Cyrella, em Jacarepaguá, e haviam sido contratados por empresas terceirizadas; alojamento foi interditado. (Escóssia, 2015).

Os dados e casos apresentados ao longo deste capítulo revelam que a escravidão contemporânea no estado do Rio de Janeiro, embora muitas vezes invisibilizada, continua a ocorrer em diferentes setores da economia e em variados contextos sociais. Os episódios analisados desde a exploração de imigrantes chineses até os casos envolvendo trabalhadores em situação degradante em Nova Iguaçu, na construção civil e em grandes eventos como o Rock in Rio demonstram que o problema transcende fronteiras culturais e sociais.

As situações identificadas evidenciam a presença de práticas como a servidão por dívida, jornadas exaustivas, condições habitacionais insalubres e alimentação inadequada, que caracterizam o trabalho análogo à escravidão segundo os critérios legais brasileiros. Além disso, observa-se o uso recorrente da terceirização como mecanismo que fragiliza os vínculos trabalhistas e dificulta a responsabilização direta dos empregadores.

Diante disso, torna-se importante evidenciar que, embora o Rio de Janeiro não lidere o ranking dos estados com maior número de casos de trabalhos que submetem pessoas à situação análoga à escravidão, o estado apresenta uma realidade marcada por graves violações de direitos, que demanda um enfrentamento urgente, sistemático e intersetorial.

2.2 Correntes invisíveis no principal centro econômico do Brasil

Voltando nesse momento nosso olhar para o estado de São Paulo, que é considerado o principal centro econômico do Brasil, e por isso torna-se o destino de muitas pessoas que vislumbram uma oportunidade de emprego para melhorar de vida, percebemos que ele, assim como o Rio de Janeiro, também registra casos de situação análoga à escravidão em seu território. Contudo, essa semelhança não é a única que pode ser identificada se compararmos os dois estados, uma vez que fatores como desigualdade social, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, pobreza, analfabetismo, faixa etária entre 18 e 45 anos, e a presença de migrantes internos e externos são pontos de similaridades que encontramos entre esses estados. Suzuki e Casteli (2022).

No entanto, apesar das semelhanças percebidas, notamos também algumas diferenças. Se olharmos, por exemplo, quem são essas pessoas que engrossam as fileiras dos resgatados, identificamos que, diferentemente do Rio de Janeiro, “No caso da cidade de São Paulo, a dinâmica do trabalho escravo está fortemente associada à imigração internacional” (Suzuki e Casteli 2022, p.54).

De acordo com o dossiê *Trabalho Escravo e Migração Internacional*, produzido pela Ong Repórter Brasil (2024), desde a década de noventa, denúncias de bolivianos submetidos ao regime de servidão por dívida em oficinas de costura já eram realizadas aos auditores fiscais. Porém, foi a partir da década de 2000, com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo e a ratificação do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeccões, foi lançada luz sobre essa questão, fazendo assim com que o Estado se comprometesse em combater essa situação e passasse a trabalhar de forma conjunta a esses órgãos.

Segundo o Dossiê produzido pela Ong Repórter Brasil (2024):

A chegada de migrantes da Bolívia e sua permanência no município de São Paulo tem forte relação com as oportunidades de trabalho no setor têxtil, caracterizado sobretudo pela informalidade, jornadas exaustivas, ganho por produção, baixa remuneração e ambiente de trabalho em condições degradantes.

Nesse contexto, a condição migratória indocumentada se apresenta como um elemento importante na dinâmica de exploração. Muitos empregadores ameaçam entregar trabalhadores às autoridades migratórias se deixarem o local de trabalho ou denunciarem as condições de exploração a que estavam submetidos. Em geral, comprometidos a pagar dívidas fraudulentas decorrentes de gastos com a passagem de seu país de origem,

alimentação e aluguel, e com seus documentos retidos, eles permanecem trabalhando nas oficinas de costura. (Repórter Brasil, 2024 p. 70-71).

A citação acima busca destacar a situação da fragilidade vivida pelos imigrantes bolivianos que chegam a São Paulo para trabalhar no setor têxtil. Ainda enfatiza que o contexto exploratório enfrentado por eles é marcado pela informalidade, baixos salários e jornadas exaustivas. Ressalta também que a falta de documentos os torna ainda mais suscetíveis à exploração promovida pelos empregadores, que ameaçam denunciá-los às autoridades migratórias caso tentem sair do emprego ou até mesmo relatar algum abuso. O texto demonstra que todas as arbitrariedades mencionadas, aliadas às dívidas fraudulentas de moradia e alimentação precárias, acabam mantendo essas pessoas a uma forma de trabalho análoga à escravidão. Porém, apesar de encontrarmos a maioria das pessoas oriundas da Bolívia, trabalhando nas oficinas de costura de São Paulo, esses não são os únicos imigrantes submetidos à escravidão contemporânea no estado. De acordo com a ONG Repórter Brasil (2024), há registros de pessoas do Peru, Paraguai, Haiti e Venezuela sendo resgatadas em oficinas e também em outras atividades. No entanto, cabe reforçar que, segundo Silva, (2022), não há apenas a presença de imigrantes nessa situação, ela também registra a existência de brasileiros oriundos do próprio estado ou de estados da Região Nordeste, como por exemplo, Alagoas, Pernambuco e Bahia, sendo submetidos à exploração.

Para compreendermos como se dá a exploração sem medida dessas pessoas, vejamos alguns casos que ocorreram nas oficinas de costura de São Paulo.

Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava

Em recente operação que fiscalizou oficinas subcontratadas de fabricante de roupas da Zara, 15 pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos, foram libertadas de trabalho escravo contemporâneo em plena capital paulista

Nem uma, nem duas. Por três vezes, equipes de fiscalização trabalhista flagraram trabalhadores estrangeiros submetidos a condições análogas à escravidão produzindo peças de roupa da badalada marca internacional Zara, do grupo espanhol Inditex.

Na mais recente operação que vasculhou subcontratadas de uma das principais "fornecedoras" da rede, 15 pessoas, incluindo uma adolescente de apenas 14 anos, foram libertadas de escravidão contemporânea de duas oficinas – uma localizada no Centro da capital paulista e outra na Zona Norte (Pyl; Hashizume, 2011).

A Grande São Paulo tem imigrantes em trabalho análogo à escravidão

Em 10 anos, quase 900 pessoas foram resgatadas de condições degradantes. Reportagem da Agência Mural de Jornalismo das Periferias

Poucos dias antes de o Governo de São Paulo decretar a quarentena no estado, há pouco mais de um ano, uma equipe de fiscalização do Ministério Público do Trabalho (MPT) tocou a campainha de um sobrado numa rua tipicamente residencial da Cidade Líder, na zona leste da capital.

Embora a fachada não revelasse a atividade, dentro daquela casa na periferia operava uma oficina de tecelagem. No local foram encontrados 10 imigrantes peruanos, incluindo um menor de idade, que trabalhavam em condições degradantes: jornadas de até 14 horas por dia e dívidas com o patrão que eram descontadas diretamente dos seus rendimentos.

Carlos*, 26, foi um dos resgatados. Peruano, ele conta que veio ao Brasil para conhecer São Paulo e começou a trabalhar com costura para pagar sua estadia. Ele só conseguiu emitir seus documentos 5 meses após sua chegada à Cidade Líder.

“No início, não estava acostumado a trabalhar assim, muitas horas, e isso foi o que me atingiu bastante”, conta. Carlos recebia R\$ 0,80 centavos por peça costurada e só tinha descanso aos domingos. Após ter sido resgatado, decidiu voltar ao país de origem. Apesar do contexto, tem vontade de tentar novamente a vida no Brasil, e diz que no Peru a situação está bem difícil. (Vilas; Talarico, 2021).

Embora o setor têxtil concentre grande parte dos casos de exploração de trabalhadores migrantes em São Paulo, a vulnerabilidade ao trabalho em condições análogas à escravidão não se restringe a esse segmento. Diversas outras atividades econômicas também apresentam registros dessa prática, abrangendo desde a agropecuária e produção de alimentos até serviços comerciais e domésticos. Para ilustrar essa diversidade e o volume de resgates em diferentes setores, apresenta-se a seguir a tabela com as atividades econômicas que têm registros de exploração no estado, destacando o setor têxtil devido à sua predominância histórica.

Tabela 6 - Demais atividades econômicas que escravizam em São Paulo, 2019-2023

Atividades Econômicas	Quantidade de Resgatados
Confecção	980
Restaurantes e Similares	64
Criação de Bovino	59
Cultivo de Café	56

Cultivo de Laranja	34
Comércio	32
Fabricação de Laticínios	24
Construção Civil	20
Produção de Álcool Etílico	18
Cultivo de Cana-de-Açúcar	17
Empregada Doméstica	16
Extração de Madeira em Florestas	9
Plantadas	
Agropecuária	4
Serviços Ambulantes de Alimentação	1
Prostituta	1

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados do site da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e do Repórter Brasil (2024, p. 74).

Tabela 7 - 15 Municípios em São Paulo com mais autos de infração lavrados de 1995-2023

Municípios	Trabalhadores Resgatados
São Paulo	1430
Guarulhos	109
Campinas	99
São José dos Campos	89
São Bernardo dos Campos	84
Ribeirão Preto	79
Sertãozinho	77
Catanduva	73
Piracaia	71
Americana	66
Ariranha	64
Osasco	61
Franca	57
Pradópolis	56

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT)

Podemos perceber, a partir dos dados apresentados nas Tabelas 6 e 7, “que a humanidade não se desfez dos grilhões: eles apenas foram remodelados. Novas organizações, novas práticas, novas consciências, novos significados. Velhas ausências” (Cavalcanti 2021, p.37). A violência que se manifesta atualmente assume formas diferentes do passado, mas infelizmente persiste devido a certas lacunas que não foram plenamente resolvidas pela sociedade. Apesar dos avanços em termos de liberdade e direitos, as opressões que as pessoas enfrentam não cessaram por completo. Assim como no Rio de Janeiro, a escravidão contemporânea em São Paulo não escolhe sexo, homens e mulheres são alvos de exploração como podemos identificar na Tabela abaixo, que demonstra os resgatados no período de 2003-2018:

Tabela 8 - Trabalhadores e trabalhadoras resgatadas, divididos por sexo- 2003-2018

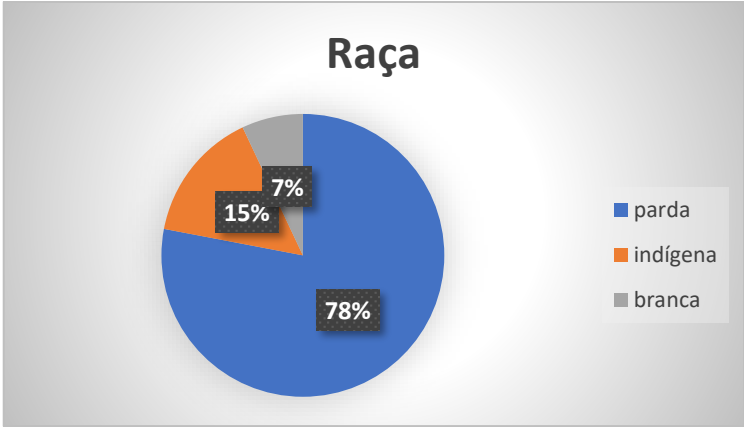
Estado	Homens	Mulheres
São Paulo	299	131

Fonte: Suzuki e Casteli, (2022, p.54)

Ao visualizarmos a Tabela acima com dados extraídos do artigo *Questão de Gênero e trabalho escravo: quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil?*, identificamos que o estado de São Paulo, do mesmo modo que o Rio de Janeiro, também tem um número expressivo de mulheres sendo resgatadas, fato que se difere do modelo nacional, onde temos quase que uma totalidade de homens sendo resgatados. Esses números expressivos com relação ao resgate feminino no território paulista se dão em função da presença de imigrantes mulheres que vêm em busca de uma oportunidade em um novo país, mas lamentavelmente acabam sendo vítimas de aliciadores que lhes oferecem empregos com extensas jornadas, cerceamento de sua liberdade, servidão por dívidas, retenção de salários, violência, e sem direitos até de cuidar de seus filhos, pois “As crianças pequenas ficam horas no berço sozinhas, muitas vezes escutando apenas o som do rádio, da televisão ou da máquina de costura, afirmam os profissionais do CAPS com base nos depoimentos das famílias atendidas” (Paixão, 2020). Obrigadas a produzir exaustivamente, as mães não conseguem cuidar de seus filhos, que ficam isolados padecendo de atenção. Essa situação à qual as crianças são submetidas pode contribuir para que ocorra problemas físicos, psicológicos e cognitivos. Paixão (2020)

Essas pessoas de diferentes localidades e raças buscam São Paulo por diferentes motivos como: a facilidade de conseguirem ingressar no setor têxtil (bolivianos), fugir de fenômenos da natureza -terremotos (haitianos), crises financeiras (venezuelanos), falta de oportunidade de emprego e a vulnerabilidade econômica (brasileiros), fazem com que esses grupos naturalizem a escravidão moderna labutando em serviços que violam seus direitos. Vejamos no gráfico 1 quais as raças que se destacam nesse estado nas ações de resgates do combate à escravidão moderna.

Gráfico 1- Resgatados de 2006-2023 divididos por raça



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados do Repórter Brasil (2024, p.73).

Os dados do gráfico revelam que temos uma maioria dos resgatados se autodeclarando pardos, seguida de indígenas. O percentual mais elevado de pardos apenas confirma a presença de imigrantes de países latinos e migrantes nordestinos, que em geral se autodeclararam com essa raça ao serem resgatados de trabalhos análogos à escravidão em São Paulo. No caso dos indígenas, o número significativo aparece em função da imigração de latinos, sobretudo de bolivianos que “lideram o ranking das nacionalidades resgatadas no setor têxtil” Repórter Brasil (2024, p.72) como pode ser visto nos dados da Tabela abaixo:

Tabela 9- Migrantes Internacionais resgatados por ano e nacionalidade no setor têxtil 2010-2020

Ano do Resgate	Número de Resgatados	Nacionalidade
2010	2	Bolívia (2)

2011	75	Bolívia (64) e Paraguai (11)
2012	30	Bolívia
2013	101	Bolívia (93), Peru (22), Haiti (13) e Paraguai (1)
2014	108	Bolívia (72), Peru (22), Haiti (13) e Paraguai (1)
2015	25	Bolívia (25)
2016	32	Bolívia (32)
2017	25	Bolívia (15) e Paraguai (10)
2018	28	Bolívia (28)
2019	33	Peru (22) e Bolívia (11)
2020	13	Peru (10) e Bolívia (3)

Há uma vítima cuja nacionalidade é desconhecida

Fonte: Repórter Brasil (2024, p. 67)

O predomínio de bolivianos entre os resgatados de condições análogas à escravidão em São Paulo demonstrado na tabela acima está diretamente ligado às oportunidades de trabalho informal no setor têxtil, pela anistia migratória, à falta de informações sobre os direitos trabalhistas e à exploração por meio de redes de intermediários que, muitas vezes, enganam ou coagem os imigrantes. É importante salientar que segundo Lima (2022), observam-se, entre os membros dessas redes empregadores bolivianos que ascenderam socialmente no Brasil, e agora empregam bolivianos recém-chegados para labutar em suas oficinas precárias.

Levando em consideração a Tabela 9, e ao fato de que a escravidão contemporânea no setor têxtil é praticada majoritariamente por mão de obra imigrante e, sabendo que esse setor é o que mais escraviza no estado, se faz necessária a implementação de políticas públicas mais eficazes para combater essa prática, proteger os direitos dos trabalhadores imigrantes e garantir condições dignas de trabalho no setor têxtil e em outros segmentos vulneráveis à exploração.

2.3 A persistência da exploração humana em Minas Gerais

Direcionando nossas atenções para Minas Gerais, o quarto maior estado do Brasil, observamos a persistência da escravidão contemporânea, realidade que, infelizmente, não difere das situações registradas em outros estados analisados neste trabalho. Conforme aponta a reportagem, “Minas Gerais lidera o ranking de

resgatados em situação análoga à escravidão no Brasil” (FALABELA; VICTAL, 2023). Considerando que essa posição tem sido ocupada desde 2013, essa liderança reflete um retrocesso significativo, evidenciando graves violações dos direitos humanos, impactos sociais profundos e a persistência da desigualdade e da pobreza (HADDAD; MIRAGLIA; PEREIRA, 2023).

Os crescentes casos de escravidão contemporânea no estado estão associados a fatores socioeconômicos que levam essas pessoas a se submeterem a condições laborais sub-humanas. Originárias de estados do Sudeste e Nordeste, como Bahia, Pernambuco, Piauí, entre outros, e de municípios de Minas Gerais, essas populações enfrentam precariedades que incluem “a pobreza, a miséria, o desemprego e a fome, além da ausência de direitos básicos como saúde, moradia, saneamento básico, educação e acesso ao mercado de trabalho digno” (HADDAD; MIRAGLIA; PEREIRA, 2023, p. 144). Tais fatores influenciam diretamente a aceitação do trabalhador, que, diante das circunstâncias, se vê compelido a aceitar qualquer tipo de trabalho, inclusive aqueles em condições análogas à escravidão.

De acordo com Haddad, Miraglia e Pereira (2023, p. 140), ao analisarmos o perfil dessas pessoas, encontramos os seguintes dados referentes a 2022:

- 92% dos resgatados eram homens;
- 30% tinham idade entre 30 e 39 anos;
- 57% residiam na Região Sudeste;
- 48% eram naturais da Região Nordeste;
- 21% declararam ter estudado até o 5º ano incompleto e 5% eram analfabetos;
- No que se refere à cor/raça, 84% se autodeclararam negros ou pardos, 15% brancos e 1% indígenas.

Em Minas Gerais, embora 92% dos resgatados em 2022 tenham sido homens, destaca-se a especificidade do trabalho análogo à escravidão doméstica. Entre 2017 e 2022, foram 11 pessoas resgatadas nessa situação, sendo sete mulheres e quatro homens (HADDAD; MIRAGLIA; PEREIRA, 2023, p. 140).

Esses dados revelam desigualdades sociais e vulnerabilidades dessas pessoas diante do trabalho escravo moderno, evidenciando disparidades regionais, socioeconômicas e educacionais que contribuem para a exploração e a marginalização desses indivíduos. Neste contexto, é importante destacar também as

principais atividades econômicas que ainda se sustentam por meio dessa prática exploratória.

Tabela 10 - Principais setores econômicos associados ao trabalho escravo em Minas Gerais 2008- 2019

Atividades Econômicas	Quantidade de Resgatados
Agricultura	80
Carvoaria	57
Cultivo do Café	51
Construção Civil	10
Pecuária	9
Serviço Doméstico	7
Fabricação de Produtos	4
Lava Jato	1
Energia	1
Comércio	1
Serraria	1
Prestação de Serviços	1
Produção de Alimentos	1

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados de Haddad, Miraglia e Pereira, (2023, p. 68).

Ao analisarmos as informações da Tabela 10, observamos que as atividades que mais se destacam são aquelas realizadas no meio rural, com ênfase na agricultura, carvoaria e cultivo de café, seguidas por setores como construção civil, pecuária e serviços domésticos. Esses trabalhos empregam homens, mulheres e até mesmo crianças que, de acordo com Suzuki e Castelli (2022), geralmente começam a trabalhar muito cedo para ajudar suas famílias em ambientes caracterizados por falta de higiene, iluminação, alimentação precária e opressão. Infelizmente, de acordo com Haddad, Miraglia e Pereira (2023), Minas Gerais registra um número significativo de casos de crianças resgatadas da escravidão contemporânea, o que é uma situação alarmante. De acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), essa exposição precoce ao trabalho traz efeitos devastadores, como

o comprometimento do desenvolvimento de habilidades, baixa escolaridade (já que as crianças ficam afastadas das escolas), danos psicológicos, exposição à violência, menor expectativa de vida, entre outros malefícios.

A exploração de homens, mulheres e crianças tristemente ocorre em diferentes municípios mineiros, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 11- 15 Municípios em Minas Gerais com mais autos de infração lavrados de 1995-2023

Municípios	Quantidade de Resgatados
Conceição de Mato Dentro	821
João Pinheiro	583
Belo Horizonte	505
Unaí	363
Paracatu	306
Ibiraci	247
Tapira	194
Campos Altos	178
Patrocínio	170
Santa Fé	167
Nova Era	138
Araxá	133
Jequitaí	127
Buriti	126
Uberaba	121

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT)

A partir das informações apresentadas na Tabela 11, é possível observar que, entre os anos de 1995 e 2023, foram registrados casos de escravidão contemporânea em diversos municípios de Minas Gerais. Isso demonstra que, embora a escravidão tenha sido formalmente abolida com a promulgação da Lei Áurea nº 3.353, de 13 de maio de 1888, ainda encontramos vestígios dessa herança histórica colonial nas práticas sociais e econômicas em alguns municípios mineiros.

Essas ocorrências estão diretamente relacionadas aos baixos indicadores socioeconômicos dessas pessoas, que, em situação de vulnerabilidade, tornam-se

alvo de empregadores que recorrem a práticas exploratórias em suas propriedades ou optam pela terceirização do trabalho, pois de acordo com Haddad, Miraglia e Pereira (2023):

A possibilidade de terceirizar as atividades empresariais de forma irrestrita, permitindo-a inclusive quanto às atividades essenciais pode, consoante visto, potencializar a precarização do trabalho. Ao mesmo tempo, a terceirização irrestrita desacompanhada de responsabilização proporcional pode reduzir a possibilidade de o empregado reaver seus direitos, incentivando o descumprimento de preceitos básicos trabalhistas e, até mesmo, a violação de direitos humanos. Ao responder apenas de forma subsidiária, a empresa tomadora, mesmo sendo a real e principal beneficiária do trabalho humano, acaba se eximindo da responsabilidade de garantir a observância dos direitos trabalhistas em sua cadeia produtiva, o que pode gerar, inclusive, a existência de crimes como o do trabalho escravo. (Haddad, Miraglia e Pereira 2023, p. 129-130).

A terceirização irrestrita apontada na citação pode cooperar negativamente para a promoção do descumprimento de normas trabalhistas básicas, uma vez que a falta de responsabilidade por parte das empresas que contratam os serviços terceirizados ajuda para que essas violações aconteçam, pois tais instituições podem se eximir de garantir condições adequadas de trabalho e do cumprimento dos direitos trabalhistas. Vejamos a seguir um exemplo dessa terceirização ocorrida no estado:

Cemig é responsabilizada por flagrante de 179 trabalhadores em condições análogas às de escravos

Submetidos a jornadas de mais de 11 horas por dia, eles eram funcionários de terceirizada contratada sem licitação, segundo a fiscalização.

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) foi responsabilizada por fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) pela submissão de 179 trabalhadores a condições análogas às de escravos em Belo Horizonte (MG). A primeira fiscalização na empresa aconteceu em julho de 2013 e foi acompanhada também pela Polícia Federal. A caracterização de escravidão foi resultado de intensa investigação que levou mais de seis meses, com análise de documentos e tomada de depoimentos das vítimas. Além de submeter trabalhadores à escravidão, a Cemig – empresa de economia mista controlada pelo governo do Estado de Minas Gerais – é acusada também de terceirização ilegal e contratação de empresas sem licitação. (Wroblewski, 2014).

A reportagem expõe um caso de desrespeito aos direitos dos trabalhadores, em que a Cemig, grande empresa pública utilizou-se de práticas ilegais de terceirização e contratação sem licitação e acabou sendo responsabilizada por permitir a exploração de pessoas em condições de trabalho análogas à escravidão. Se considerarmos que a exploração humana ocorre em diversas atividades

econômicas com o intuito de beneficiar exclusivamente o empregador, este episódio reforça a necessidade urgente de uma fiscalização rigorosa e de uma abordagem mais eficaz no combate às práticas ilegais e à violação dos direitos humanos. É fundamental que setores que ainda dependem de terceirização e contratações irregulares sejam alvo de ações mais contundentes, a fim de prevenir novas formas de exploração e garantir a proteção dos trabalhadores.

Neste contexto, ao analisarmos os gêneros dos trabalhadores envolvidos em diversas atividades econômicas, encontramos dados do Ministério do Trabalho (MTE) entre 2003 e 2023 que revelam que tanto Minas Gerais quanto São Paulo se destacam como estados com um número expressivo de resgates de mulheres (Pinto Walber 2025). Essa realidade se diferencia do panorama nacional, uma vez que, segundo Suzuki e Casteli (2022), a maioria dos resgates no Brasil envolve 94,7% de homens. Esses dados evidenciam a particular vulnerabilidade dessas mulheres, que, em sua maioria, são negras, analfabetas ou possuem apenas o ensino fundamental, sendo mais suscetíveis à exploração laboral. Isso revela um padrão que demanda atenção especial nas políticas de combate ao trabalho escravo, a fim de garantir maior proteção a essas mulheres que já há bastante tempo “ganham menos do que homens, sofrem mais com o desemprego em situações de crise econômica e, por isso, a necessidade de aceitar trabalhos mais precarizados e mal remunerados” (Repórter Brasil, 2024, p.7). Diante desse cenário e por saber que essa é a realidade de muitas mulheres no Brasil e sobretudo no estado mineiro apresentamos a seguir alguns casos que as envolveram em trabalho análogo à escravidão.

Mulher é libertada em MG após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão

Uma mulher negra, de 46 anos, e que desde os 8 anos de idade vivia em condições análogas à escravidão. Uma investigação do Ministério Público do Trabalho revelou a história de Madalena, uma doméstica explorada por uma família de Minas Gerais.

Ela não recebia salário, não tinha direitos, e vivia reclusa, sob a vigilância dos patrões até o fim de novembro, quando foi libertada por auditores fiscais do trabalho e pela Polícia Federal de um apartamento no centro de Patos de Minas. (G1, 2020).

Produtor de café em Minas é autuado por trabalho análogo à escravidão

O proprietário das Fazendas Klem, Cesar Viana Klem, afirmou que a propriedade dos fazendeiros havia sido 'invadida'

Os pacotes de café chamam a atenção pela beleza nos sites em que são vendidos na internet. Os nomes dos produtos incluem palavras como

"gourmet", "premium" e "especial". O preço é bem mais alto que o de marcas encontradas em qualquer supermercado, chegando a R\$ 112 o quilo. Por trás de tudo isso, porém, trabalho análogo ao escravo, aponta o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

Uma fiscalização do Gmóvel (Grupo Especial de Fiscalização Móvel) do ministério resgatou na última colheita de café em Minas Gerais, em julho do ano passado, sete trabalhadores - três mulheres e quatro homens - em condições análogas ao escravo em uma propriedade da empresa Fazendas Klem Importação e Exportação de Cafés em Manhumirim, na Zona da Mata, em Minas Gerais. (Augusto, 2023).

A realidade exposta nos casos acima indica a participação das mulheres em diferentes atividades econômicas que, na prática, as escravizam. Essa presença ocorre principalmente em busca de uma sobrevivência econômica, mas, infelizmente, sem êxito. Elas trocam sua força de trabalho por necessidades básicas, como alimentação, abrigo e vestuário, além de enfrentarem cerceamento da liberdade, humilhação, exploração e até mesmo prejuízos na formação e estruturação de suas famílias. Para ilustrar essa realidade, apresentamos o poema " *Entre a luta e a submissão*", de Janaina de Sena. Neste poema, a autora retrata de maneira pungente a constante batalha das mulheres, que enfrentam dificuldades que as conduzem a uma realidade de exploração e humilhação, frutos da escravidão contemporânea. A obra funciona como uma expressão literária que dá voz à situação dessas mulheres, que vivem sob o peso da opressão, ajudando-nos a compreender a profundidade das questões discutidas nesta dissertação.

Entre a luta e a submissão

Não é de hoje que a mulher não é valorizada,
Sua vida é cheia de obstáculos na calçada.
Pula um, dois, três mil, mas não consegue escapar dos preconceitos no Brasil,
Com salário menor, reconhecimento escasso, e pouca valorização,
Ela se vê presa na astúcia do patrão.
Ele oferece o pão, o chão, a proteção,
Mas no fim ele cobra tudo, sem piedade no coração. (Janaina de Sena, 2025).

Diante da pouco honrosa colocação de Minas Gerais como líder no ranking dos estados que mais resgatam trabalhadores submetidos à escravidão contemporânea, a partir da análise dos dados apresentados sobre o estado, nos deparamos com um passado que, lamentavelmente, se reveste de uma roupagem moderna mas que continua a enganar, aprisionar e humilhar aqueles que acreditam nas promessas dos

moldes trabalhistas contemporâneos. Embora seja sabido que as relações de trabalho no sistema capitalista sempre envolvem a exploração da mão de obra em função dos lucros que os proprietários do capital buscam, essa relação não pode violar os direitos básicos do trabalhador, levando-o a sucumbir a condições de abuso. Infelizmente, essa realidade tem se intensificado em Minas Gerais, afetando tanto os mineiros quanto os migrantes que, na busca pela sobrevivência, acabam oferecendo sua força de trabalho em um sistema capitalista selvagem que vê o ser humano unicamente como um meio para fins lucrativos (Cavalcanti, 2021).

2.4 A realidade desconhecida do estado do Espírito Santo

O Espírito Santo será o último estado do Sudeste a ser analisado nesta dissertação no que diz respeito à escravidão contemporânea. Contudo, isso não significa que ele esteja isento das marcas dessa realidade, que permanecem profundamente impressas em seu território. Se levarmos em consideração que historicamente, de acordo com Cleber Maciel (2016), no período colonial, a capitania do Espírito Santo era uma das que mais fazia contrabando de escravos e que, em 2023, de acordo com Poleze Carol (2024), “ficou entre os 10 estados do Brasil com mais resgates de pessoas em situação análoga a trabalho escravo” (Poleze Carol, 2024), evidenciamos que a história da exploração e da opressão ainda se manifesta no presente.

A persistência dessa realidade, muitas vezes invisível, revela a necessidade de compreendermos como se dá a exploração de seres humanos no estado capixaba no cenário atual, identificando suas formas, dinâmicas e os fatores que perpetuam essa prática no contexto contemporâneo.

Vejamos abaixo as atividades que se destacam pela exploração da mão de obra humana.

Tabela 12- Principais setores econômicos associados ao trabalho escravo no Espírito Santo 2019-2023

Atividades econômicas	Quantidade de resgatados
Cultivo de Café	147

Construção de Edifícios	12
Cultivo de Cacau	6
Agricultura	4
Desdobramento de Madeiras	2
Criação de Bovinos	1

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT)

Com base na análise das atividades que recorrem à prática ilegal de escravidão no estado do Espírito Santo, destacam-se as lavouras de café. Segundo a reportagem intitulada *Feridos, explorados e amontoados: raio-x da escravidão contemporânea no ES* “78% dos resgates realizados no estado ocorreram em lavouras de café” (Poleze Carol 2024), evidenciando a relevância dessa atividade na exploração da mão de obra humana

O grande número de pessoas resgatadas nas zonas cafeeiras provavelmente está relacionado às muitas oportunidades de emprego oferecidas pelas fazendas, que acabam atraindo trabalhadores em busca de uma fonte de renda. No entanto, lamentavelmente, eles acabam enfrentando condições de trabalho extremamente precárias além de, terem sua mão de obra intensamente explorada. Isso pode ser observado na reportagem a seguir:

MTE conclui duas ações de resgate de 21 trabalhadores em condições análogas à escravidão em lavouras de café no Espírito Santo
Os empregadores foram autuados pela fiscalização do trabalho e os trabalhadores resgatados em duas propriedades do estado já voltaram para suas regiões em Alagoas
Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Auditoria Fiscal do Trabalho, participou de duas operações conjuntas coordenadas pela Polícia Federal (PF) e Ministério Público do Trabalho (MPT) no estado do Espírito Santo, no dia 14 de maio. Ao todo, 21 trabalhadores foram resgatados.
Na primeira ação, foram resgatados 12 em uma propriedade rural da cidade de Afonso Cláudio, na região sul do estado, onde colhiam café em condições análogas à escravidão. Este é o quarto resgate realizado em menos de 15 dias de colheita na região.
De acordo com informações da fiscalização, os trabalhadores, que saíram de Alagoas em busca de trabalho na colheita de café, foram aliciados com promessas de boas condições de trabalho e remuneração digna. Eles haviam chegado à propriedade no dia 30 de abril e, após 10 dias, perceberam que não receberiam nem o valor estipulado como salário-mínimo. Insatisfeitos com as condições de alojamento e trabalho, além da baixa remuneração, pediram ao empregador o pagamento de seus direitos e a passagem de volta para Alagoas. O empregador negou-se a pagar e exigiu que eles indenizassem os custos de transporte e alimentação, que somavam R\$10.400. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024).

Essa reportagem nos apresenta ações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público do Trabalho (MPT), no estado do Espírito Santo, que nos demonstram que oportunidades oriundas das lavouras de café são “armadilhas” criadas por intermediários (conhecidos como “gatos”) a mando dos proprietários das fazendas, com o objetivo de submeter trabalhadores a situações análogas à escravidão. Infelizmente, essas pessoas, seduzidas pelas promessas de empregos, acabam sendo exploradas e presas a dívidas ilegítimas impostas pelos contratantes. Essas condições de desrespeito aos direitos humanos ocorrem em diferentes municípios do estado, como pode ser observado na Tabela 13.

Tabela 13- 15 Municípios com mais autos de infração lavrados 1995-2023 no Espírito Santo

Municípios	Quantidade de Resgatados
Linhares	162
Conceição da Barra	156
Brejetuba	102
Rio Bananal	70
Pedro Canário	68
Vila Valério	59
Castelo	52
Pinheiros	47
Pancas	47
Governador Lindenberg	46
São Mateus	46
Jaguaré	44
Sooretama	42
Vargem Alta	38
São Domingos do Norte	37

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT).

A Tabela 13 apresenta a quantidade de pessoas resgatadas, bem como os municípios nos quais foram registrados casos de escravidão contemporânea, evidenciando a persistência desse fenômeno na Região do Espírito Santo, que recebe migrantes de diferentes estados do Brasil como Alagoas, Bahia e Minas Gerais, sendo este último o principal fornecedor de mão de obra para a escravidão contemporânea em todo o país, conforme apontam Haddad, Miraglia e Pereira (2023).

Assim como o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o Espírito Santo também emprega trabalhadores de ambos os sexos. Segundo Suzuki e Casteli (2022), o estado capixaba segue o perfil da maioria dos estados brasileiros que normalmente resgata 94,7% de homens para 5,3% de mulheres, com idade entre 18 e 45 anos, analfabetos, com baixa escolaridade e qualificação profissional e que iniciaram suas atividades laborais antes dos doze anos. Vale destacar que o Ministério do Trabalho e Emprego aponta que a maioria dos resgatados é negra, evidenciando que:

Permissão legal para a escravização de pessoas humanas acabou, mas a exclusão fruto do racismo ainda impacta a inserção da população negra no mercado de trabalho. O país amarga uma taxa de desemprego mais alta para a população negra, principalmente, para as mulheres negras. A exclusão do mercado de trabalho leva esses trabalhadores a exercerem atividades precarizadas e até em condições análogas à escravidão. Levantamento de dados do seguro-desemprego para pessoas resgatadas em condições análogas à escravidão, de 2002 a 2024, mostram que 66% dos trabalhadores que receberam o benefício são negros. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024).

A persistência da exclusão da população negra no mercado de trabalho reflete uma herança histórica de desigualdade racial que ainda permeia a sociedade brasileira. Mesmo com a abolição da escravidão, os negros continuam enfrentando barreiras significativas para acessar empregos formais e bem remunerados, o que os empurra para condições de trabalho precarizadas e, em muitos casos, análogas à escravidão. Os dados sobre o seguro-desemprego para trabalhadores resgatados semelhantes à escravidão revelam a magnitude desse problema, evidenciando que, apesar dos avanços legais, a discriminação racial continua a limitar as oportunidades e direitos dos negros no Brasil. Isso reforça a necessidade urgente de políticas públicas que combatam o racismo estrutural e promovam a inclusão plena dessa população no mercado de trabalho.

Os dados do estado do Espírito Santo apresentados neste capítulo revelam que, embora a escravidão tenha sido oficialmente abolida no Brasil em 13 de maio de 1888, ela assumiu novas formas, explorando a vulnerabilidade socioeconômica de muitos brasileiros para sujeitá-los a condições de trabalho análogas à escravidão. A persistência dessa prática gera uma profunda desigualdade social e econômica, refletindo-se diretamente na exploração da mão de obra em sua maioria negra, que se vê aprisionada por uma “corrente invisível” que mantém os trabalhadores em uma situação degradante.

2.5 A Lista “Suja” do Sudeste”

Após investigarmos a escravidão contemporânea nos quatro estados do Sudeste, suas particularidades e dinâmicas, apresentamos a seguir a lista feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego com os empregadores flagrados, executando essa prática ilegal.

Tabela 14 - 23 Empresas que submeteram trabalhadores a situação análoga à escravidão no Sudeste do Brasil 2023-2024

Estado	Empregador	Estabelecimento	Ano que foi incluída na lista
São Paulo	Acacio de Melo Figueiredo	Sítio Tumitan, Zona Rural, Alfredo Marcondes/SP	05/10/2023
São Paulo	Adan Ramon Alvarenga Candia	Rua Sarcanto, 37, Casa 01, Bairro Jardim/SP	05/10/2023
Minas Gerais	Adauto Vianna Diniz	Fazenda Natanael, Zona Rural, Rio Pardo de Minas/MG	05/04/2023
Rio de Janeiro	Alberique Correa de Oliveira	Rua Fidelis de Almeida, Carlos Sampaio, Nova Iguaçu/RJ	07/10/2024
Minas Gerais	Aguimar Carneiro da Silva	Fazenda La Prata, Sn - Zona Rural - Montezuma/MG	07/10/2024
Minas Gerais	Aj Consultoria Agroambiental Eirel	Fazenda Carla/Alebisa, Rodovia Br 354, S/N, Km 144, Zona Rural, Presidente Olegário/MG	05/04/2024
Minas Gerais	Albertina Silva De Oliveira	Fazenda Formoso Ii, Zona Rural, Buritizeiro/MG	05/04/2023
Minas Gerais	Albino Nunes Nascentes	Fazenda Rancho Grande - Zona Rural - Paracatu/MG	07/10/2024

Minas Gerais	Aldir Magalhaes Torres	Fazenda São Judas Tadeu, Zona Rural, Uberaba/MG	05/10/2023
São Paulo	Alegro Servicos Automotivos Ltda	Rua Estado De Israel, 651 - Vila Clementino - São Paulo/SP	07/10/2024
Minas Gerais	Alfredo Junior da Co	Rodovia Br 030, Km 92, Sentido Chapada Gaúcha A Montalvânia, Sn, Zona Rural, Bonito de Minas/MG	05/10/2023
Minas Gerais	Altair dos Passos	Fazenda Barra do Salitre, Zona Rural, Patrocínio/MG	05/04/2023
Espírito Santo	Alvaro Simoes (Espólio)	Fazenda Mundo Novo, Distrito De Pontal do Ipiranga, Linhares/ES	07/10/2024
Minas Gerais	Alzira Freitas da Silva Paz	Fazenda Mirote, Corrego Monte Alegre, Zona Rural, Ipanema/MG	05/04/2024
São Paulo	Ana Paula Oliveira Borges da Silveira	Alojamento E Pontos de Prostituição de Profissionais Do Sexo Na Cidade De Ribeirão Preto/SP	05/04/2023
Rio de Janeiro	Andre Luiz Mattos Maia Neumann	Residência de André Luiz Mattos Maia Neumann	05/04/2024
Minas Gerais	Aneides Moscardini Damasceno	Fazenda Degredo, Zona Rural, Illicínea/MG	05/04/2023
São Paulo	Anfa Industria e Comércio de Confecções Ltda	Rua Professora Margarida Nogueira del Guerra, 56, Bairro Casa Verde Alta, São Paulo	05/04/2024
São Paulo	Aparecido da Silva Serviços Rurais	Rodovia Feliciano Sales Cunha (Sp-310), Km 648,1, Fazenda Lagoinha li, Zona Rural, Ilha Solteira/SP	05/04/2024
Rio de Janeiro	Asa Branca Comércio de GE	Rua Jornalista Geraldo Rocha, 468, Jardim América, Rio de Janeiro -RJ	07/10/2024
Espírito Santo	E N de Souza Ltda	Obra do Loteamento Villaris Guaçuí - Quincas Machado, Guaçuí/ES	05/04/2024
Espírito Santo	Evandro Luiz Galavotti	Fazenda Rio Quartel - S/N, Zona Rural, Rio Quartel De Cima, Linhares/ES	05/10/2023
Espírito Santo	Jose David Boninsenha	Sítio Paraná, Distrito de Rio Fundo, Marechal Floriano/ ES	07/10/2024

Fonte: Dados extraídos do site da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT)

Apesar da adoção de diversas medidas legais e institucionais para coibir o uso de mão de obra em condições análogas à escravidão, ainda persiste um número bastante expressivo de trabalhadores submetidos a essas situações no país. Com o

objetivo de aprimorar os mecanismos de prevenção e responsabilização, foi criado o Cadastro de Empregadores Infratores, amplamente conhecido como “Lista Suja”, que visa expor publicamente os empregadores envolvidos em práticas de exploração e violação de direitos trabalhistas. A Tabela 14, que compila os dados mais recentes desse cadastro, permite visualizar de forma concreta a extensão e a persistência desse problema no Brasil, trazendo informações relevantes sobre o perfil das empresas incluídas, os setores econômicos mais envolvidos e a localização geográfica dos casos. Bertoco; Freitas, (2019)

Para Schwarz (2008):

A “lista suja” tem se revelado um instrumento efetivo de combate à escravidão, uma vez que o próprio Ministério do Trabalho e Emprego tem verificado, através de constante monitoramento, que há proprietários rurais que se adequaram a legislação trabalhista após os danos causados pela inclusão nesse cadastro, abstendo-se, a partir de então, de recorrer a prática do escravismo. No entanto, a “lista suja” também permite verificar a insistente reincidência de casos de trabalho escravo em algumas propriedades. (Schwarz, 2008, p. 151).

O autor argumenta que a chamada lista suja tem desempenhado um papel relevante no combate ao trabalho escravo contemporâneo, já que muitos empregadores, após sofrerem os prejuízos decorrentes da inclusão no cadastro, passaram a respeitar a legislação trabalhista e abandonaram práticas de exploração. Contudo, o texto também chama atenção para uma limitação do instrumento, pois apesar de seus efeitos positivos em parte dos casos, a lista revela a persistência e a reincidência de violações em determinadas propriedades, evidenciando que, embora seja uma ferramenta significativa, ela não é suficiente para erradicar totalmente o problema.

Ao considerarmos os dados levantados para a construção desta base teórica, fica evidente que a escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil apresenta particularidades em cada estado, influenciadas pelas dinâmicas econômicas e pelos perfis migratórios dos trabalhadores explorados. No entanto, apesar dessas diferenças, certos padrões se repetem: a exploração brutal, as condições degradantes, a ausência de remuneração, a invisibilidade dessa prática e a desumanidade de quem, em busca do lucro, perpetua esse sistema de opressão

dentro da lógica capitalista. A construção desta fundamentação teórica torna-se ainda mais relevante ao considerarmos a necessidade de oferecer suporte pedagógico para docentes de História do oitavo ano do Ensino Fundamental, permitindo que esse tema seja abordado de forma crítica e fundamentada em sala de aula. A escravidão contemporânea segue sendo uma realidade alarmante, e o fato de a Região Sudeste liderar o ranking de resgates em 2023 segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, reforça a urgência de debater esse tema, superando as lacunas deixadas por muitos livros didáticos.⁷ Somente a conscientização, a educação e a implementação de políticas públicas podem ampliar o olhar sobre essa violação dos direitos humanos, impulsionando mudanças efetivas na sociedade a fim de combater a exclusão social e promover uma inclusão real e justa no mercado de trabalho. Só assim será possível romper com o ciclo de exploração e contribuir para que a sociedade brasileira avance para um futuro mais equitativo, onde o trabalho seja digno para todos, independentemente de raça, gênero ou classe social.

Com base na fundamentação teórica produzida no Capítulo 2, desenvolvemos no próximo capítulo questões que viabilizam a aplicação prática desses conceitos de maneira clara e objetiva.

3 QUESTÕES PARA PENSAR A ESCRAVIDÃO MODERNA NO SUDESTE DO BRASIL

“O conhecimento torna o homem inadequado para ser escravo”

Frederick Douglass

Com base na fundamentação teórica apresentada no segundo capítulo desta dissertação, foram desenvolvidas, atividades pedagógicas voltadas para auxiliar o

7 Número de trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão é o maior dos últimos 14 anos, diz Governo. Foram 3.190 resgates no Brasil em 2023, divulgou o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nesta quarta-feira (10). Indenizações trabalhistas somaram mais de R\$ 12,8 milhões.

Um total de 3.190 trabalhadores foi resgatado de condições análogas à escravidão no Brasil em 2023, divulgou o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nesta quarta-feira (10). Segundo o órgão, o número de resgates é o maior dos últimos 14 anos. Ao longo de 2023, foram fiscalizados 598 estabelecimentos urbanos e rurais. De acordo com o MTE, além dos resgates, essas ações possibilitaram o pagamento de mais de R\$ 12,8 milhões em verbas salariais e rescisórias aos trabalhadores resgatados.

Em 2022, foram 2.587 trabalhadores resgatados pela fiscalização, em 531 ações realizadas, com pagamento de R\$ 10,4 milhões em indenizações trabalhistas. O maior número de ações e resgates em 2023 foi realizado na região Sudeste, seguida do Centro-Oeste e Nordeste. Disponível em <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/01/10/numero-de-trabalhadores-resgatados-de-condicoes-analogas-a-escravidao-e-o-maior-dos-ultimos-14-anos-diz-governo.ghml>>

docente de História do oitavo ano do Ensino Fundamental no ensino a respeito da escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil. Esse suporte pedagógico também tem como finalidade fomentar o questionamento crítico dos discentes tornando-se uma ferramenta capaz de prevenir a dominação do homem pelo homem, conforme expresso na frase de Douglass.

Como discutido no capítulo anterior, a escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil é uma realidade que, embora muitas vezes invisível, impacta profundamente a vida de inúmeros trabalhadores que em busca de oportunidades, acabam presos a acordos de trabalho que os submetem à exploração de sua mão de obra. Lamentavelmente, é possível observar que todos os estados da Região Sudeste registraram casos de trabalho análogo à escravidão em diversas atividades econômicas. Isso demonstra que, embora a Lei Áurea tenha sido assinada em 1888, ainda existem pessoas que acreditam ser possível explorar o ser humano, visando unicamente ao lucro de seus negócios. De acordo com Cavalcanti (2021), isso ocorre porque o capitalismo moderno não eliminou a exploração do trabalho humano, mas a redefiniu e a incorporou em novas formas. Embora o assalariamento tenha substituído a escravidão formal, ele manteve a subordinação, a dependência e a coerção econômica, garantindo a continuidade da exploração.

Além disso, formas extremas de trabalho compulsório, como a escravidão contemporânea, não são meras exceções ou resquícios do passado, mas elementos plenamente integrados ao funcionamento do sistema capitalista, como podemos ver na crônica *Abolindo a abolição*, de Moacyr Scliar, que traz uma crítica irônica e profunda à mentalidade escravocrata que persiste na sociedade contemporânea brasileira, mesmo após o fim legal da escravidão.

Atividade 1

Abolindo a abolição – Crônica de Moacyr Scliar

“Promotora vê quadro de quase escravidão: operação libera 38 em fazenda no Espírito Santo.”

Brasil, 24 jun. 1999

Tudo começou quando eles foram procurar emprego na fazenda de café. O proprietário disse que sim, que podia empregá-los. Só não poderia pagar muito. Que decidissem: era pegar ou largar, ame-o ou deixe-o. Eles se olharam. O que podiam fazer? Aceitaram.

Passado o primeiro mês, o proprietário reuniu-os e disse que os negócios não andavam bem, que a cotação do café estava em baixa no mercado internacional. Propôs diminuir o salário, coisa pouca, e não por muito tempo. Eles se olharam, mas o que podiam fazer? Aceitaram.

Um mês depois, o proprietário reuniu-os de novo. Os negócios continuavam ruins, de modo que ele tinha outra proposta: atrasaria os salários, indefinidamente, mas em compensação forneceria alojamento e comida. O alojamento não passava de um telheiro com um estrado e colchonetes; banheiro não havia. Quanto à comida, como disse o próprio proprietário, não era coisa para gourmet. De novo se olharam. O que podiam fazer? Aceitaram.

No mês seguinte, o proprietário reuniu-os de novo. Desta vez, tinha uma história para contar.

Antigamente, disse ele, os trabalhadores não cobravam salário, nem tinham previdência social, nada dessas coisas. Em compensação, recebiam casa e comida dos seus donos, para quem trabalhavam por toda a vida. Quando morriam, os filhos continuavam o mesmo trabalho, e assim por gerações e gerações. Mas um dia tinha surgido uma lei – essas leis que fazem por aí, vocês sabem – e tudo havia mudado. Os trabalhadores agora recebiam pagamento. E, recebendo pagamento, começaram a exigir mais coisas, mais direitos. Resultado: desemprego. Ninguém mais tinha segurança.

Eu proponho, disse o homem, que a gente esqueça essa tal de lei. Vamos colocar uma pedra em cima disso. Vamos voltar aos bons tempos, àqueles tempos em que não se discutia por essa coisa tão mesquinha chamada dinheiro. Vocês receberão para sempre alojamento e alimento. A única coisa que peço é: esqueçam salário, esqueçam o resto. Esqueçam o mundo lá fora. O mundo de vocês agora é esta fazenda.

Como ele disse depois ao advogado, fora um belo discurso, e os trabalhadores estavam quase convencidos: já estavam se olhando, já estavam concluindo que nada podiam fazer, que teriam mesmo de aceitar a proposta. Mas aí veio o promotor com

aquela história de direitos. O problema com o promotor era esse: ele não sabia como era bom o passado, o passado que existira antes das leis.

Fonte: <https://contobrasileiro.com.br/abolindo-a-abolicao-cronica-de-moacyr-scliar/>

- a) A partir da leitura da crônica de Moacyr Scliar, identifique no texto qual a crítica feita pelo autor.
- b) Retire do texto duas características que revelam evidências do período colonial em relação às condições de trabalho.

A crônica de Moacyr Scliar configura-se como um valioso recurso pedagógico, capaz de auxiliar o docente do oitavo ano do Ensino Fundamental na promoção de questões que promovam questionamentos críticos sobre a existência da escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil, bem como as relações capitalistas de trabalho que escravizam o homem, visando somente aos lucros. O texto permite que o docente trate diversos elementos como: as relações trabalhistas precárias, a perda progressiva de direitos e salários, a naturalização da exploração e a aceitação resignada por parte dos trabalhadores, que não veem outra saída. A narrativa também evidencia a argúcia na argumentação do patrão em seu discurso a fim de convencer os trabalhadores para que abram mão dos direitos conquistados por lei como o salário, a liberdade e o acesso ao mundo exterior. Assim, voltariam a ser apenas mão de obra submissa, confinada à fazenda. Trata-se de uma tentativa de restaurar uma nova forma de escravidão, agora disfarçada e aparentemente consentida, sustentada pela vulnerabilidade e pela falta de alternativas dos trabalhadores.

O texto do referido autor em que ele elucida a existência do trabalho análogo à escravidão, em articulação com a reflexão de Cavalcanti (2021), onde o mesmo destaca que a sociedade capitalista não terminou com a exploração do trabalho humano, ela apenas a transmutou e adaptou aos seus próprios interesses, nos mostra que a modernização das relações de trabalho contribuiu para ocultar e legitimar as continuidades históricas de opressões laborais ocorridas na sociedade contemporânea.

A seguir, vamos conhecer quais são as principais atividades econômicas que se destacam em cada um dos estados da Região Sudeste do Brasil que fazem uso dessa prática ilícita, a partir da proposta da atividade 2.

Atividade 2

Tabela 1 Atividades econômicas que se destacam por utilizar trabalho análogo à escravidão nos estados da Região Sudeste

Estado	Atividade predominante com escravidão contemporânea
Rio de Janeiro	Cultivo de Cana-de-Açúcar
São Paulo	Confecção (costura, oficinas de roupas)
Minas Gerais	Agricultura (em geral, lavouras diversas)
Espírito Santo	Cultivo de Café

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados de Prado (2022, p. 498), da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Repórter Brasil, (2024, p. 74), e de Haddad, Miraglia e Pereira, (2023, p. 68).

A partir da análise da Tabela acima, que apresenta as atividades econômicas com maior incidência de trabalho análogo à escravidão nos estados da Região Sudeste, observa-se que o Rio de Janeiro se destaca pelo uso dessa forma de exploração no cultivo de cana-de-açúcar; São Paulo, na confecção de roupas, especialmente em oficinas e ateliês de costura; Minas Gerais, em diversas lavouras no setor da agricultura; e o Espírito Santo, no cultivo de café. Esses setores produtivos, embora inseridos em uma economia moderna e legalmente regulamentada, ainda preservam estruturas de exploração laboral que guardam semelhanças com as práticas da escravidão histórica.

No ordenamento jurídico brasileiro, a situação de trabalho análogo à escravidão é caracterizada, conforme o artigo 149 do Código Penal, pela submissão do trabalhador a jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho, trabalho forçado ou restrição de sua liberdade, ainda que não haja aprisionamento físico direto. No contexto urbano, como nas oficinas de costura em São Paulo, essas práticas se expressam por meio da exploração intensa da força de trabalho, da informalidade, da coerção econômica e social, do endividamento e da vulnerabilidade migratória, configurando formas contemporâneas e reconfiguradas da escravidão.

Diante desses dados, o professor de História pode utilizar a tabela como recurso didático para levar os estudantes a refletirem sobre como essas práticas se

manifestam nas cadeias produtivas modernas, muitas vezes conectadas ao consumo cotidiano como as roupas produzidas em oficinas clandestinas ou o café comercializado em larga escala. Nesse processo, os dados regionais também ajudam a evidenciar que, entre as atividades econômicas apresentadas, a agricultura é o setor que mais concentra esse tipo de exploração, seguida pela indústria da confecção. Essas atividades se destacam devido à grande demanda por mão de obra barata, à baixa escolaridade dos trabalhadores, à informalidade nas contratações e à dificuldade de fiscalização, tanto em áreas rurais quanto nos centros urbanos. Essa abordagem amplia a compreensão histórica do problema ao relacionar passado e presente, revelando como estruturas de dominação e desigualdade persistem sob novas formas.

A análise crítica da tabela, em consonância com os debates promovidos em sala de aula, permite ao docente formular questionamentos significativos, capazes de aprofundar a compreensão dos estudantes sobre a temática e de conduzi-los a responder questões como as propostas a seguir.

- a) Analisando a tabela, qual atividade econômica predomina na exploração do trabalho escravo contemporâneo? Por que essa atividade se destaca?
- b) O que leva uma pessoa a aceitar um trabalho onde as condições são tão precárias?
- c) Será que as pessoas que trabalham nessas condições sabem que estão sendo exploradas ou elas se sentem pressionadas por algo maior, como a necessidade de sustentar a família? Explique sua resposta.

No exercício anterior, destacamos as atividades econômicas que mais se sobressaem no uso da exploração da mão de obra humana nos estados que compõem a Região Sudeste. No entanto, conforme os dados apresentados no aporte teórico do capítulo dois, sabemos que essas não são as únicas práticas econômicas marcadas por esse tipo de violação de direitos.

Diante disso, propomos agora um novo exercício, focado em uma atividade econômica que, embora não ocupe o topo da lista em nenhum dos estados mencionados, está presente em quase todos eles.

Atividade 3

Observe a charge e responda à questão:



Charge criada pela autora (2025)

Observando o diálogo na charge acima podemos perceber que ela:

- a) utiliza o uso de expressões populares para chamar a atenção do leitor a respeito da Lei Áurea.
- b) valoriza a assinatura da Lei Áurea em virtude de sua importância abolicionista.
- c) destaca o conhecimento do trabalhador que faz menção a Lei Áurea.
- d) ironiza a assinatura da Lei Áurea em função das perversidades que se mantêm em alguns ambientes de trabalhos domésticos.

A discussão proposta pela charge configura-se como uma ferramenta significativa para evidenciar as contradições presentes no trabalho doméstico, amplamente utilizado pelas famílias brasileiras. A utilização dessa atividade é impulsionada por fatores como a inserção crescente da mulher no mercado de trabalho, a busca por maior tempo livre dentre outros motivos. No entanto, apesar de sua regulamentação, o trabalho doméstico ainda carrega marcas profundas de desigualdade e exploração. Em muitos casos, ele reproduz práticas análogas à escravidão, sobretudo quando exercido em condições de informalidade, com jornadas exaustivas, ausência de garantias trabalhistas, cerceamento de liberdade e situações de abuso, atingindo, majoritariamente, mulheres negras.

A charge, portanto, serve como um ponto de partida potente para refletir sobre como determinadas formas de trabalho, mesmo legalizadas, podem perpetuar lógicas

históricas de opressão e exclusão. A atividade acima também nos oferece elementos para refletirmos sobre o fato de que a abolição formal da escravidão não promoveu a inserção dos ex-escravizados na sociedade brasileira em condições igualitárias, tampouco garantiu o pleno exercício da cidadania. Ao contrário, os libertos foram historicamente empurrados para os subempregos, marcados pela precariedade e pela informalidade.

A ausência de políticas públicas reparatórias e de inclusão, somada à omissão do Estado no pós-abolição, contribuiu para a consolidação de desigualdades sociais, raciais e econômicas profundas. Tais diferenças continuam a se refletir nas estruturas laborais contemporâneas, especialmente nos setores em que há maior vulnerabilidade à exploração. Assim, o uso desse tipo de recurso didático permite não apenas apontar os desacordos presentes no trabalho doméstico, mas também revisitar criticamente a história da abolição, além de estabelecer conexões com os desafios ainda presentes na luta por justiça social e igualdade no mundo do trabalho.

Embora, segundo Suzuki e Casteli (2022), a maioria dos resgates em diferentes atividades econômicas no Brasil envolva 94,7% de homens, há estados como Rio de Janeiro e São Paulo que destoam dessa média. De acordo com os autores, nesses estados observa-se um crescimento significativo no número de mulheres resgatadas que, embora ainda não ultrapassem o número de homens, revela um aumento relevante.

Esse cenário pode estar relacionado a fatores socioeconômicos que podem tornar essas mulheres alvo de exploração, levando-as a aceitar péssimas condições de trabalho e, muitas vezes, a concordar com relações laborais que se assemelham à escravidão. Essa realidade é expressa de forma sensível e crítica no poema a seguir:

Atividade 4

Entre a luta e a submissão

Não é de hoje que a mulher não é valorizada,

Sua vida é cheia de obstáculos na calçada.

Pula um, dois, três mil, mas não consegue escapar dos preconceitos no Brasil.

Com salário menor, reconhecimento escasso, e pouca valorização,

Ela se vê presa na astúcia do patrão.

Ele oferece o pão, o chão, a proteção,
Mas no fim ele cobra tudo, sem piedade no coração.
(Janaina de Sena, 2025).

Leia o trecho do poema *Entre a luta e a submissão*:

“Ela se vê presa na astúcia do patrão.
Ele oferece o pão, o chão, a proteção,
Mas no fim ele cobra tudo, sem piedade no coração.”
Janaina Sena, (2025).

Com base nos versos acima e em seus conhecimentos sobre situações análogas à escravidão na sociedade contemporânea, analise as afirmações a seguir:

- I. O poema denuncia uma realidade vivida por muitas mulheres no Brasil, que enfrentam condições de trabalho exploratórias, disfarçadas de “proteção” e “ajuda” por parte do empregador.
- II. A figura do patrão no poema representa um sistema de opressão que utiliza a vulnerabilidade social da mulher como forma de controle e exploração.
- III. A situação descrita nos versos caracteriza uma relação de trabalho correta, onde o patrão oferece abrigo e alimento como parte do contrato.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

O poema *Entre a luta e a submissão* oferece ao docente a oportunidade de estimular seus alunos a refletirem sobre situações de exploração no mundo do trabalho, práticas de injustiça social, violações de direitos humanos e a distinção entre relações de trabalho justas e abusivas, questões que hoje afetam de maneira contundente mulheres em situação de desamparo social e econômico. Com uma linguagem clara e objetiva, o texto também contribui para o desenvolvimento de

valores como empatia, respeito e justiça, além de fortalecer a consciência cidadã dos alunos.

O texto de Janaina Sena (2025) ao tratar das dificuldades enfrentadas por mulheres em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho, configura-se como um relevante recurso pedagógico, capaz de fomentar nos alunos o desenvolvimento de questionamentos críticos acerca da exploração laboral feminina presente na sociedade contemporânea.

Como vimos no exercício anterior, a escravidão não faz distinção de gênero. Na sequência, o próximo exercício vai demonstrar que essa forma de exploração também não distingue nacionalidade ou origem.

Atividade 5

Leia os textos e responda à questão abaixo:

Textos motivadores

TEXTO 1

Chineses são encontrados em situação de trabalho escravo na Zona Sul do Rio. Os dois homens dormiam no depósito de uma pastelaria, em um espaço cujo pé direito mede no máximo 1,30m e sem ventilação.

Dois trabalhadores chineses foram resgatados pela Inspeção do Trabalho (órgão que agora faz parte do Ministério da Economia) em situação análoga ao trabalho escravo, em uma pastelaria no Leme, na Zona Sul do Rio. Este foi o primeiro caso oficial do tipo ocorrido no Rio de Janeiro neste ano.

Os chineses foram localizados após uma denúncia recebida pelo Ministério do Trabalho (MPT), informando que os dois homens dormiam no depósito do estabelecimento, em um espaço cujo pé direito mede no máximo 1,30m e sem ventilação. Situação que foi confirmada pela Inspeção do Trabalho em vistoria realizada na sexta-feira passada (9). (Corsini, 2020).

TEXTO 2

“A chegada de migrantes da Bolívia e sua permanência no município de São Paulo tem forte relação com as oportunidades de trabalho no setor têxtil, caracterizado

sobretudo pela informalidade, jornadas exaustivas, ganho por produção, baixa remuneração e ambiente de trabalho em condições degradantes.

Nesse contexto, a condição migratória indocumentada se apresenta como um elemento importante na dinâmica de exploração. Muitos empregadores ameaçam entregar trabalhadores às autoridades migratórias se deixarem o local de trabalho ou denunciarem as condições de exploração a que estavam submetidos. Em geral, comprometidos a pagar dívidas fraudulentas decorrentes de gastos com a passagem de seu país de origem, alimentação e aluguel, e com seus documentos retidos, eles permanecem trabalhando nas oficinas de costura”. (Repórter Brasil, 2024 p. 70-71).

A análise dos casos apresentados evidencia que o trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo:

- a) está restrito a setores tradicionais da economia, como o agronegócio.
- b) decorre exclusivamente da migração de trabalhadores nacionais de áreas rurais.
- c) é consequência direta do fortalecimento das políticas públicas de imigração.
- d) afeta trabalhadores de diferentes nacionalidades, associados a contextos de vulnerabilidade.

Ao trazer os textos apresentados, o docente de História tem a possibilidade de levar os alunos do oitavo ano a pensarem antes de responder às questões sobre dois temas principais: a imigração e a persistência do trabalho análogo à escravidão no mundo contemporâneo. É importante explicar o conceito de imigração, apontando as razões que levam pessoas a se deslocarem de seus países de origem, dando como exemplo as crises econômicas, busca por melhores condições de vida ou fuga de conflitos.

A análise dos casos envolvendo imigrantes bolivianos em São Paulo e trabalhadores chineses no Rio de Janeiro permite evidenciar que a imigração, muitas vezes, não se traduz em melhoria das condições de vida. Pelo contrário, indivíduos em situação de vulnerabilidade social, sem regularização documental e privados de garantias fundamentais, tornam-se particularmente suscetíveis à exploração. Nesse contexto, é pertinente abordar a persistência do trabalho análogo à escravidão na contemporaneidade, pois embora esta prática mantenha a violência característica da escravidão colonial ao restringir a liberdade e explorar a força de trabalho, distingue-se por atingir indivíduos de diferentes nacionalidades, gêneros e origens sociais.

Assim, tanto brasileiros quanto estrangeiros, homens ou mulheres, podem figurar entre as vítimas dessa grave violação dos direitos humanos.

Por meio da análise dos textos e da questão proposta, os alunos serão estimulados a refletir criticamente sobre as formas pelas quais a desigualdade social e a vulnerabilidade migratória contribuem para a perpetuação de práticas de exploração laboral. A atividade tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico, promover a sensibilização para a importância da proteção dos direitos humanos e incentivar a construção de uma postura empática e solidária em relação às populações migrantes.

Observamos que a escravidão contemporânea não faz distinção de gênero ou origem, incidindo, principalmente, sobre indivíduos em situação de fragilidade socioeconômica. Como se verá adiante, essas condições de dificuldade tornam esses sujeitos alvos preferenciais da atuação de "gatos" (aliciadores responsáveis pelo recrutamento de pessoas para fins de exploração laboral) ou, ainda, de empresas que, conforme analisam Haddad, Miraglia e Pereira (2023), utilizam a terceirização como mecanismo para debilitar as condições de trabalho e se eximir das responsabilidades relativas à garantia dos direitos trabalhistas.

De acordo com os referidos autores:

Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução. (Haddad; Miraglia; Pereira 2023, p. 129).

A definição exposta destaca que a terceirização envolve a delegação, por parte da empresa contratante, da execução de suas atividades, incluindo as de caráter essencial, a uma pessoa jurídica de direito privado, desde que esta possua capacidade econômica compatível com a realização dos serviços contratados. Porém, embora essa previsão imponha um requisito mínimo às empresas prestadoras, na prática, ela não assegura a proteção integral dos trabalhadores. Em diversos casos, observa-se que a terceirização é empregada como estratégia para atenuar a responsabilidade trabalhista, o que, frequentemente, contribui para a violação dos direitos dos trabalhadores.

Diante do cenário exposto, propomos desenvolver uma atividade que explore criticamente a terceirização e suas implicações.

Atividade 6

TEXTO BASE

Cemig é responsabilizada por flagrante de 179 trabalhadores em condições análogas às de escravos

Submetidos a jornadas de mais de 11 horas por dia, eles eram funcionários de terceirizada contratada sem licitação, segundo a fiscalização.

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) foi responsabilizada por fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) pela submissão de 179 trabalhadores a condições análogas às de escravos em Belo Horizonte (MG). A primeira fiscalização na empresa aconteceu em julho de 2013 e foi acompanhada também pela Polícia Federal. A caracterização de escravidão foi resultado de intensa investigação que levou mais de seis meses, com análise de documentos e tomada de depoimentos das vítimas. Além de submeter trabalhadores à escravidão, a Cemig – empresa de economia mista controlada pelo governo do Estado de Minas Gerais – é acusada também de terceirização ilegal e contratação de empresas sem licitação. (Stefano Wroblewski, 2014)

TEXTO 2



Charge criada pela autora (2025)

A partir das informações adquiridas no texto e na interpretação da charge acima, responda às perguntas abaixo:

- Quem você acha que se beneficiou mais com a terceirização: os trabalhadores ou o patrão? Por quê?
- Como os trabalhadores estão se sentindo na imagem?
- O que são direitos trabalhistas? Dê alguns exemplos.

A análise da charge, em consonância com a reportagem sobre a Cemig, oferece uma poderosa entrada ao docente para discutir a terceirização mostrando a clara mentalidade empresarial que utiliza essa prática como um mecanismo para ampliar os lucros de suas empresas. Essa maximização dos rendimentos em geral está associada a fraudes, precarização das condições de trabalho e aos direitos dos trabalhadores visando apenas ganho rápido e redução de custos. Além disso, a discussão em sala de aula permite evidenciar a diferenciação entre os trabalhadores diretamente contratados e aqueles terceirizados, ressaltando as desigualdades nas condições de trabalho, nos salários, nos benefícios e no reconhecimento profissional. Também é possível abordar criticamente o modo como a terceirização acaba por transferir responsabilidades patronais, uma vez que as empresas contratantes frequentemente se eximem de fiscalizar adequadamente as condições a que estão submetidos os trabalhadores terceirizados.

Discutir essas questões em sala de aula, especialmente no ensino de História, permite ampliar a compreensão dos estudantes sobre desigualdades e formas de exploração no mundo do trabalho. O docente, ao abordar essa temática, não apenas problematiza a precarização e os processos de exclusão, mas também contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes e aptos a analisar os desafios contemporâneos, além de reivindicar a efetivação de direitos fundamentais. Dessa forma, trabalhar a temática da terceirização configura-se como um instrumento pedagógico significativo para fomentar o pensamento ético, político e histórico, provocando os estudantes a questionarem práticas naturalizadas e a reconhecerem a importância de condições laborais justas.

Não obstante os inúmeros desafios e prejuízos que a terceirização pode acarretar aos trabalhadores, é imprescindível destacar que os empregadores que recorrem a essa prática sem exercer o devido controle sobre as condições laborais ofertadas pelas empresas contratadas podem ser incluídos no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo, conhecido como 'Lista Suja', mantido pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). Tal instrumento visa conferir transparência e responsabilização, tornando públicas as informações sobre aqueles que infringem os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Atividade 7

Tabela com dados extraídos do Cadastro de Empregadores do Governo Federal (Lista Suja) que lista empresas e pessoas físicas autuadas por submeter trabalhadores a condições análogas à escravidão no Brasil. A tabela contém apenas dados da Região Sudeste do Brasil, dos anos de 2023- 2024.

Estado	Empregador	Estabelecimento	Ano que foi incluída na lista
São Paulo	Acacio De Melo Figueiredo	Sítio Tumitan, Zona Rural, Alfredo Marcondes/Sp	05/10/2023
Minas Gerais	Adauto Vianna Diniz	Fazenda Natanael, Zona Rural, Rio Pardo De Minas/Mg	05/04/2023
Rio de Janeiro	Alberique Correa De Oliveira	Rua Fidelis De Almeida, Carlos Sampaio, Nova Iguaçu/Rj	07/10/2024

Espírito Santo	E N De Souza Ltda	Obra Do Loteamento Villaris Guaçuí - Quincas Machado, Guaçuí/Es	05/04/2024
----------------	-------------------	---	------------

Fonte: Dados extraídos do site da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT).

Após a análise do Cadastro de Empregadores do Governo Federal (Lista Suja) responda à questão a seguir:

- a- Na sua opinião, por que tornar pública essa lista pode ajudar no combate ao trabalho escravo no Brasil? Explique com suas palavras.

A incorporação da temática da “Lista Suja” nas aulas de História constitui uma oportunidade pedagógica relevante ao permitir que o docente explore um instrumento jurídico-administrativo criado com o intuito de combater a escravidão contemporânea no Brasil. Essa ferramenta, ao tornar públicos os nomes de empregadores que mantêm trabalhadores em condições análogas à escravidão transgredindo a legislação trabalhista vigente, acaba exercendo uma pressão na vida social e econômica dos infratores. Isso porque a exposição decorrente da inserção de seus nomes e propriedades na referida lista frequentemente resulta na adoção de medidas como: a restrição ao crédito, perda de contratos comerciais, sanções judiciais, dentre outras. (Schwarz, 2008)

As diversas sanções impostas aos empregadores incluídos na chamada “Lista Suja” configuram-se como instrumentos essenciais no enfrentamento à escravidão contemporânea no Brasil. No entanto, apesar de sua relevância, tais medidas ainda se mostram insuficientes para a erradicação definitiva dessa prática. Porém mesmo reconhecendo que essa lista, por si só, não soluciona o problema em sua totalidade, é imprescindível abordar sua existência no âmbito escolar. A divulgação contínua desse mecanismo e de seus impactos representa um fator crucial para sua efetividade, uma vez que o conhecimento sobre sua atuação contribui para desencorajar práticas ilícitas e pressionar pela conformidade com a legislação trabalhista.

A desinformação, infelizmente, torna muitas pessoas vulneráveis a condições degradantes de trabalho. Por outro lado, o acesso à informação pode constituir uma ferramenta poderosa de transformação social, ao capacitar os indivíduos para identificar, denunciar e combater situações que violam os direitos fundamentais. Assim, as aulas de História assumem um papel estratégico na formação de uma

consciência cidadã ativa, capaz de reconhecer e enfrentar as múltiplas formas de exploração que persistem na sociedade brasileira.

O conhecimento sobre os mecanismos de combate à escravidão moderna como os canais de denúncia a exemplo do disque 100 (direitos humanos), da plataforma online do Sistema Ipê (ipe.sit.trabalho.gov.br), bem como a atuação dos órgãos de fiscalização representa um elemento essencial para a interrupção dos ciclos de exploração e humilhação.

A seguir, analisamos uma atividade pedagógica de História que apresenta um caso ocorrido no estado do Rio de Janeiro, evidenciando o papel estratégico da denúncia na identificação e erradicação dessas práticas.

Atividade 8

Vítima de trabalho análogo à escravidão em Nova Iguaçu comia lavagem de porcos



27/03/2023 19h01 Local onde o homem vivia: situação análoga à escravidão

Um homem foi preso em flagrante nesta segunda-feira (27), em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, após denúncias de que submetia um funcionário a trabalho análogo à escravidão. Segundo a vítima, de 51 anos, o proprietário de um terreno em Austin, com uma criação irregular de suínos, lhe ofereceu trabalho em troca de abrigo. No entanto, o homem vivia em condições precárias de higiene e se alimentava da mesma lavagem servida aos porcos havia mais de um ano.

O caso foi descoberto após denúncia anônima recebida pela Guarda Ambiental Municipal de Nova Iguaçu. Agentes foram ao local e constataram uma série de

irregularidades, como abate ilegal de animais, dispersão de vísceras na margem de um rio, contaminação do solo, comida em estado de putrefação, entre outras.

Sem banheiro e sem parede

Ainda de acordo com o relato de testemunhas, o local onde o homem vivia não tinha banheiro, o espaço em que vivia não tinha uma das paredes, e ele era obrigado a comer a lavagem destinada à alimentação dos animais.

Policiais fizeram a prisão em flagrante por reduzir alguém à condição análoga à de escravo, submeter a jornada exaustiva, ou sujeitar a condições degradantes de trabalho.

A vítima e homem do terreno foram encaminhados à 58ª DP (Posse) para que o caso fosse registrado. Segundo a Polícia Civil, além de regime análogo à escravidão, o suspeito poderá ser investigado por crimes ambientais como poluição do solo e dos recursos hídricos, atividade potencialmente poluidora e maus-tratos aos animais. A investigação está em andamento.

Uma equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) fez o acolhimento da vítima para que ela pudesse receber os primeiros cuidados básicos. A SEMAS irá ainda tentar localizar sua família.

Por g1 Rio, 2023.

A partir da leitura da reportagem, responda:

Por que é importante que pessoas denunciem casos de trabalho análogo à escravidão, como o relatado na notícia?

- a) Porque denúncias permitem que as autoridades dependendo do caso protejam as vítimas.
- b) Porque as denúncias servem apenas para punir quem comete o crime.
- c) Porque a denúncia permite que as autoridades descubram e combatam situações ilegais, protegendo os direitos das vítimas.
- d) Porque denunciar é obrigatório por lei, mesmo que não ajude as vítimas.

Trabalhar a questão da importância de denunciar a escravidão moderna nas aulas de História é fundamental para estimular os alunos a pensar sobre o papel da sociedade, da cidadania e da responsabilidade coletiva na defesa dos direitos humanos. Ao analisar situações contemporâneas, como a da reportagem sobre o homem encontrado em Nova Iguaçu, que foi mantido em condições humilhantes, sem acesso a condições básicas de sobrevivência, é possível discutir a continuidade das desigualdades sociais no Brasil e a urgente necessidade de promover a justiça social. A partir desse contexto, a denúncia emerge como um instrumento essencial para a transformação social, sendo um ato de resistência contra a exploração e a violação dos direitos fundamentais. A reportagem evidencia que, devido à denúncia, as autoridades foram capazes de agir prontamente, libertando a vítima e responsabilizando o agressor, o que reforça a importância da participação ativa da sociedade na erradicação de práticas que configuram trabalho análogo à escravidão. Dessa forma, compreender a dimensão do poder da denúncia pode cooperar para que haja o fortalecimento da consciência crítica dos alunos, promovendo a compreensão das injustiças sociais contemporâneas e incentivando o engajamento em ações coletivas e cidadãs para o enfrentamento da escravidão moderna.

Considerando que a escravidão contemporânea se difere da colonial, formalmente abolida em 1888 com a promulgação da Lei Áurea em diversos aspectos, propõe-se, a seguir, uma atividade que possibilite ao docente conduzir seus alunos do oitavo ano a analisar a partir desse exercício as continuidades e rupturas entre esses dois períodos históricos, destacando tanto as semelhanças quanto as especificidades de cada contexto.

Atividade 9

Texto 1

Jean- Baptiste Debret- Escravidão no Brasil colonial



Pintura do artista francês Jean-Baptiste Debret (1768 - 1848), retratando um escravo sendo castigado por seu capataz. A violência foi uma das formas usadas para controlar os escravos.

Disponível em <https://tokdehistoria.com.br/wp-content/uploads/2022/04/slavery_in_brazil_by_jean-baptiste_debret_1768-1848-1024x741-1.jpg?w=1024>

Texto 2

Mãe e filho viram réus acusados de submeter idosa a trabalho análogo à escravidão durante 72 anos



Mulher foi mantida em situação análoga à escravidão por 72 anos — Foto: Reprodução/ TV Globo

Uma empregada doméstica ficou 72 anos trabalhando sem salário para uma família no Rio de Janeiro. Maria de Moura foi resgatada em março de 2022, aos 86 anos. Segundo a Justiça, as visitas dela a própria família eram controladas e o celular

ficava com o patrão. Ainda segundo a denúncia, na frente dos fiscais, André segurou o braço de Maria antes dela ser ouvida: "você não diga que trabalhou para a minha mãe, senão você vai..." e disse um palavrão.

Disponível em <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/03/10/mae-e-filho-viram-reus-acusados-de-submeter-idosa-a-trabalho-analogo-a-escravidao-durante-72-anos.ghtml>>.

A partir da análise das imagens acima, marque a opção que destaca um ponto de similaridade entre elas:

- a) Reafirmação da hierarquia social e da violência
- b) Ausência de violação dos direitos humanos e violência
- c) Trabalho forçado e discriminação de gênero
- d) Situação degradante de trabalho e tolerância racial

A proposta de exercício contida na Atividade 9 contempla a temática da escravidão e de suas permanências na contemporaneidade, configurando-se como um assunto de grande relevância para o ensino de História no Ensino Fundamental, em especial no 8º ano, dado seu potencial de promover uma compreensão crítica das estruturas sociais herdadas do passado escravocrata. Nesse contexto, a análise comparativa entre a obra do artista Jean-Baptiste Debret, que retrata a violência física sistemática sofrida por pessoas escravizadas no Brasil colonial e a reportagem atual sobre uma trabalhadora doméstica submetida a trabalho análogo à escravidão por mais de sete décadas, permite aos estudantes identificar de forma concreta as permanências e rupturas históricas nas formas de dominação e exploração do trabalho.

Entre as permanências, destacam-se a persistência da lógica de subordinação e controle, evidenciada na figura do capataz na obra de Debret, responsável por impor a obediência por meio da violência física, e o comportamento do empregador contemporâneo, que cerceia a liberdade da trabalhadora, controla suas comunicações e utiliza ameaças para silenciar sua voz diante das autoridades. Ambas as situações revelam relações de poder marcadas pela desigualdade extrema, pela naturalização da violência e pela negação de direitos fundamentais. Além disso, a vinculação dessas práticas a contextos de discriminação racial e de marginalização social demonstra como a herança do sistema escravista segue operando de maneira estruturante na

sociedade brasileira atual. Por outro lado, é possível identificar rupturas significativas, sobretudo no campo jurídico e institucional. Enquanto, no período colonial, a escravidão era uma prática legal e sustentada pelo Estado, no caso contemporâneo a situação de trabalho análogo à escravidão é juridicamente reconhecida como crime e passível de responsabilização judicial, como demonstrado pelo processo movido contra os responsáveis na reportagem. Essa ruptura institucional, no entanto, não é suficiente para erradicar as práticas herdadas, evidenciando a distância entre os avanços legais e a realidade social.

A proposta pedagógica apresentada contribui, portanto, para o desenvolvimento do pensamento histórico ao proporcionar a identificação concreta de continuidades e descontinuidades nas relações de exploração do trabalho e nas dinâmicas de opressão. Ao relacionar o passado escravocrata com manifestações contemporâneas de violação de direitos humanos e trabalhistas, o estudante é levado a perceber que a abolição da escravidão, embora formalizada juridicamente em 1888, não representou, por si só, o fim das desigualdades estruturais que continuam a afetar grupos historicamente marginalizados, como a população negra, os trabalhadores informais e os empregados domésticos.

Além disso, essa atividade está em consonância com os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o ensino de História para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. O tratamento de temas como trabalho forçado, racismo estrutural, desigualdade social e direitos humanos amplia o escopo do ensino de História, tornando-o mais significativo, contextualizado e socialmente relevante.

Assim, ao promover uma análise sobre as práticas de exploração que persistem sob novas formas, a atividade contribui de maneira significativa para a formação da opinião dos estudantes, reforçando o papel da escola como espaço de resistência. Nesse espaço, questiona-se a discriminação, o silenciamento e as estruturas de poder que perpetuam desigualdades, oferecendo aos alunos ferramentas para contestar e transformar as injustiças presentes na sociedade.

Atividade 10

Análise à charge com atenção e responda às perguntas a seguir:



Charge criada pela autora (2025)

O que a charge critica principalmente?

- a) O trabalhador que aceita condições ruins de trabalho.
- b) A falta de pessoas interessadas em trabalhar honestamente.
- c) A dificuldade de fiscalizar a escravidão moderna e a indiferença da sociedade.
- d) O deboche na fala do patrão, ao afirmar que oferece apenas "trabalho honesto".

A charge destaca que a falta de verba e equipe dificultam o trabalho de fiscalização.

O que é mais afetado por essas dificuldades?

- a) A implementação de políticas públicas eficazes.
- b) A capacidade de auditar empresas e verificar se estão cumprindo a legislação trabalhista.
- c) O aumento do número de trabalhadores com bons salários e boas condições de trabalho.
- d) A punição dos empregadores que descumprem a legislação.

A última questão abordada nesta dissertação tem como objetivo encerrar a discussão destacando aspectos estruturais que dificultam o enfrentamento efetivo da escravidão moderna no Brasil. Em primeiro lugar, observa-se a limitada atuação dos órgãos de fiscalização, comprometida pela escassez de recursos públicos, tanto para a contratação de profissionais quanto para a realização de operações contínuas e

abrangentes. Essa limitação revela a fragilidade das políticas públicas voltadas ao combate a essa prática, especialmente no que se refere ao financiamento de ações concretas de repressão.

Paralelamente, é necessário considerar o contexto de fragilidade socioeconômica em que muitas vítimas estão inseridas, o que contribui para a aceitação da exploração como única alternativa de sobrevivência. Essa estagnação social alimenta um ciclo de pobreza e exclusão que dificulta a ruptura das condições degradantes de trabalho. Soma-se a isso a perspectiva de uma parcela significativa da sociedade, moldada por uma lógica capitalista que prioriza o lucro em detrimento da dignidade humana. Nessa lógica, o trabalhador explorado é frequentemente culpabilizado, enquanto sua condição é invisibilizada ou naturalizada, reduzindo a vida humana a um elemento descartável em função dos interesses econômicos do empregador.

Buscamos por meio da apresentação destas atividades pedagógicas de História, voltadas para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental, abordar de forma didática, crítica e contextualizada a temática da escravidão contemporânea no Sudeste, realidade ainda presente de forma significativa nessa Região do Brasil. A escolha desse tema parte da necessidade urgente de romper com a invisibilidade que ainda recobre essa prática, contribuindo para que os estudantes desenvolvam a capacidade de reconhecê-la e denunciá-la em diferentes contextos sociais, como em situações de vínculos precários com empresas terceirizadas ou mesmo em relações de trabalho marcadas por discursos de falsa proximidade, como a ideia do trabalhador ser “quase da família”, frequentemente usada para justificar abusos e violações de direitos.

Acreditamos que a realização dessas atividades no ensino de História pode contribuir para a formação do pensamento crítico e para o fortalecimento da cidadania dos estudantes. Ao explorar conteúdos que revelam as similaridades entre a escravidão colonial e suas expressões contemporâneas, as estratégias utilizadas para submeter indivíduos a esse tipo de exploração, os setores econômicos mais propensos a essa prática, bem como os fatores socioeconômicos que favorecem a vulnerabilidade das vítimas, os alunos têm a oportunidade de desenvolver uma compreensão ampla e fundamentada sobre o problema.

Tais conhecimentos, articulados ao debate em sala de aula, podem fomentar uma conscientização ativa, na qual os estudantes se reconheçam como sujeitos

históricos, capazes de intervir na realidade. Considera-se, portanto, que apenas por meio da informação, do pensamento crítico e do engajamento coletivo seja possível enfrentar e, possivelmente, colaborar para a erradicação dessa prática degradante. Dessa forma, o trabalho visa a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

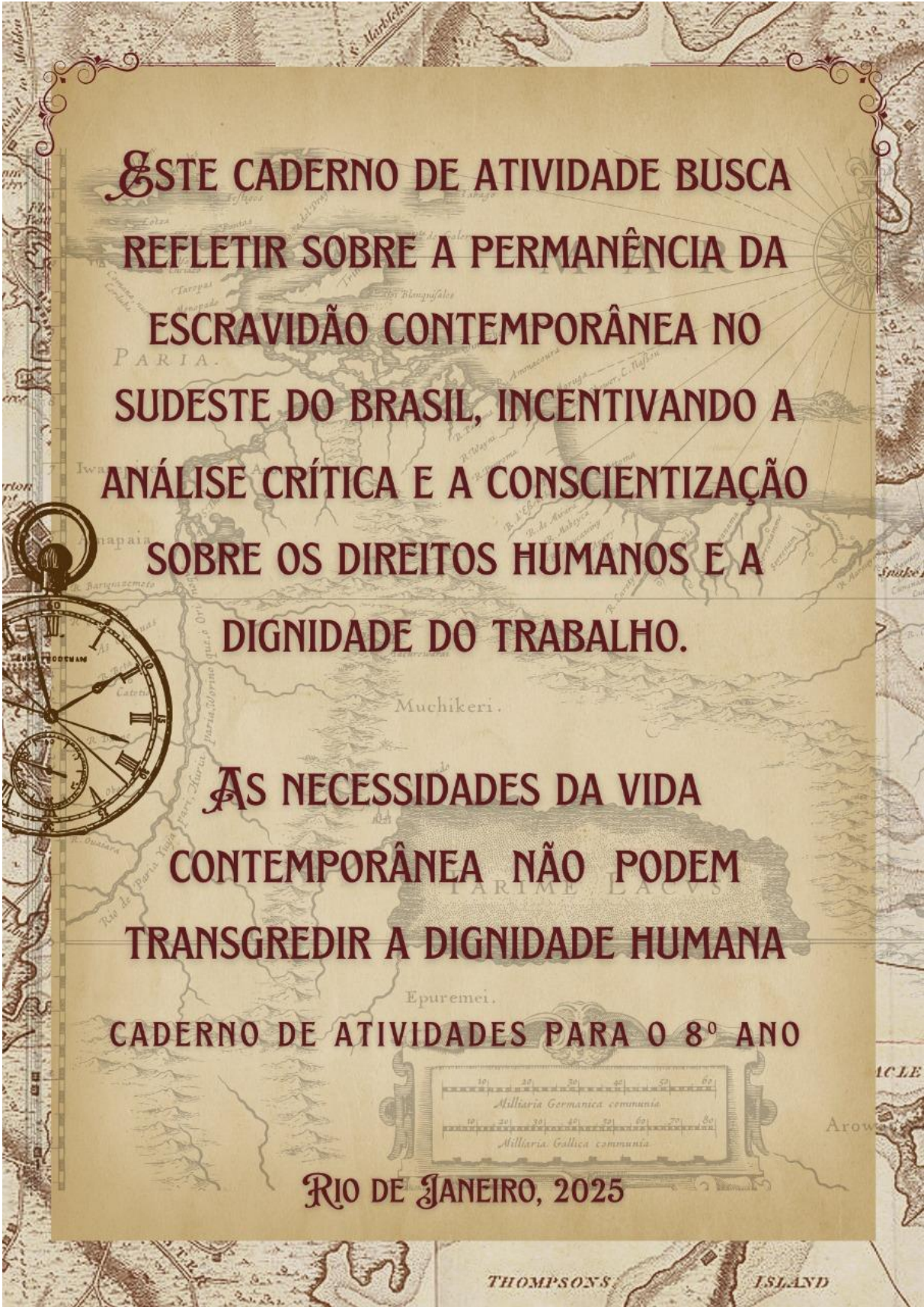
4 PROPOSTA PEDAGÓGICA: ATIVIDADES SOBRE A ESCRAVIDÃO INCONCLUSA NO SUDESTE DO BRASIL

O quarto capítulo desta dissertação, elaborado em consonância com as diretrizes do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), apresenta o produto educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa: um caderno de atividades voltado ao ensino de História para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental. A construção desse material fundamenta-se nas atividades delineadas no terceiro capítulo e no arcabouço teórico sistematizado no segundo, o qual analisa a escravidão contemporânea como fenômeno histórico e social ainda presente no Brasil, com ênfase na Região Sudeste.

O caderno tem como finalidade central promover, uma abordagem crítica acerca da persistência de práticas análogas à escravidão no contexto atual. Para tanto, propõe atividades contextualizadas, ancoradas em dados concretos, reportagens jornalísticas e documentos oficiais, de modo a estimular a consciência histórica e a formação cidadã dos alunos. Busca-se, com isso, favorecer a identificação e a problematização das permanências e rupturas em relação à escravidão histórica, evidenciando seus desdobramentos no mundo do trabalho contemporâneo.

Ao articular fundamentação teórica, práticas pedagógicas e um compromisso ético com a transformação social, o caderno de atividades assume um lugar central nesta pesquisa, configurando-se como um instrumento didático que materializa os objetivos da proposta e reafirma o potencial crítico e emancipador do ensino de História.





ESTE CADERNO DE ATIVIDADE BUSCA
REFLETIR SOBRE A PERMANÊNCIA DA
ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA NO
SUDESTE DO BRASIL, INCENTIVANDO A
ANÁLISE CRÍTICA E A CONSCIENTIZAÇÃO
SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E A
DIGNIDADE DO TRABALHO.

AS NECESSIDADES DA VIDA
CONTEMPORÂNEA NÃO PODEM
TRANSGREDIR A DIGNIDADE HUMANA

CADERNO DE ATIVIDADES PARA O 8º ANO

RIO DE JANEIRO, 2025

QUESTÃO 1

ABOLINDO A ABOLIÇÃO - CRÔNICA DE MOACYR SCLiar

PUBLICADO EM 02/07/2022 POR ADMIN

"PROMOTORA VÊ QUADRO DE QUASE ESCRAVIDÃO: OPERAÇÃO LIBERA 38 EM FAZENDA NO ESPÍRITO SANTO."
BRASIL, 24 JUN. 1999

TUDO COMEÇOU QUANDO ELES FORAM PROCURAR EMPREGO NA FAZENDA DE CAFÉ. O PROPRIETÁRIO DISSE QUE SIM, QUE PODIA EMPREGÁ-LOS. SÓ NÃO PODERIA PAGAR MUITO. QUE DECIDISSEM: ERA PEGAR OU LARGAR, AME-O OU DEIXE-O. ELES SE OLHARAM. O QUE PODIAM FAZER? ACEITARAM.

PASSADO O PRIMEIRO MÊS, O PROPRIETÁRIO REUNIU-OS E DISSE QUE OS NEGÓCIOS NÃO ANDAVAM BEM, QUE A COTAÇÃO DO CAFÉ ESTAVA EM BAIXA NO MERCADO INTERNACIONAL. PROPÔS DIMINUIR O SALÁRIO, COISA POUCA, E NÃO POR MUITO TEMPO. ELES SE OLHARAM, MAS O QUE PODIAM FAZER? ACEITARAM.

UM MÊS DEPOIS, O PROPRIETÁRIO REUNIU-OS DE NOVO. OS NEGÓCIOS CONTINUAVAM RUINS, DE MODO QUE ELE TINHA OUTRA PROPOSTA: ATRASARIA OS SALÁRIOS, INDEFINIDAMENTE, MAS EM COMPENSAÇÃO FORNECERIA ALOJAMENTO E COMIDA. O ALOJAMENTO NÃO PASSAVA DE UM TELHEIRO COM UM ESTRADO E COLCHONETES; BANHEIRO NÃO HAVIA. QUANTO À COMIDA, COMO DISSE O PRÓPRIO PROPRIETÁRIO, NÃO ERA COISA PARA GOURMET. DE NOVO SE OLHARAM. O QUE PODIAM FAZER? ACEITARAM.

NO MÊS SEGUINTE, O PROPRIETÁRIO REUNIU-OS DE NOVO. DESTA VEZ, TINHA UMA HISTÓRIA PARA CONTAR. ANTIGAMENTE, DISSE ELE, OS TRABALHADORES NÃO COBRAVAM SALÁRIO, NEM TINHAM PREVIDÊNCIA SOCIAL, NADA DESSAS COISAS. EM COMPENSAÇÃO, RECEBIAM CASA E COMIDA DOS SEUS DONOS, PARA QUEM TRABALHAVAM POR TODA A VIDA. QUANDO MORRIAM, OS FILHOS CONTINUAVAM O MESMO TRABALHO, E ASSIM POR GERAÇÕES E GERAÇÕES. MAS UM DIA TINHA SURGIDO UMA LEI - ESSAS LEIS QUE FAZEM POR AÍ, VOCÊS SABEM - E TUDO HAVIA MUDADO. OS TRABALHADORES AGORA RECEBIAM PAGAMENTO. E, RECEBENDO PAGAMENTO, COMEÇARAM A EXIGIR MAIS COISAS, MAIS DIREITOS. RESULTADO: DESEMPREGO. NINGUÉM MAIS TINHA SEGURANÇA.

EU PROponho, DISSE O HOMEM, QUE A GENTE ESQUEÇA ESSA TAL DE LEI. VAMOS COLOCAR UMA PEDRA EM CIMA DISSO. VAMOS VOLTAR AOS BONS TEMPOS, ÀQUELES TEMPOS EM QUE NÃO SE DISCUTIA POR ESSA COISA TÃO MESQUINHA CHAMADA DINHEIRO. VOCÊS RECEBERÃO PARA SEMPRE ALOJAMENTO E ALIMENTO. A ÚNICA COISA QUE PEÇO É: ESQUEÇAM SALÁRIO, ESQUEÇAM O RESTO. ESQUEÇAM O MUNDO LÁ FORA. O MUNDO DE VOCÊS AGORA É ESTA FAZENDA.

COMO ELE DISSE DEPOIS AO ADVOGADO, FORA UM BELO DISCURSO, E OS TRABALHADORES ESTAVAM QUASE CONVENCIDOS: JÁ ESTAVAM SE OLHANDO, JÁ ESTAVAM CONCLUINDO QUE NADA PODIAM FAZER, QUE TERIAM MESMO DE ACEITAR A PROPOSTA. MAS AÍ VEIO O PROMOTOR COM AQUELA HISTÓRIA DE DIREITOS. O PROBLEMA COM O PROMOTOR ERA ESSE: ELE NÃO SABIA COMO ERA BOM O PASSADO, O PASSADO QUE EXISTIRA ANTES DAS LEIS.

MOACYR SCLiar

A) A PARTIR DA ANÁLISE DA CRÔNICA DE MOACYR, IDENTIFIQUE NO TEXTO QUAL A CRÍTICA FEITA PELO AUTOR?

B) RETIRE DO TEXTO DUAS CARACTERÍSTICAS QUE REVELEM EVIDÊNCIAS DO PERÍODO COLONIAL EM RELAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO.

QUESTÃO 2

TABELA 1. ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE SE DESTACAM POR UTILIZAR TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE

ESTADO	ATIVIDADE PREDOMINANTE COM ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA
RIO DE JANEIRO	CULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR
SÃO PAULO	CONFECÇÃO (COSTURA, OFICINAS DE ROUPAS)
MINAS GERAIS	AGRICULTURA (EM GERAL, LAVOURAS DIVERSAS)
ESPÍRITO SANTO	CULTIVO DE CAFÉ

TABELA ELABORADA PELA AUTORA COM DADOS EXTRAÍDOS DE PRADO, (2022, P.498), SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT), REPÓRTER BRASIL, (2024, P.74), HADDAD; MIRAGLIA; PEREIRA, (2023 PG.68)

A) ANALISANDO A TABELA, QUAL ATIVIDADE ECONÔMICA PREDOMINA NA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO? POR QUE ESSA ATIVIDADE SE DESTACA?

B) O QUE LEVA UMA PESSOA A ACEITAR UM TRABALHO ONDE AS CONDIÇÕES SÃO TÃO PRECÁRIAS?

C) SERÁ QUE AS PESSOAS QUE TRABALHAM NESSAS CONDIÇÕES SABEM QUE ESTÃO SENDO EXPLORADAS OU ELAS SE SENTEM PRESSIONADAS POR ALGO MAIOR, COMO A NECESSIDADE DE SUSTENTAR A FAMÍLIA? EXPLIQUE SUA RESPOSTA.

QUESTÃO 3



OBSERVANDO O DIÁLOGO NA CHARGE ACIMA PODEMOS PERCEBER QUE ELA:

CHARGE ELABORADA PELA AUTORA (2025).

- (A) UTILIZA O USO DE EXPRESSÕES POPULARES PARA CHAMAR ATENÇÃO DO LEITOR A RESPEITO DA LEI ÁUREA.
- (B) VALORIZA A ASSINATURA DA LEI ÁUREA EM VIRTUDE DE SUA IMPORTÂNCIA ABOLICIONISTA.
- (C) DESTACA O CONHECIMENTO DO TRABALHADOR QUE FAZ MENÇÃO À LEI ÁUREA.
- (D) IRONIZA A ASSINATURA DA LEI ÁUREA EM FUNÇÃO DAS PERVERSIDADES QUE SE MANTÉM EM ALGUNS AMBIENTES DE TRABALHOS DOMÉSTICOS.

QUESTÃO 4

ENTRE A LUTA E A SUBMISSÃO

NÃO É DE HOJE QUE A MULHER NÃO É VALORIZADA,
SUA VIDA É CHEIA DE OBSTÁCULOS NA CALÇADA.
PULA UM, DOIS, TRÊS MIL, MAS NÃO CONSEGUE ESCAPAR DOS PRECONCEITOS NO BRASIL.
COM SALÁRIO MENOR, RECONHECIMENTO ESCASSO, E POUCA VALORIZAÇÃO,
ELA SE VÊ PRESA NA ASTÚCIA DO PATRÃO.
ELE OFERECE O PÃO, O CHÃO, A PROTEÇÃO,
MAS NO FIM ELE COBRA TUDO, SEM PIEDADE NO CORAÇÃO.
(JANAINA DE SENA, 2025).
LEIA O TRECHO DO POEMA ENTRE A LUTA E A SUBMISSÃO:
“ELA SE VÊ PRESA NA ASTÚCIA DO PATRÃO.
ELE OFERECE O PÃO, O CHÃO, A PROTEÇÃO,
MAS NO FIM ELE COBRA TUDO, SEM PIEDADE NO CORAÇÃO.”

JANAINA SENA, 2025.

COM BASE NOS VERSOS ACIMA E EM SEUS CONHECIMENTOS SOBRE SITUAÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, ANALISE AS AFIRMAÇÕES A SEGUIR:

I. O POEMA DENUNCIA UMA REALIDADE VIVIDA POR MUITAS MULHERES NO BRASIL, QUE ENFRENTAM CONDIÇÕES DE TRABALHO EXPLORATÓRIAS, DISFARÇADAS DE “PROTEÇÃO” E “AJUDA” POR PARTE DO EMPREGADOR.

II. A FIGURA DO PATRÃO NO POEMA REPRESENTA UM SISTEMA DE OPRESSÃO QUE UTILIZA A VULNERABILIDADE SOCIAL DA MULHER COMO FORMA DE CONTROLE E EXPLORAÇÃO.

III. A SITUAÇÃO DESCRITA NOS VERSOS CARACTERIZA UMA RELAÇÃO DE TRABALHO CORRETA, ONDE O PATRÃO OFERECE ABRIGO E ALIMENTO COMO PARTE DO CONTRATO.

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- A) APENAS A AFIRMATIVA I ESTÁ CORRETA.
- B) APENAS A AFIRMATIVA II ESTÁ CORRETA.
- C) APENAS AS AFIRMATIVAS I E II ESTÃO CORRETAS
- D) TODAS AS AFIRMATIVAS ESTÃO CORRETAS.

QUESTÃO 5

LEIA OS TEXTOS E RESPONDA À QUESTÃO ABAIXO:

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO 1

CHINESES SÃO ENCONTRADOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO NA ZONA SUL DO RIO

OS DOIS HOMENS DORMIAM NO DEPÓSITO DE UMA PASTELARIA, EM UM ESPAÇO CUJO PÉ DIREITO MEDE NO MÁXIMO 1,30M E SEM VENTILAÇÃO.

DOIS TRABALHADORES CHINESES FORAM RESGATADOS PELA INSPEÇÃO DO TRABALHO (ÓRGÃO QUE AGORA FAZ PARTE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA) EM SITUAÇÃO ANÁLOGA AO TRABALHO ESCRAVO, EM UMA PASTELARIA NO LEME, NA ZONA SUL DO RIO. ESTE FOI O PRIMEIRO CASO OFICIAL DO TIPO OCORRIDO NO RIO DE JANEIRO NESTE ANO.

OS CHINESES FORAM LOCALIZADOS APÓS UMA DENÚNCIA RECEBIDA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (MPT), INFORMANDO QUE OS DOIS HOMENS DORMIAM NO DEPÓSITO DO ESTABELECIMENTO, EM UM ESPAÇO CUJO PÉ DIREITO MEDE NO MÁXIMO 1,30M E SEM VENTILAÇÃO. SITUAÇÃO ESTÁ QUE FOI CONFIRMADA PELA INSPEÇÃO DO TRABALHO EM VISTORIA REALIZADA NA SEXTA-FEIRA PASSADA (9). (CORSINI, 2020).

TEXTO 2

“A CHEGADA DE MIGRANTES DA BOLÍVIA E SUA PERMANÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO TEM FORTE RELAÇÃO COM AS OPORTUNIDADES DE TRABALHO NO SETOR TÊXTIL, CARACTERIZADO SOBRETUDO PELA INFORMALIDADE, JORNADAS EXAUSTIVAS, GANHO POR PRODUÇÃO, BAIXA REMUNERAÇÃO E AMBIENTE DE TRABALHO EM CONDIÇÕES DEGRADANTES.

NESSE CONTEXTO, A CONDIÇÃO MIGRATÓRIA INDOCUMENTADA SE APRESENTA COMO UM ELEMENTO IMPORTANTE NA DINÂMICA DE EXPLORAÇÃO. MUITOS EMPREGADORES AMEAÇAM ENTREGAR TRABALHADORES ÀS AUTORIDADES MIGRATÓRIAS SE DEIXAREM O LOCAL DE TRABALHO OU DENUNCIAREM AS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO A QUE ESTAVAM SUBMETIDOS. EM GERAL, COMPROMETIDOS A PAGAR DÍVIDAS FRAUDULENTAS DECORRENTES DE GASTOS COM A PASSAGEM DE SEU PAÍS DE ORIGEM, ALIMENTAÇÃO E ALUGUEL, E COM SEUS DOCUMENTOS RETIDOS, ELES PERMANECEM TRABALHANDO NAS OFICINAS DE COSTURA”. (REPÓRTER BRASIL, 2024 P. 70-71).

A ANÁLISE DOS CASOS APRESENTADOS EVIDENCIA QUE O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:

- A) ESTÁ RESTRITO A SETORES TRADICIONAIS DA ECONOMIA, COMO O AGRONEGÓCIO.
- B) DECORRE EXCLUSIVAMENTE DA MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAIS DE ÁREAS RURAIS.
- C) É CONSEQUÊNCIA DIRETA DO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO.
- D) AFETA TRABALHADORES DE DIFERENTES NACIONALIDADES, ASSOCIADOS A CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE.

QUESTÃO 6

TEXTO 1

CEMIG É RESPONSABILIZADA POR FLAGRANTE DE 179 TRABALHADORES EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS ÀS DE ESCRAVOS SUBMETIDOS A JORNADAS DE MAIS DE 12 HORAS POR DIA, ELES ERAM FUNCIONÁRIOS DE TERCEIRIZADA CONTRATADA SEM LICITAÇÃO, SEGUNDO A FISCALIZAÇÃO.

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG) FOI RESPONSABILIZADA POR FISCALIS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTB) E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MP) PELA SUBMISSÃO DE 179 TRABALHADORES A CONDIÇÕES ANÁLOGAS ÀS DE ESCRAVOS EM BELO HORIZONTE (MG). A PRIMEIRA FISCALIZAÇÃO NA EMPRESA ACONTECEU EM JULHO DE 2013 E FOI ACOMPANHADA TAMBÉM PELA POLÍCIA FEDERAL. A CARACTERIZAÇÃO DE ESCRAVIDÃO FOI RESULTADO DE INTENSA INVESTIGAÇÃO QUE LEVOU MAIS DE SEIS MESES, COM ANÁLISE DE DOCUMENTOS E TOMADA DE DEPOIMENTOS DAS VÍTIMAS. ALÉM DE SUBMETTER TRABALHADORES À ESCRAVIDÃO, A CEMIG - EMPRESA DE ECONOMIA MISTA CONTROLADA PELO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - É ACUSADA TAMBÉM DE TERCEIRIZAÇÃO ILEGAL E CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS SEM LICITAÇÃO. (STEFANO WROBLESKI, 2014).

TEXTO 2



CHARGE FEITA PELA AUTORA (2025).

A PARTIR DAS INFORMAÇÕES ADQUIRIDAS NO TEXTO E NA INTERPRETAÇÃO DA CHARGE ACIMA, RESPONDA ÀS PERGUNTAS ABAIXO:

A) QUEM VOCÊ ACHA QUE SE BENEFICIOU MAIS COM A TERCEIRIZAÇÃO: OS TRABALHADORES OU O PATRÃO? POR QUÊ?

B) COMO OS TRABALHADORES ESTÃO SE SENTINDO NA IMAGEM?

C) O QUE SÃO DIREITOS TRABALHISTAS? DÊ ALGUNS EXEMPLOS.

QUESTÃO 7

TABELA COM DADOS EXTRAÍDOS DO CADASTRO DE EMPREGADORES DO GOVERNO FEDERAL (LISTA SUJA), QUE LISTA EMPRESAS E PESSOAS FÍSICAS AUTUADAS POR SUBMETEREM TRABALHADORES A CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO NO BRASIL. A TABELA ABAIXO CONTÉM APENAS DADOS DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL, DOS ANOS DE 2023-2024.

ESTADO	EMPREGADOR	ESTABELECIMENTO	ANO QUE FOI INCLUÍDO NA LISTA
SÃO PAULO	ACACIO DE MELO FIGUEIREDO	SÍTIO TUMITAN, ZONA RURAL, ALFREDO MARCONDES/SP	05/10/2023
MINAS GERAIS	ADAUTO VIANNA DINIZ	FAZENDA NATANAEL, ZONA RURAL, RIO PARDO DE MINAS/MG	05/04/2023
RIO DE JANEIRO	ALBERIQUE CORREA DE OLIVEIRA	RUA FIDELIS DE ALMEIDA, CARLOS SAMPAIO, NOVA IGUAÇU/RJ	07/10/2024
ESPÍRITO SANTO	E N DE SOUZA LTDA	OBRA DO LOTEAMENTO VILLARIS GUAÇUÍ - QUINCAS MACHADO, GUAÇUÍ/ES	05/04/2024

FONTE: DADOS EXTRAÍDOS DO SITE DA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT)

7-

THOMPSON'S

ISLAND

APÓS A ANÁLISE DO CADASTRO DE EMPREGADORES DO GOVERNO FEDERAL (LISTA SUJA) RESPONDA A QUESTÃO A SEGUIR:

A) NA SUA OPINIÃO, POR QUE TORNAR PÚBLICA ESSA LISTA PODE AJUDAR NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL? EXPLIQUE COM SUAS PALAVRAS.

QUESTÃO 8

VÍTIMA DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO EM NOVA IGUAÇU COMIA LAVAGEM DE PORCOS
AUTOR FOI PRESO NESTA SEGUNDA-FEIRA (27) E CASO FOI ENCAMINHADO À 58ª DP (POSSE)



27/03/2023 19H01 LOCAL ONDE O HOMEM VIVIA: SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO

UM HOMEM FOI PRESO EM FLAGRANTE NESTA SEGUNDA-FEIRA (27), EM NOVA IGUAÇU, NA BAIXADA FLUMINENSE, APÓS DENÚNCIAS DE QUE SUBMETIA UM FUNCIONÁRIO A TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO. SEGUNDO A VÍTIMA, DE 51 ANOS, O PROPRIETÁRIO DE UM TERRENO EM AUSTIN, COM UMA CRIAÇÃO IRREGULAR DE SUÍNOS, LHE OFERECEU TRABALHO EM TROCA DE ABRIGO. NO ENTANTO, O HOMEM VIVIA EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE HIGIENE E SE ALIMENTAVA DA MESMA LAVAGEM SERVIDA AOS PORCOS HAVIA MAIS DE UM ANO.

O CASO FOI DESCOBERTO APÓS DENÚNCIA ANÔNIMA RECEBIDA PELA GUARDA AMBIENTAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. AGENTES FORAM AO LOCAL E CONSTATARAM UMA SÉRIE DE IRREGULARIDADES, COMO ABATE ILEGAL DE ANIMAIS, DISPERSÃO DE VÍSCERAS NA MARGEM DE UM RIO, CONTAMINAÇÃO DO SOLO, COMIDA EM ESTADO DE PUTREFAÇÃO, ENTRE OUTRAS.

SEM BANHEIRO E SEM PAREDE

AINDA DE ACORDO COM O RELATO DE TESTEMUNHAS, O LOCAL ONDE O HOMEM VIVIA NÃO TINHA BANHEIRO, O ESPAÇO EM QUE VIVIA NÃO TINHA UMA DAS PAREDES, E ELE ERA OBRIGADO A COMER A LAVAGEM DESTINADA À ALIMENTAÇÃO DOS ANIMAIS.

POLICIAIS FIZERAM A PRISÃO EM FLAGRANTE POR REDUZIR ALGUÉM A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO, SUBMETTER À JORNADA EXAUSTIVA, OU SUJEITAR A CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO.

A VÍTIMA E HOMEM DO TERRENO FORAM ENCAMINHADOS À 58ª DP (POSSE) PARA QUE O CASO FOSSE REGISTRADO.

SEGUNDO A POLÍCIA CIVIL, ALÉM DE REGIME ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO, O SUSPEITO PODERÁ SER INVESTIGADO POR CRIMES AMBIENTAIS COMO POLUIÇÃO DO SOLO E DOS RECURSOS HÍDRICOS, ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA E MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS. A INVESTIGAÇÃO ESTÁ EM ANDAMENTO.

UMA EQUIPE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS) FEZ O ACOLHIMENTO DA VÍTIMA PARA QUE ELA PUDESSE RECEBER OS PRIMEIROS CUIDADOS BÁSICOS. A SEMAS IRÁ AINDA TENTAR LOCALIZAR SUA FAMÍLIA.

POR GI RIO, 2023.

A PARTIR DA LEITURA DA REPORTAGEM, RESPONDA:

POR QUE É IMPORTANTE QUE PESSOAS DENUNCIEM CASOS DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO, COMO O RELATADO NA NOTÍCIA?

- A) PORQUE DENÚNCIAS PERMITEM QUE AS AUTORIDADES DEPENDENDO DO CASO PROTEJAM AS VÍTIMAS.
- B) PORQUE AS DENÚNCIAS SERVEM APENAS PARA PUNIR QUEM COMETE O CRIME.
- C) PORQUE A DENÚNCIA PERMITE QUE AS AUTORIDADES DESCUBRAM E COMBATAM SITUAÇÕES ILEGAIS, PROTEGENDO OS DIREITOS DAS VÍTIMAS.
- D) PORQUE DENUNCIAR É OBRIGATÓRIO POR LEI, MESMO QUE NÃO AJUDE AS VÍTIMAS.

QUESTÃO 9

TEXTO 1

JEAN-BAPTISTE DEBRET- ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL.



PINTURA DO ARTISTA FRANCÊS JEAN-BAPTISTE DEBRET (1768 - 1848), RETRATANDO UM ESCRAVO SENDO CASTIGADO POR SEU CAPATAZ. A VIOLÊNCIA FOI UMA DAS FORMAS USADAS PARA CONTROLAR OS ESCRAVOS.

DISPONÍVEL EM: [HTTPS://TOKDEHISTORIA.COM.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2022/04/SLAVERY_IN_BRAZIL_BY_JEAN-BAPTISTE_DEBRET_1768-1848-1024X741-1.JPG?W=1024](https://tokdehistoria.com.br/wp-content/uploads/2022/04/SLAVERY_IN_BRAZIL_BY_JEAN-BAPTISTE_DEBRET_1768-1848-1024X741-1.JPG?W=1024).

ACESSO EM: 13 MAIO 2025.

TEXTO 2

MÃE E FILHO VIRAM RÉUS ACUSADOS DE SUBMETER IDOSA A TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO DURANTE 72 ANOS



MULHER FOI MANTIDA EM SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO POR 72 ANOS — FOTO: REPRODUÇÃO/ TV GLOBO

UMA EMPREGADA DOMÉSTICA FICOU 72 ANOS TRABALHANDO SEM SALÁRIO PARA UMA FAMÍLIA NO RIO DE JANEIRO.

MARIA DE MOURA FOI RESGATADA EM MARÇO DE 2022, AOS 86 ANOS. SEGUNDO A JUSTIÇA, AS VISITAS DELA A PRÓPRIA FAMÍLIA ERAM CONTROLADAS E O CELULAR FICAVA COM O PATRÃO. AINDA SEGUNDO A DENÚNCIA, NA FRENTE DOS FISCALIS, ANDRÉ SEGUROU O BRAÇO DE MARIA ANTES DELA SER OUVIDA: "VOCÊ NÃO DIGA QUE TRABALHOU PARA A MINHA MÃE, SENÃO VOCÊ VAL..." E DISSE UM PALAVRÃO.

DISPONÍVEL EM

[HTTPS://G1GLOBO.COM/FANTASTICO/NOTICIA/2024/03/10/MAE-E-FILHO-VIRAM-REUS-ACUSADOS-DE-SUBMETER-IDOSA-A-TRABALHO-ANALOGO-A-ESCRVIDAO-DURANTE-72-ANOS.GHTML](https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/03/10/mae-e-filho-viram-reus-acusados-de-submeter-idosa-a-trabalho-analogo-a-escravidao-durante-72-anos.ghtml)>. ACESSO EM 10 MAIO, 2025.

A PARTIR DA ANÁLISE DAS IMAGENS ACIMA, MARQUE A OPÇÃO QUE DESTACA UM PONTO DE SIMILARIDADE ENTRE ELAS:

- A) REAFIRMAÇÃO DA HIERARQUIA SOCIAL E DA VIOLÊNCIA
- B) AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA
- C) TRABALHO FORÇADO E DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO
- D) SITUAÇÃO DEGRADANTE DE TRABALHO E TOLERÂNCIA RACIAL

QUESTÃO 10

ANALISE A CHARGE COM ATENÇÃO E RESPONDA ÀS PERGUNTAS A SEGUIR:

Difícil fiscalizar quando ninguém vê problema



CHARGE CRIADA PELA AUTORA (2025)

01) QUE A CHARGE CRITICA PRINCIPALMENTE?

- A) 01) TRABALHADOR QUE ACEITA CONDIÇÕES RUINS DE TRABALHO.
- B) 02) A FALTA DE PESSOAS INTERESSADAS EM TRABALHAR HONESTAMENTE.
- C) 03) A DIFICULDADE DE FISCALIZAR O TRABALHO ESCRAVO E A INDIFERENÇA DA SOCIEDADE.
- D) 04) DEBOCHE NA FALA DO PATRÃO, AO AFIRMAR QUE OFERECE APENAS "TRABALHO HONESTO".

A CHARGE DESTACA QUE A FALTA DE VERBA E EQUIPE DIFICULTAM O TRABALHO DE FISCALIZAÇÃO. 02) QUE É MAIS AFETADO POR ESSAS DIFICULDADES?

- A) 01) A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES.
- B) 02) A CAPACIDADE DE AUDITAR EMPRESAS E VERIFICAR SE ESTÃO CUMPRINDO A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.
- C) 03) O AUMENTO DO NÚMERO DE TRABALHADORES COM BONS SALÁRIOS E BOAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.
- D) 04) A PUNIÇÃO DOS EMPREGADOS QUE DESCUMPREM A LEGISLAÇÃO.

LISTA DE MATERIAIS COMPLEMENTARES

TEMA: SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO NO SUDESTE DO BRASIL

1. VÍDEOS E FILMES

VÍDEO EDUCATIVO: SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO NO BRASIL

CANAL BRASIL DE FATO - EXPLICAÇÃO CLARA SOBRE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO.

▶ [HTTPS://YOUTU.BE/8DKJW_K4SG4?si=U83i5WPCP8MXK7C](https://youtu.be/8DKJW_K4SG4?si=U83i5WPCP8MXK7C)

FILME: OS SETE PRISIONEIRO

DRAMA SOBRE TRABALHADORES MIGRANTES EXPLORADOS EM UM FERRO-VELHO NO BRASIL, MOSTRANDO CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO.

(DISPONÍVEL EM PLATAFORMAS DE STREAMING)

2. TEXTOS E DOSSIÊS

DOSSIÊ: TRABALHO ESCRAVO E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

[HTTPS://ESCRAVONEMPENSAR.ORG.BR/WP-](https://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2024/10/DOSSIE_TRABALHO_ESCRAVO_E_MIGRACAO_INTERNACIONAL.PDF)

[CONTENT/UPLOADS/2024/10/DOSSIE_TRABALHO_ESCRAVO_E_MIGRACAO_INTERNACIONAL.PDF](https://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2024/10/DOSSIE_TRABALHO_ESCRAVO_E_MIGRACAO_INTERNACIONAL.PDF)

EDUCAÇÃO PARA A PREVENÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO

[HTTPS://ESCRAVONEMPENSAR.ORG.BR/BIBLIOTECA/ESCRAVO-NEM-PENSAR-EDUCAO-PARA-A-PREVENCAO-AO-TRABALHO-ESCRAVO/](https://escravonempensar.org.br/biblioteca/escravo-nem-pensar-educacao-para-a-prevencao-ao-trabalho-escravo/)

NOTÍCIAS RECENTES:

BOLIVIANOS EM SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO EM SÃO PAULO

[HTTPS://NOTICIAS.R7.COM/SAO-PAULO/SP-BOLIVIANOS-SAO-ENCONTRADOS-EM-SITUACAO-ANALOGA-A-ESCRVIDAO-EM-OFFICINA-DE-COSTURA-NA-ZONA-NORTE-14032023/](https://noticias.r7.com/sao-paulo/sp-bolivianos-sao-encontrados-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-oficina-de-costura-na-zona-norte-14032023/)

PRODUTOR DE CAFÉ EM MINAS AUTUADO

[HTTPS://WWW.EM.COM.BR/APP/NOTICIA/GERAIS/2023/03/14/INTERNA_GERAIS,1468529/PRODUTOR-DE-CAFE-EM-MINAS-E-AUTUADO-POR-TRABALHO-ANALOGO-A-ESCRVIDAO.SHTML](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/03/14/INTERNA_GERAIS,1468529/PRODUTOR-DE-CAFE-EM-MINAS-E-AUTUADO-POR-TRABALHO-ANALOGO-A-ESCRVIDAO.SHTML)

MTE RESGATA TRABALHADORES NO ESPÍRITO SANTO

[HTTPS://WWW.GOV.BR/TRABALHO-E-EMPREGO/PT-BR/NOTICIAS-E-CONTEUDO/2024/MAIO/MTE-CONCLUI-DUAS-ACOES-DE-RESGATE-DE-21-TRABALHADORES-EM-CONDICOES-ANALOGAS-A-ESCRVIDAO-EM-LAVOURAS-DE-CAFE-NO-ESPIRITO-SANTO](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/MTE-CONCLUI-DUAS-Acoes-de-Resgate-de-21-trabalhadores-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-lavouras-de-caffe-no-espirito-santo)

MULHER RESGATADA EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO NO RIO APÓS TRABALHAR POR 46 ANOS SEM SALÁRIO

Gl, 25/07/2024

[HTTPS://G1.GLOBO.COM/RJ/RIO-DE-JANEIRO/NOTICIA/2024/07/25/MULHER-RESGATADA-EM-CONDICAO-ANALOGA-A-ESCRVIDAO-NO-RIO.GHTML](https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/25/mulher-resgatada-em-condicao-analoga-a-escravidao-no-rio.ghtml)

ANÁLISE E COMPARAÇÃO HISTÓRICA

[HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/TRABALHO-ESCRAVO/COMPARACAO-ENTRE-A-NOVA-ESCRVIDAO-E-O-ANTIGO-SISTEMA/](https://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/comparacao-entre-a-nova-escravidao-e-o-antigo-sistema/)

3. TERRAMENTAS E BASES DE DADOS OFICIAIS

CADASTRO DE EMPREGADORES AUTUADOS POR TRABALHO ESCRAVO

[HTTPS://WWW.GOV.BR/TRABALHO-E-EMPREGO/PT-BR/ASSUNTOS/INSPCAO-DO-TRABALHO/AREAS-DE-ATUACAO/CADASTRO_DE_EMPREGADORES](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores)

RADAR DA INSPEÇÃO DO TRABALHO

[HTTPS://SIT.TRABALHO.GOV.BR/RADAR/](https://sit.trabalho.gov.br/radar/)

Considerando as dificuldades evidenciadas no primeiro capítulo, especialmente no que diz respeito aos desafios enfrentados pelos professores ao tratar da temática da escravidão contemporânea seja pela ausência ou pelo tratamento superficial desse conteúdo nos materiais didáticos, seja pela fragilidade de muitos programas de formação continuada, que, em grande parte, apresentam conteúdos desarticulados da realidade concreta da prática docente, torna-se evidente a necessidade de propostas pedagógicas mais eficazes. Diante desse cenário, a elaboração de um caderno de atividades que proponha exercícios voltados ao desenvolvimento do pensamento crítico dos discentes configura-se como uma ação potencialmente significativa para o ensino de História. Tal material pode não apenas subsidiar a prática docente com recursos contextualizados, mas também contribuir para a ampliação da compreensão, por parte dos alunos, de um fenômeno ainda presente na Região Sudeste do Brasil, embora frequentemente silenciado nos discursos hegemônicos veiculados tanto nos livros didáticos quanto nas narrativas institucionais que circulam no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação evidenciou que o ensino sobre escravidão contemporânea no Sudeste do Brasil enfrenta obstáculos estruturais e pedagógicos significativos, que se manifestam tanto na limitação dos materiais didáticos quanto na desarticulação da formação continuada docente. Embora existam recursos e referências sobre a temática, estes não estão incorporados aos livros didáticos analisados, obrigando os professores a buscar fontes externas e desenvolver estratégias próprias para abordar o tema em sala de aula. Essa lacuna contribui para que o tema permaneça marginalizado, sendo muitas vezes tratado de forma superficial ou ignorado.

A análise teórica, apoiada em autores como Foucault, Trouillot, Bittencourt e Cavalcanti, permitiu compreender esse silenciamento não apenas como uma lacuna curricular, mas como um fenômeno histórico e estrutural, que reproduz discursos hegemônicos e limita o desenvolvimento de uma educação crítica, plural e comprometida com os direitos humanos. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que superar essa invisibilização exige repensar as práticas pedagógicas e fortalecer a articulação entre as demandas concretas dos professores e os programas de formação continuada.

A proposta de um caderno de atividades voltado ao ensino da escravidão contemporânea no Sudeste representa uma contribuição relevante, pois oferece ferramentas para que docentes possam abordar o tema de forma crítica e contextualizada. Além disso, este estudo sugere que políticas educacionais e programas de formação precisam considerar a realidade concreta das escolas e dos estudantes, especialmente daqueles que vivenciam desigualdades sociais e econômicas.

Por fim, espera-se que esta dissertação inspire professores, e pesquisadores a problematizarem os silêncios históricos no ensino de História, promovendo práticas pedagógicas que não apenas transmitam conhecimento, mas também incentivem reflexões críticas sobre questões sociais urgentes, contribuindo para a construção de uma memória histórica plural, ética e emancipadora.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, Robson Gomes; SILVA, Rosana Oliveira da; NASCIMENTO, Rejane Prevot. **“Precário não é, mas eu acho que é escravo”**: análise do trabalho dos motoristas da Uber sob o enfoque da precarização. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v.18, n.,1 p.7-34 jan-mar 2019. Disponível em: <<https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2544/1043>> Acesso em: 22 maio 2025.

ASSIS, Letícia. **SP: bolivianos são encontrados em situação análoga à escravidão em oficina de costura na zona norte**, **Notícias R7**. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/sp-bolivianos-sao-encontrados-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-oficina-de-costura-na-zona-norte-14032023/>> Acesso em: 10 mar. 2025.

AUGUSTO, Leonardo. **Produtor de café em Minas é autuado por trabalho análogo à escravidão, Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/03/14/interna_gerais,1468529/produtor-de-cafe-em-minas-e-autuado-por-trabalho-analogo-a-escravidao.shtml> Acesso em: 23 mar. 2025.

BERTOCCO, Mayara; FREITAS, de Rodrigues Rogério de Rodrigues. **Os Efeitos da Lista Suja no Brasil Contemporâneo**. Publicação, out. 2019. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-efeitos-da-lista-suja-no-brasil-contemporaneo/826815008>> Acesso em: 03 maio. 2025.

BITTENCOURT, Circe. “Livros didáticos entre textos e imagens” In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O Saber Histórico na sala de aula**, São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Combate ao trabalho escravo e análogo ao de escravo**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>. Acesso em: 01 dez. 2025.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Desigualdade racial persiste no mercado de trabalho brasileiro**. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/desigualdade-racial-persiste-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>> Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **MTE conclui duas ações de resgate de 21 trabalhadores em condições análogas à escravidão em lavouras de café no Espírito Santo** Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/mte-conclui-duas-acoes-de-resgate-de-21-trabalhadores-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-lavouras-de-cafe-no-espirito-santo>> Acesso em 26 mar. 2025.

BRASIL REPÓRTER. **Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema**
Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/comparacao-entre-a-nova-escravidao-e-o-antigo-sistema/>> Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL, Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo**
Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL, Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Painel de informações e estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil**. Disponível em:
<<https://sit.trabalho.gov.br/radar/>> Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL, **Secretaria de inspeção do trabalho**. Disponível em:
<<https://sit.trabalho.gov.br/radar/>> Disponível em: Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL REPÓRTER. **Escravo, nem pensar! em Minas Gerais-2018**. Natália Suzuki (org.); equipe Escravo nem pensar. São Paulo, 2019. Disponível em:
<<https://escravonempensar.org.br/biblioteca/escravo-nem-pensar-em-minas-gerais/>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL REPÓRTER. **Trabalho Escravo e Gênero: quem são as trabalhadoras escravizadas**, Natália Suzuki (org.); equipe 'Escravo, nem pensar. São Paulo, 2024. Acesso em: <<https://escravonempensar.org.br/biblioteca/trabalho-escravo-e-genero-quem-sao-as-trabalhadoras-escravizadas-no-brasil/>> Disponível em 20 mar. 2025.

BRASIL REPÓRTER. **Programa Escravo, nem pensar! – Educação para a prevenção ao trabalho escravo**. São Paulo, SP: Repórter Brasil, 2022. Disponível em: <<https://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2023/03/LIVRO-ESCRAVO-NEM-PENSAR-2022-WEB.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2024. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, 9394/1996**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11686325/artigo-62-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>> Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL. **Orientações gerais catálogos 2006**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Rede/catalog_rede_06.pdf> Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição Federal , 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 Dez. 2023.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático, 2024**. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/pnld/programa-nacional-do-livro-e-do-material-didatico-pnld#:~:text=O%20PNLD%20%28Programa%20Nacional%20do%20Livro%20e%20do,a%20rede%20p%C3%BAblica%20de%20ensino%20b%C3%AAsico%20do%20>> Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL **Art. 149 do Decreto-lei nº 2.848** | Código Penal, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em:<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10621211/artigo-149-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>> Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL REPÓRTER. **Dossiê escravo, nem pensar! - Trabalho Escravo e Migração Internacional/** Repórter Brasil - São Paulo, SP, 2024. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2024/10/dossie_trabalho_escravo_e_migracao_internacional.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Setembro/mte-resgata-15-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-sao-paulo>> Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. **Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil** Disponível em: <https://media.fnpeti.org.br/publicacoes/arquivo/pnadC2019_interativo_final.pdf> Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL REPÓRTER. **Programa Escravo, nem pensar! – Educação para a prevenção ao trabalho escravo**. São Paulo, SP: *Repórter Brasil*, 2022. Disponível em: <<https://escravonempensar.org.br/biblioteca/escravo-nem-pensar-educacao-para-a-prevencao-ao-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL REPÓRTER. **Dossiê Escravo, Nem Pensar! - Trabalho Escravo e Migração internacional/** *Repórter Brasil* - São Paulo, SP, 2024. Disponível em <https://escravonempensar.org.br/wpcontent/uploads/2024/10/dossie_trabalho_escravo_e_migracao_internacional.pdf> Acesso em: 01 mar. 2025.

CAMPOS, Flávio; CLARO Regina; DOLHNIKOFF, Mirian. **História Escola e Democracia**. 1ª. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

CARVALHO, Marcello. **Campinas e Americana figuram no topo da lista de SP em trabalho análogo à escravidão com 204 casos em 14 anos**, G1, 11/07/2017.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/campinas-e-americana-figuram-no-topo-da-lista-de-sp-em-trabalho-analogo-a-escravidao-com-204-casos-em-14-anos.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2025.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CIDESP. **Eurocentrismo: significado e impactos na história**, Mar.2025.

Disponível em:< <https://cidesp.com.br/artigo/eurocentrismo-significado/>> Acesso em: 22 maio. 2025.

COELHO, Henrique. **Mulher é resgatada em condição análoga à escravidão no Rio após trabalhar por 46 anos sem salário**, G1, 25 jul.2024. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/25/mulher-resgatada-em-condicao-analog-a-escravidao-no-rio.ghtml>>. Acesso em: 06 fev.2025.

COELHO, Henrique, BOECKEL, Cristina. **Dois chineses estariam em situação de escravidão no Rio, diz Ministério**, G1, 25 jan.2016. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/01/dois-chineses-estariam-em-condicao-de-escravidao-no-rio-diz-ministerio.html>>. Acesso em: 14 fev.2025.

CORSINI, Iuri. **Chineses são encontrados em situação de trabalho escravo na Zona Sul do Rio. CNN Brasil, São Paulo**, 17 out. 2020. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/chineses-sao-encontrados-em-situacao-de-trabalho-escravo-na-zona-sul-do-rio/>> Acesso em: 29 jan.2025.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva**.

Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED, Poços de Caldas, 5 de out. 2003.

CHOPPIN, Alain; BASTOS, T. M. H. C. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 5–24, 2012. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CRUZ, Evandro Costa; COSTA, Deuzeli Brandão da. **A Importância da Formação Continuada e sua Relação com a Prática Docente**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 08. Ano 02, Vol. 03. pp 42-58, nov. 2017. ISSN:2448-0959

DEBRET, Jean-Baptiste. **Slavery in Brazil. 1768-1848**. Disponível em:

<https://tokdehistoria.com.br/wp-content/uploads/2022/04/slavery_in_brazil_by_jean-baptiste_debret_1768-1848-1024x741-1.jpg?w=1024>. Acesso em: 13 maio 2025.

FALABELA, Camila; VICTAL, Marina. **Minas Gerais lidera ranking de resgatados em situação análoga à escravidão no Brasil**, G1, 06/09/2023. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/09/06/minas-gerais-lidera-ranking-de-resgatados-de-trabalho-escravo-no-brasil.ghtml>> Acesso em: 11 mar. 2025.

FAS S.P. **A desigualdade social na cidade de São Paulo**. Disponível em: <<https://www.fassp.org/2023/03/a-desigualdade-social-na-cidade-de-sao.html>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso**; tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRIZON, Jaqueline, COUTO, Camille, ARAÚJO, Thayana. **Mulher de 86 anos é resgatada após 72 anos de trabalho em condições análogas à escravidão, CNN**, 13 maio. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mulh-de-86-anos-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-em-condicoes-analogas-a-escravidao/>> Acesso em: 10 dez. 2024.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO/MEC, 2009.

G1. Número de trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão é o maior dos últimos 14 anos, diz Governo. G1, 10 jan. 2024. Disponível em <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/01/10/numero-de-trabalhadores-resgatados-de-condicoes-analogas-a-escravidao-e-o-maior-dos-ultimos-14-anos-diz-governo.ghtml>> Acesso em: 31 mar.2025.

G1, Mulher é libertada em MG após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão. G1, 20 dez. 2020. <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>> Acesso em: 20 mar. 2025.

G1, Número de trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão é o maior dos últimos 14 anos, diz governo. G1, 10 jan. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/01/10/numero-de-trabalhadores-resgatados-de-condicoes-analogas-a-escravidao-e-o-maior-dos-ultimos-14-anos-diz-governo.ghtml>> Acesso em: 21 dez. 2024.

G1, Vítima de trabalho análogo à escravidão em Nova Iguaçu comia lavagem de porcos. G1, 27 mar. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/27/vitima-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-nova-iguacu-era-obrigada-a-comer-lavagem-de-porcos.ghtml>> Acesso em: 10 fev.2025.

HADDAD, Carlos H.B; MIRAGLIA, Livia M.M; PEREIRA, Marcela Rage. **Dos autos de infração à ação civil pública: Um retrato do trabalho escravo em Minas Gerais.** Disponível em: <<https://experteditora.com.br/wp-content/uploads/2023/11/DOS-AUTOS-DE-INFRACAO-A-ACAO-CIVIL-PUBLICA-um-retrato-do-trabalho-escravo-em-Minas-Gerais.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2025.

LIMA, Camila; Rodrigues, N, A. Escravos da moda nas redes de fast fashion: o caso Zara in: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia, Antunes; MOTA, Murilo; PEEIXOTO (org). **Escravidão Ilegal: Migração, Gênero: Migração, gêneros e novas tecnologias em debate**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2022.

MORENO, Carolina. **Só 2% dos professores participam de treino prático na carreira, diz estudo, G1**, 07 jul. 2014. Disponível em: <

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático: alguns temas de pesquisa**. [s.d]. Disponível em <[https://pt.scribd.com/document/791940707/Artigo-Kazumi-Munak O-Livro-Didatico](https://pt.scribd.com/document/791940707/Artigo-Kazumi-Munak-O-Livro-Didatico)> Acesso em: 15 nov.2024.

PAIXÃO, Mayara. **Dedos amputados e atraso no aprendizado: o drama de bebês criados em oficinas de costuras. Repórter Brasil**. 27 jan.2020. Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br/2020/01/dedos-amputados-e-atraso-no-aprendizado-o-drama-de-bebes-criados-em-oficinas-de-costura/>> Acesso em: 01 mar. 2025.

POLEZE, Carol. **Feridos, explorados e amontoados: raio-x da escravidão contemporânea no ES, Folha Vitória**. Disponível em: <<https://www.folhavitoria.com.br/geral/reportagem-especial-trabalho-escravo-feridos-explorados-e-amontoados-raio-x-da-escravidao-moderna-no-es/>> Acesso em: 24 mar. 2025.

PRADO, Adonia, Antunes. Trabalho escravo contemporâneo no Estado do Rio de Janeiro: diferentes aspectos e considerações in: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia, Antunes; MOTA, Murilo, Peixoto (org). **Escravidão Ilegal: Migração, Gênero: Migração, gêneros e novas tecnologias em debate**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2022.

PYL, Bianca; HASHIZUME, Maurício. **Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava. Repórter Brasil**, 18 ago. 2011. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava/>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

RIBAS, M. H. **Construindo a competência: processo de formação de professores**. Olho d'água: São Paulo, 2000.

RICARDO, Rezende; PRADO, Adonia, Antunes; MOTA, Murilo, Peixoto (org). **Escravidão Ilegal: Migração, Gênero: Migração, gêneros e novas tecnologias em debate**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2022.

ROSENDO, Marcos. **Polícia resgata 2 homens mantidos em situação análoga à escravidão em Guarulhos, CNN Brasil**, 06 out. 2023. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-resgata-2-homens-mantidos-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-guarulhos/>> Acesso em: 28 fev. 2025.

SALOMÃO, Mateus. **Resgatado em trabalho análogo à escravidão no RJ comia lavagem de porcos**. *Metrópoles*, 27 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.metrópoles.com/brasil/resgatado-em-trabalho-analogo-a-escravidao-no-rj-comia-lavagem-de-porcos>> Acesso em: 29 jan.2025.

SENA, Janaina de. **Entre a luta e a submissão**. 2025. Poema inédito.

SILVA, F. de O. Lorena. Escravidão contemporânea nas oficinas de costura paulista: uma análise dos critérios adotados nas inspeções realizadas entre 2010 e 2016. in: FIGUEIRA, in: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia, Antunes; MOTA, Murilo, Peixoto (Org.). **Escravidão Ilegal: Migração, Gênero: migração, gêneros e novas tecnologias em debate**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2022.

SOUZA de Lopes, Luciana. O trabalho escravo contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro: um estudo sobre as causas e as atuais políticas de enfrentamento. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia, Antunes, MOTA, Murilo, Peixoto (Org.). **Escravidão Ilegal: Migração, Gênero: Migração, gêneros e novas tecnologias em debate**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2022.

SOARES, Lucas; BISPO, Mariana. **RJ é o terceiro estado mais desigual do Brasil, aponta IBGE**. *G1*, 11 maio. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/05/11/rj-e-o-terceiro-estado-mais-desigual-do-brasil-aponta-ibge.ghtml>> Acesso em: 29 jan. 2025.

SUZUKI, Natália; CASTELI, Thiago. Questão de gênero e trabalho escravo: quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil in: FIGUEIRA, Ricardo Rezende, PRADO, Adonia, Antunes, MOTA, Murilo, Peixoto (Org.). **Escravidão Ilegal: Migração, Gênero: Migração, gêneros e novas tecnologias em debate**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2022.

SMITH, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. de R. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

STRAZZA, Pedro. **Casa de Criadores desmonta exposição sobre trabalho escravo após protesto**. *Folha de São Paulo*, 06 dez. 2024 Disponível em: <<https://www.msn.com/pt-br/sociedade-cultura-e-hist%C3%B3ria/problemas-sociais/casa-de-criadores-desmonta-exposi%C3%A7%C3%A3o-sobre-trabalho-escravo-ap%C3%B3s-protesto/ar-AA1voGSJ?ocid=BingNewsVerp>> Acesso em: 10 dez. 2024.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo: a abolição necessária**. São Paulo: LTr, 2008.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História.com**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A, 2022.

VILAS, Patricia ,Boas; TALARICO, Paulo. **A Grande São Paulo tem imigrantes em trabalho análogo à escravidão.** *Jornal da Unesp*, 06 maio. 2021. Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2021/05/06/a-grande-sao-paulo-tem-imigrantes-em-trabalho-analogo-a-escravidao/>> Acesso em 20 fev. 2025.

VOGADO, Milena. **Sem água e comida: babá é resgatada de trabalho escravo no Morumbi.** *Metrópoles*, 21 fev. 2025. Disponível em:<<https://www.metropoles.com/sao-paulo/sem-agua-comida-baba-resgatada-trabalho-escravo-morumbi>> Acesso em: 28 fev.2025.

WROBLESKI, Stefano. **Cemig é responsabilizada por flagrante de 179 trabalhadores em condições análogas às de escravos.** *Repórter Brasil*, 2014. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2014/02/cemig-e-responsabilizada-por-flagrante-de-179-trabalhadores-em-condicoes-analogas-as-de-escravos/>> Acesso em: 17 mar. 2025.

WALBER, Pinto. **Em uma década, 2,7 mil mulheres foram resgatadas em trabalho análogo à escravidão.** *Mundo Sindical*. < Acesso em: <<https://mundosindical.com.br/Noticias/64593,Em-uma-decada-2-7-mil-mulheres-foram-resgatadas-em-trabalho-analogo-a-escravidao>> Acesso em: 20 mar. 2025.

ANEXO – A SUGESTÕES DE RESPOSTAS PARA OS EXERCÍCIOS DO CADERNO DE ATIVIDADES- QUEBRANDO O SILÊNCIO: A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO SUDESTE DO BRASIL

Atividade - 1

a- Crítica feita pelo autor:

O autor critica a exploração e a precarização do trabalho, evidenciando que, mesmo após a abolição da escravidão, persistem situações que se aproximam das condições opressivas da escravidão colonial.

b- Duas características que lembram o período colonial:

Os trabalhadores encontram-se em condições precárias e, além disso, carecem de direitos trabalhistas básicos, como salário justo e ambiente adequado, situação que, se aproxima da vivida pelos escravizados no período colonial.

Atividade – 2

a- Analisando a tabela, qual atividade econômica predomina na exploração do trabalho escravo contemporâneo? Por que essa atividade se destaca?

A atividade econômica que mais se destaca é a agricultura, representada pelo cultivo de cana-de-açúcar (RJ), lavouras diversas (MG) e café (ES). Essa predominância ocorre porque o setor agrícola demanda muita mão de obra, principalmente em períodos de colheita, e muitas vezes emprega trabalhadores sem carteira assinada, em condições precárias, dificultando a fiscalização. Além disso, a busca por maior lucro leva alguns empregadores a cortar custos explorando trabalhadores vulneráveis.

b- O que leva uma pessoa a aceitar um trabalho onde as condições são tão precárias?

As principais razões são:

- **Necessidade econômica extrema**, já que muitas vezes a pessoa não encontra outras oportunidades formais de emprego.
- **Promessas enganosas** feitas por aliciadores, que oferecem falsas condições de trabalho.
- **Falta de informação** sobre os próprios direitos trabalhistas.
- **Desigualdade social**, que torna trabalhadores pobres mais vulneráveis à exploração.

c- Será que as pessoas que trabalham nessas condições sabem que estão sendo exploradas ou elas se sentem pressionadas por algo maior, como a necessidade de sustentar a família? Explique sua resposta.

Muitos trabalhadores até percebem a exploração, mas permanecem no trabalho porque estão pressionados pela sobrevivência e pela necessidade de sustentar a família. Outros, no entanto, podem não ter plena consciência de que seus direitos estão sendo violados, devido à falta de acesso à informação ou porque naturalizam as condições precárias como “normais” no campo ou na costura. Em ambos os casos, a vulnerabilidade social e econômica limita a capacidade de reação ou de denúncia.

Atividade – 3

Observando o diálogo na charge acima podemos perceber que ela

Resposta: letra d

Questão – 4

Com base nos versos acima e em seus conhecimentos sobre situações análogas à escravidão na sociedade contemporânea, analise as afirmações a seguir:

Resposta: letra c

Atividade – 5

A análise dos casos apresentados evidencia que o trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo:

Resposta: letra E

Atividade – 6

- a- Quem você acha que se beneficiou mais com a terceirização: os trabalhadores ou o patrão? Por quê?**

Quem mais se beneficiou com a terceirização foi o patrão, porque garantiu o lucro enquanto os trabalhadores ficaram explorados, presos a prazos, metas e jornadas exaustivas, como mostra a imagem.

- b- Como os trabalhadores estão se sentindo na imagem?**

Eles estão se sentindo tristes, cansados e oprimidos. Isso é mostrado pelas expressões de desânimo em seus rostos e pelas correntes que os prendem.

- c- O que são direitos trabalhistas? Dê alguns exemplos?**

Direitos trabalhistas são leis que protegem os trabalhadores para que tenham condições dignas de trabalho. Alguns exemplos são: receber salário, ter férias, ter descanso semanal, jornada de trabalho definida e receber adicional quando trabalha à noite ou horas extras.

Atividade - 7

Após a análise do Cadastro de Empregadores do Governo Federal (Lista Suja) responda à questão a seguir:

- a- Na sua opinião, por que tornar pública essa lista pode ajudar no combate ao trabalho escravo no Brasil? Explique com suas palavras.**

Divulgar a Lista Suja com os casos de trabalho análogo à escravidão na Região Sudeste ajuda a combater essa prática porque mostra quais empregadores desrespeitam os direitos dos trabalhadores. Assim, a sociedade pode cobrar mudanças, as empresas podem evitar fazer negócios com esses empregadores e o governo pode aplicar punições, pressionando-os a parar de explorar os trabalhadores e a oferecer melhores condições de trabalho na Região.

Atividade - 8

Por que é importante que pessoas denunciem casos de trabalho análogo à escravidão, como o relatado na notícia?

Resposta: letra C

Atividade - 9

A partir da análise das imagens acima, marque a opção que destaca um ponto de similaridade entre elas:

Resposta: letra A

Atividade - 10

O que a charge critica principalmente?

- a- Resposta: letra C
- b- Resposta: letra B